

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
Dissertação de Mestrado

***A ESPADA COMO "VOCAÇÃO": PADRÕES DE
RECRUTAMENTO E DE SELEÇÃO DAS ELITES DO
EXÉRCITO NO RIO GRANDE DO SUL (1850-1930)***

ERNESTO SEIDL

Orientador: Prof. Dr. Odaci Luiz Coradini

Porto Alegre, maio de 1999.

Resumo

Este trabalho analisa os padrões de recrutamento e de seleção das elites do Exército no Rio Grande do Sul entre o período de 1850 e 1930. Partindo dos pressupostos de uma condição "periférica" da sociedade brasileira e da inexistência de uma estruturação social em que a profissão seja o principal princípio de hierarquização e de classificação, busca-se explicitar os mecanismos sociais e culturais de formação da elite em pauta em uma situação histórica específica. Ao analisar as modificações formais sofridas pela estrutura organizativa e sobretudo escolar da instituição militar ao longo do período, demonstra-se os efeitos da importação e conseqüente adaptação de bens simbólicos ligados à esfera militar a um contexto diverso do de origem, destacando-se as intersecções daquela esfera com outros espaços sociais. Dentro deste contexto de não-autonomia do domínio militar frente a outras esferas sociais, e muito em especial à da "política", são examinadas as composições das trajetórias sociais e profissionais de oficiais-generais gaúchos, colocando em evidência os tipos de recursos e as formas como estes foram mobilizados pelos agentes em questão, bem como as respectivas estratégias postas em ação na realização de trajetórias profissionais bem-sucedidas. Em particular, destaca-se a utilização de recursos sociais diversos permitindo a reprodução de "grandes famílias" de "tradição militar" no interior do Exército, revelando os elos entre a detenção de determinados trunfos sociais - tais como o prestígio e a notoriedade pessoais e a posse de extensas redes de relações sociais -, e a manutenção de uma posição social dominante.

Palavras-chave: Exército, Elites, Militares, Rio Grande do Sul

Abstract

This work intends to analyze the patterns of recruitment and selection of Rio Grande do Sul's Army elites from 1850 to 1930. Assuming the "peripheral" condition of the Brazilian society as well as the absence of a social structure in which the profession represents the main principle of hierarchy and social classification, it tries to elucidate the social and cultural mechanisms working in the formation of the above mentioned elite in a specific historical period. By examining the formal changes which Army's organic and, above all, school structures have undergone, the present analysis shows the effects of the importation, and the consequent adaptation, of symbolic assets of the military sphere into a foreign social context, at the same that time it points out the intersections of that sphere with other social spaces. Considering the non-autonomy of the military sphere facing to other social spheres, and particularly facing the "political" one, the study of the social and professional trajectories of gaúcho general-officers casts some light on the different resources and different ways they were managed, as well as on the strategies the officers employed in the making of well-succeeded trajectories. Particularly, the use of a large variety of social resources by "traditional military" "great families" as a means of permitting their social reproduction within the Army reveals the connections between the possession of certain social funds - such as prestige and personal notoriety as well as the possession of vast social networks - and the maintenance of a dominant social position.

Keywords: Army, Elites, Military, Rio Grande do Sul

Abreviaturas

ABM - Arquivo Borges de Medeiros

AFC - Arquivo Flores da Cunha

AHEX - Arquivo Histórico do Exército

ASC - Arquivo Setembrino de Carvalho

CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IHGBRS - Instituto Histórico e Geográfico Rio-Grandense

NUPERGS - Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-Grandense

SUMÁRIO

I. Introdução.....	7
I.1 O Recrutamento de Elites Militares na Europa: quadro conceitual e níveis de análise.....	9
I.2 O Estudo de Elites Militares no Brasil: recursos conceituais e analíticos.....	14
I.3 Níveis de Análise e Metodologia.....	18
I.4 Encaminhamentos e Fontes de Pesquisa.....	22
1. O Nascimento da Meritocracia.....	28
1.1 A Expansão do Sistema Escolar e as Modificações na "Carreira Militar".....	28
1.1.1 A importação de modelos exógenos: o Exército como instituição <i>adaptada</i>	30
1.1.2 A reapropriação do <i>Cadetismo</i> : um "título" para todos.....	40
1.1.3 Uma questão de mérito: o <i>mérito</i> em questão.....	44
1.1.4 O recrutamento do oficialato: <i>elite de oficiais</i> versus <i>oficiais da elite</i>	51
2. De Soldados a Generais.....	74
2.1 <i>Os Caminhos para o Generalato</i> : as composições da "carreira" militar.....	75
2.1.1 As intersecções na esfera militar.....	79
2.2 Os Condicionantes Sociais das Trajetórias "Militares" de Três Generais.....	91
2.2.1 Mallet: a herança militar e as vantagens de um "bom nome".....	91
2.2.2 Setembrino de Carvalho: da caserna local ao cenário nacional.....	96
2.2.3 Bertoldo Klinger: a "ética da farda".....	106

2.3 Militares e Intelectuais: duas vocações ?.....	115
3. A Espada no Berço: as "grandes famílias" e o Exército.....	124
3.1 As "famílias" das armas.....	129
3.2 Os Menna Barreto: seis gerações de soldados.....	139
3.2.1 A "fundação" da "família" e as origens militares.....	142
3.2.2 A reprodução da vocação: <i>a espada de pai para filho</i>	147
3.2.3 <i>A espada a serviço da Pátria</i> : a "carreira", a "política" e a "história".....	154
Conclusão.....	162
Bibliografia.....	170
Anexos.....	181

I. Introdução

A presente dissertação é o resultado de uma pesquisa cuja temática mais ampla está inserida naquela de formação de elites, tendo como foco central o estudo dos padrões de recrutamento e de seleção das elites do Exército no Estado do Rio Grande do Sul no período compreendido entre 1850 e 1930. Sua pertinência teórica enquadra-se fundamentalmente em dois eixos de discussão conceitual, que são: em primeiro lugar, o desenvolvimento de modelos teórico-analíticos aplicáveis ao estudo de elites em sociedades "periféricas" como a brasileira; e em segundo lugar, a adequação desses esquemas e referenciais conceituais especificamente à pesquisa de elites militares, bem como a renovação das discussões envolvendo a formação daquelas elites tomando em conta as peculiaridades das trajetórias dos agentes e/ou grupos concernidos.

Dentro desses propósitos e com base em um referencial empírico historicamente situado, tratou-se de tentar examinar os mecanismos de recrutamento e seleção dos oficiais superiores de maior posto do Exército brasileiro vigentes ao longo do período em pauta, procedimento este que pressupôs, por sua vez, uma comparação com a literatura relativa a outros padrões de formação de elites militares¹. Deste modo, a partir da análise dos condicionantes sociais e culturais que determinaram os princípios estruturantes de formação dessas elites, pretendeu-se estabelecer as variações e constantes apresentadas em uma situação histórica específica. Partindo, pois, de alguns pressupostos com base em

¹O termo *elites militares*, assim como todos aqueles referentes à instituição militar, neste trabalho, diz respeito exclusivamente ao Exército. O fato de tomá-lo como base para o estudo, em detrimento da Marinha e da Guarda Nacional, deve-se à sua importância como principal instituição armada no Brasil.

referências da realidade empírica em questão - a inexistência de uma instituição militar autônoma frente ao "universo da política" e a não estruturação da "profissão" como principal princípio de hierarquização social -, buscou-se desenvolver a aplicação de uma perspectiva analítica nova ao estudo de elites militares no Brasil, uma temática ainda pouco explorada e tradicionalmente marcada por abordagens de acentuado viés ideológico.

O recorte cronológico efetuado justifica-se, basicamente, por duas razões: primeiramente, por ser a partir da metade do século passado que o Exército brasileiro começa a adquirir uma ordem organizativa mais estável, sofrendo reformas regulamentares voltadas à constituição de uma estrutura institucional profissionalizada na qual destaca-se a ampliação de um sistema de ensino preparatório próprio para a carreira das armas; e em segundo lugar, por abarcar um período histórico que apresenta mudanças significativas na estrutura social e política do país, o que permite a tentativa de visualização de mudanças estruturais na formação da elite em questão.

A fim de introduzir em um primeiro momento esta problemática relativa à análise de elites - e em especial à de elites militares - e de estruturar referenciais de pesquisa adequados, são inicialmente expostos alguns dos recursos analíticos utilizados por pesquisadores europeus em estudos naquele continente. Em um momento seguinte, discute-se a validade e os limites da aplicação de tais esquemas no contexto de sociedades "periféricas", como a brasileira, tentando vislumbrar quais outros recursos de análise podem ser empregados para que se dê conta das especificidades deste tipo de realidade. Por último, são apresentadas e discutidas as variáveis de pesquisa que foram trabalhadas, bem como seus respectivos problemas metodológicos e os encaminhamentos desenvolvidos.

I. 1 - O recrutamento de elites militares na Europa: quadro conceitual e níveis de análise

Tratando-se a elite militar de uma elite administrativa (uma parte do "corpo técnico", como denomina Charle, 1987: 179 e passim) em um contexto de predomínio da ideologia meritocrática², como é o caso da França a partir das transformações sociais vividas durante o século XIX, o quadro conceitual empregado para sua análise baseia-se principalmente nos trabalhos desenvolvidos por Pierre Bourdieu (1980a, 1980b, 1984 e 1989), tendo como eixo as noções de capital social e capital escolar. Estas noções, portanto, têm sua origem em um referencial empírico preciso - a sociedade francesa - em cujo contexto prevalece a ideologia meritocrática e onde existe uma estruturação social que, progressivamente a partir do século passado, tende a garantir a equivalência entre o título possuído e a posição social de seu detentor³. Deste modo, os estudos voltados para elites que possuem base nos títulos escolares, como é o caso das elites burocráticas européias de forma geral e, em particular, das elites militares, centram-se em demonstrar quais os mecanismos de recrutamento e de seleção (critérios de seleção escolar, peso do título etc) colocados em prática na escolha e formação daqueles que ocuparão os mais altos postos de comando na hierarquia militar.

²Charle estuda a formação de várias elites na França (administrativa, empresarial e universitária) buscando descrever e compreender as estruturas de seu funcionamento através de sua evolução em relação ao período pré-republicano. Desta forma, o autor mostra o "nascimento" da meritocracia e a luta por sua imposição como ideologia dominante, ressaltando a coexistência, ao lado da ideologia meritocrática, de outros determinantes sociais (Charle, 1987: 41-42). Especificamente quanto à estrutura de recrutamento militar e à sua rigidez hierárquica, condicionada a regras estritas de promoção, Cailleteau e Bonnardot (1995: 159-160) apontam para uma progressiva reação, durante o século XIX, à prática precedente, fundada no quase monopólio da nobreza sobre os empregos de oficiais e na distribuição arbitrária de graduações pelo soberano.

³Como demonstra Bourdieu (1979 e 1989, especialmente p. 371-427 e 535-536) mesmo se a aquisição de competência social tem tornado-se cada vez mais dependente da aquisição de competência científica ou técnica, através do capital escolar, não se pode deixar de ter em conta o quanto a obtenção deste tipo de capital depende da transmissão hereditária do *capital cultural*.

Por outro lado, se a situação de prevalectimento da meritocracia como principal princípio de legitimação não se dá de forma "pura", isto é, outros determinantes sociais herdados da estrutura social anterior continuam a valer em certos níveis, e se encontram, inclusive, de forma compósita⁴ - como o princípio discricionário e o de antigüidade no caso das elites empresariais e administrativas (burocráticas) na França -, a própria estrutura hierárquica militar que se estabelece, com suas regras próprias de recrutamento e ascensão interna, tende a eliminar outros princípios que não sejam aquele de passar sucessivamente pelos distintos graus da carreira. Esta estruturação rígida tem como efeito uma forte restrição no poder das autoridades políticas em decidir sobre a ocupação dos postos mais importantes de comando, limitando em grande medida o "arbitrário político" dentro da instituição e reduzindo de modo geral as "trocas" entre sociedade civil e instituição militar. Como consequência destes mecanismos, Entre os quais a exclusão de civis de qualquer instância militar, uma autonomia relativa é desfrutada pela sociedade militar, "tornando-a menos impermeável, a curto prazo, às evoluções das mentalidades no conjunto da sociedade" (Cailleteau & Bonnardot, op. cit., p. 160). Entretanto, isto não quer significar que o poder político não tenha nenhuma influência sobre o domínio militar. Decisões importantes como "grandes escolhas", orçamento, alianças e outras são de fato tomadas ao nível político, ainda que a escolha daqueles que serão encarregados de fazer executar tais decisões repouse apenas de forma marginal sobre a autoridade política (Id., *ibid.*).

Dentro desse quadro em que a instituição militar detém alto grau de autonomia sobre o recrutamento e seleção de seus quadros, ou seja - as regras e princípios que regem o ingresso e ascensão no interior da carreira dependem essencialmente da própria lógica institucional -, trata-se, nas análises sobre a constituição de elites militares, de explicitar

⁴Ver, por exemplo, a situação do modelo de recrutamento para os cargos públicos na França na metade do século XIX, em que três princípios diferentes (discricionário, meritocrático e de antigüidade) são aplicados segundo o grau de importância do posto a ser ocupado. Cf. Charle, op. cit., p. 42.

quais os mecanismos de recrutamento e seleção colocados em prática na escolha e preparação daqueles que ocuparão as mais altas funções na instituição. Ou em outras palavras, como sugerem Cailleteau & Bonnardot (op. cit., p. 158), o problema consiste em saber como são escolhidos estes homens, à cada etapa de suas carreiras, e se há mecanismos, mais ou menos explícitos, que fazem que desde o início - ou até mesmo antes - os "jogos estejam feitos" (ou parcialmente "feitos").

A fim de dar conta destes questionamentos, em uma situação de prevalência do princípio meritocrático e de valorização da formação escolar como principal meio de ascensão profissional, os níveis de análise utilizados tendem a se concentrar sobre os princípios e mecanismos de recrutamento e seleção que operam em todos os estágios da carreira dos oficiais, desde seu ingresso nas escolas preparatórias ao oficialato até sua promoção ao mais alto posto na hierarquia. Entretanto, uma compreensão abrangente da própria dinâmica e dos mecanismos sociais determinantes na escolha da carreira militar como profissão, em seu acesso e posterior desenvolvimento - de forma "bem-sucedida" ou não -, implica a inclusão de uma série de outros níveis de análise e de variáveis correspondentes. Vale dizer, a mera observação dos mecanismos de seleção de carreira (seleção escolar) não é suficiente para demonstrar os mecanismos de seleção social que operaram previamente, tornando fundamental considerar as características sociais do grupo em análise (posição objetiva na hierarquia social) e as respectivas estratégias sociais colocadas em prática pelos agentes na tentativa, com resultados variáveis, de penetrar e alcançar uma posição superior no interior de um determinado campo (no caso, o campo administrativo).

É nesse sentido que Charle (op. cit., p. 119) aponta para a importância da análise das correlações entre as heranças social e econômica e o ambiente geográfico, de um lado, e o campo de atividade, a função, o "percurso" (*cursus*) e o tipo de estudos escolhidos, de outro, para a compreensão do processo de seleção social. Como afirma o autor, "o que

separa este processo de um *mecanismo cego* é o *espaço dos possíveis* de que cada fração, mesmo a mais desfavorecida, dispõe no interior das coações, dos trunfos e das escolhas que condicionam o sucesso posterior de seus descendentes" (Id., *ibid.*: 119, grifos meus). Dispor destas variáveis e poder relacioná-las permite esclarecer como diferentes tipos de recursos são colocados em valor por determinadas frações sociais segundo o modo de reprodução dominante, o que leva a supor que cada fração tende a orientar sua opção visando àquela que melhor valorizar o tipo de recurso de que ela dispõe (Id., *ibid.*).

Nesse ponto a relação entre o tipo de capital detido pelo pai e o campo de atividade escolhido pelo filho, no caso da carreira militar, adquire especial relevância⁵. E isto se deve a algumas especificidades daquela carreira - como a possibilidade de ascensão através das promoções internas - estimularem na geração subsequente a perseverança dentro da profissão do pai, com grandes chances de se ver igualada e inclusive ultrapassada a posição ocupada por aquele na hierarquia. Em relação a isso, a análise das estratégias de carreira colocadas em prática dentro da instituição militar revela-se importante para a compreensão das diversas vias e dos diferentes ritmos de acesso aos postos mais elevados do oficialato. Portanto, ao lado da análise das variáveis preliminares à vida profissional (percurso escolar, educação informal etc), uma série de outras variáveis ligadas à trajetória dentro da carreira - e determinada em grande medida por aquelas - permite a apreensão das relações entre a estrutura no interior da instituição militar (concorrência interna, escassez de postos vagos), as posições ocupadas pelo agente e as estratégias de investimento individual postas em ação, tais como a aquisição de determinados trunfos que lhe garantam uma ascensão mais segura.

⁵Tanto Charle quanto Cailleteau & Bonnardot demonstram em seus estudos - cobrindo os dois trabalhos juntos um grande período da história francesa - um alto nível de correspondência entre a profissão militar do pai e a do filho. Igualmente, Cailleteau & Bonnardot assinalam um percentual elevado de filhos de militares na mais reputada escola de oficiais da França (Saint-Cyr). Cf. *op. cit.*, p. 163.

Desta forma, aparecem como dimensões importantes a serem tidas em consideração, além do peso específico da instituição escolar freqüentada - principal lugar de recrutamento das elites militares e importante trunfo inicial na carreira - e da própria classificação obtida pelo aluno ao deixá-la (Charle, op. cit., p. 100 e segs.; Cailleteau & Bonnardot, op. cit., p. 170 e segs.) -, fatores como a hierarquia de prestígio desfrutada pelas diferentes armas⁶ e unidades de regimento; o nível de adesão aos valores militares - relacionado com a preparação escolar e a freqüentação dos "clubes militares"; o investimento na aquisição de uma forte tecnicidade em algum domínio específico; a utilização do "caminho" administrativo; ou a "aposta" em estratégias "arriscadas", baseadas no "gosto pelo risco" e dependendo de critérios puramente militares (estratégias adotadas tipicamente por aqueles partindo de uma posição muito baixa na hierarquia). Ao lado destas estratégias mais centradas em recursos técnicos ou propriamente militares, colocam-se ainda aquelas de natureza mais "política", como são a constituição de uma rede de relações hierarquicamente bem situada e a proximidade às instâncias de decisão, ambas relacionadas a uma posição inicial relativamente privilegiada.

Após esta apresentação esquemática de alguns dos recursos analíticos utilizados em pesquisas sobre elites militares no contexto europeu, tentando-se colocar em evidência seus respectivos níveis e variáveis de análise, pretende-se na seção seguinte discutir os procedimentos teórico-metodológicos necessários para a aplicação destes modelos em uma realidade empírica diversa daquela em que tiveram origem, e quais outros recursos são dispostos pelas Ciências Sociais para dar conta deste tipo de temática considerando as especificidades de sociedades como a brasileira.

I. 2 - O estudo de elites militares no Brasil: recursos conceituais e analíticos

⁶Cailleteau & Bonnardot (op. cit.), comparando os mecanismos de recrutamento de generais na França, Inglaterra e Alemanha, chamam a atenção para a existência de hierarquias objetivas entre as armas nos exércitos estudados, segundo as quais se orientam os alunos, obedecendo à classificação no ranking escolar; o acesso, ou não, às armas e unidades de maior prestígio, operando como uma segunda seleção interna de grande peso na possível promoção ao grau de general.

Se os esquemas analíticos empregados no estudo de elites na Europa, e em especial na França, aqui expostos, são construídos com referência em uma situação social cuja estrutura desenvolveu um mercado e instituições que, progressivamente a partir do século passado, tendem a garantir a equivalência entre os títulos de cada campo independentemente do agente social que o detém (Bourdieu, 1980b: 227-230), a utilização destes recursos em uma sociedade "não-ocidental" como a brasileira coloca uma série de dificuldades. E a primeira dessas dificuldades deriva da inexistência de uma estrutura que tenda a garantir a equivalência do valor atribuído aos títulos (escolar/profissional) e da posição social correspondente, "o que implica que as estratégias dos agentes, como consequência, estejam voltadas para a acumulação do capital simbólico personificado, como condição de garantia das demais formas de capital" (Coradini, 1995: 4). Isto é, a ausência de um espaço social no qual as distintas esferas sociais - incluindo uma esfera escolar e científica - sejam relativamente autônomas entre si, com regras e racionalidades próprias, não permite que o valor social dos títulos detidos em suas respectivas esferas de origem seja desvinculado da posição ocupada pelo agente a partir de outros recursos sociais, como um certo capital de notoriedade fundado por exemplo na posse de propriedades econômicas ou o pertencimento a alguma determinada estirpe familiar socialmente reconhecida.

Essa diferença nas estruturações sociais faz com que a abordagem da temática de elites com base na titulação, em situações onde a detenção do título escolar não representa o único critério de acesso à respectiva posição social, lance mão de outro conjunto de conceitos e noções que não tenham como eixo central a noção de capital escolar. Deste modo, a abordagem de relações sociais com base na reciprocidade, em contextos em que este tipo de relação é estruturante - e não "residual", como em alguns casos na sociedade

francesa, por exemplo -, remete à tentativa de explicitação das bases sociais em que se dão essas relações.

Se, por um lado, a utilização da noção de capital social desenvolvida por Bourdieu, entendida como "o conjunto dos recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma *rede durável de relações* mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento" (1980a: 2, grifos no original), apresenta-se muito geral para a apreensão da multiplicidade destes fenômenos, Coradini (19195: 4) chama atenção para a importância do arsenal conceitual desenvolvido predominantemente pela vertente anglo-saxônica a fim de dar conta da diversidade de relações e estruturas sociais com base na reciprocidade - e que pode ser empregado de forma complementar à noção de capital social -, destacando a utilização de noções tais como "alianças diádicas", "clientelismo como *addenda*", "amizade instrumental", "redes", "quase-grupos", "facções", "segmentaridade" e outras. No entanto, o mesmo autor aponta para a dificuldade de elaboração de uma teoria capaz de integrar o conjunto destes conceitos, e ao mesmo tempo para os problemas de ordem metodológica decorrentes de sua aplicação em "sociedades complexas" (Id., *ibid.*: 4-5).

No caso do estudo do recrutamento e seleção de elites militares no Brasil no período em questão, alguns dos principais problemas conceituais e metodológicos que se colocam estão relacionados ao caráter específico da instituição e da carreira militar, supostamente fundada no princípio meritocrático de ascensão na hierarquia e na autonomia da administração interna, dentro de um contexto de marcado patrimonialismo. Ou seja, trata-se de um período no qual, mesmo com a introdução de sucessivas mudanças na estrutura militar ao longo do Império, visando à profissionalização da carreira através da escolarização técnica e científica dos oficiais, não se pode falar de uma estrutura militar com autonomia interna. Logo, ao contrário do que se vê na instituição militar européia, relativamente independente do "arbitrário político" e responsável pelas

decisões internas, tem-se aqui uma situação de intensas "trocas" entre aquela instituição e o âmbito político, inclusive sendo freqüente a eleição ou indicação de militares para cargos executivos e parlamentares, assim como o conferimento de títulos de nobreza aos mais "ilustres" membros da instituição (Carvalho, 1996; Sodré, 1979).

Coloca-se neste nível a questão de a instituição militar em pauta - e não apenas a instituição militar, mas todo o conjunto do aparelho estatal brasileiro - tratar-se de uma instituição "importada", cuja origem e condições de surgimento não se encontram no país "importador", e portanto estar aí implicado todo o "efeito de importação" desses produtos e as conseqüentes modificações de seus usos sociais em sociedades "periféricas" (Badie & Hermet, 1993: 180-209; Badie, 1992: 69 e segs.). Desta forma, o que se tem não é uma instituição militar tal qual desenvolvida na Europa, com suas características e regras próprias de funcionamento, mas sim uma outra instituição, original, que apesar de apresentar muitas semelhanças com a européia não lhe é equivalente. Desse caráter *sui generis*, no qual os produtos importados - como o "modelo" institucional, as tecnologias e ideologias - estão reelaborados e reinterpretados dentro de um contexto diverso do de origem, posto que seus respectivos *ethos* e regras nunca podem ser reproduzidos, decorrem sérios problemas de apreensão. Primeiramente, porque exige a explicitação das formas como são reelaborados e reinterpretados estes produtos - sua lógica própria de consumo; e em segundo lugar, porque a aplicação de abordagens construídas com vistas a dar conta de outras situações permite apenas uma apreensão parcial dos fenômenos estudados (Coradini, op. cit., p. 6-7).

Acontece que, de modo geral, as abordagens apresentadas em trabalhos sobre militares no Brasil, pelo menos quanto ao período em questão, praticamente não tomam em consideração as especificidades mencionadas acima, seja em relação à estrutura da instituição militar, seja em relação à estruturação social brasileira. Sendo assim, ainda que chamem a atenção para o fato de a origem social e as relações pessoais terem certo peso

nos mecanismos de formação das elites (Carvalho, 1977 e 1996; Castro, 1995; Schulz, 1994), tais trabalhos não deixam de apontar o "mérito" como principal meio de ascensão na carreira no período posterior à metade do século XIX. Sem pretender negar o peso progressivo da formação técnica escolar e do "mérito" propriamente militar, a abordagem que aqui se propõe procurou fazer o caminho inverso, porém tomando em conta uma variedade muito maior de elementos de análise, tradicionalmente ignorados pela literatura afim⁷.

Tratando-se, portanto, do estudo do padrão de recrutamento e seleção de uma elite de Estado ("corpo técnico", segundo Charle, op. cit.) cujo princípio de legitimação encontra-se oficialmente baseado no "mérito" da carreira (formação escolar, antigüidade e outros critérios puramente militares) - porém dentro de um contexto em que o principal princípio de hierarquização social não se encontra na "profissão" (Coradini, op. cit., p. 5) - a construção do objeto de pesquisa modifica-se em relação a outros contextos. Deste modo, ao lado das proposições analíticas e da multiplicidade de variáveis apresentadas em outras situações e esboçadas na seção anterior, as especificidades encontradas numa sociedade "periférica" como a brasileira exigem que outros níveis de análise sejam igualmente vislumbrados.

I. 3 - Níveis de análise e metodologia

⁷Um dos poucos trabalhos que tende a se distanciar dos estudos basicamente historiográficos, pouco habituados às premissas sociológicas, é a pesquisa feita por Celso Castro, na qual demonstra a relação entre a formação escolar e o "ambiente intelectual" dos jovens militares da Escola da Praia Vermelha e suas posições políticas frente à época. Ver Castro, 1995.

Conforme mencionado anteriormente, nos modelos de análise de elites militares em contextos de predomínio da ideologia meritocrática, a noção de capital escolar ocupa lugar central na tentativa de explicação dos processos de recrutamento e seleção - fundamentalmente centrados na escola -, assim como de sua dinâmica social subjacente. De forma mais "residual", a noção de capital social também é utilizada para dar conta de algumas estratégias de carreira em que o capital escolar não é o único recurso disponível, ou pelo menos não o é de forma suficiente para garantir uma ascensão mais segura na hierarquia. Conseqüentemente, uma vez que o título escolar é o principal meio de acesso, inicialmente ao oficialato, e em seguida à ocupação de um alto posto na hierarquia, trata-se de colocar em evidência quais os mecanismos de filtragem (que são principalmente escolares, mas não apenas) que permitem que somente alguns consigam chegar até o topo. Por outro lado, em uma situação como a brasileira, onde o título escolar e outros recursos de mérito propriamente militar não operam como garantia principal de acesso a uma posição privilegiada na hierarquia, isto é, onde o princípio básico dos critérios de recrutamento encontra-se nas relações sociais com base na reciprocidade, a análise deve necessariamente voltar-se para a explicitação destas relações.

Se, ao contrário do que propõe Carvalho (1996: 111), a detenção de um título escolar não é o ponto de partida para a ocupação de um alto posto⁸ - mas pode ser o ponto de chegada, como recurso legitimador de uma posição ocupada anteriormente -, torna-se central que sejam explicitadas as bases sociais deste recurso inicial, apreendido genericamente através da noção de capital social, assim como sua utilização dentro de um determinado contexto. Uma vez que o capital social - vinculado à detenção de uma *rede*

⁸A argumentação de José Murilo de Carvalho (1996: 111) em estudo sobre a elite política brasileira no Império vai em sentido oposto. Segundo o autor, mesmo se em alguns casos a influência familiar podia ser suficiente para garantir um posto na burocracia estatal, a detenção de um título escolar era uma *condição quase indispensável* para a obtenção do posto.

mobilizável de relações -, neste contexto, tem base essencialmente nas ligações entre a família de origem e agentes que detêm recursos junto ao poder político central ou da Província/Estado, a apreensão destas relações e das diferentes formas que os recursos agenciados são utilizados (reconvertidos) em diferentes momentos, permite uma visualização, ainda que parcial, dos mecanismos que operam na formação dessa elite. Considerando-se o estabelecimento de uma formação escolar obrigatória para os oficiais, igualmente passa a ser fundamental pôr a claro as relações entre o capital social e cultural herdados (sobretudo nas "grandes famílias" de militares) e o capital escolar adquirido nas instituições de ensino do Exército, explicitando os mecanismos de reprodução social subjacentes bem como os respectivos usos sociais dos títulos obtidos.

A tentativa de apreensão da lógica do recrutamento e seleção de elites militares no caso em questão implica, portanto, a análise das propriedades sociais dos agentes envolvidos (oficiais-generais do Exército) e a relação destas propriedades com as respectivas inserções daqueles agentes em diferentes momentos de sua vida social, o que pode ser empreendido por meio do estudo de suas respectivas *trajetórias* sociais e profissionais⁹. Com respeito à utilização desse tipo de estudo centrado na análise de trajetórias pelas Ciências Sociais, Grynspan (1990: 74-75) salienta suas vantagens como recurso analítico valioso:

"O exame das trajetórias individuais nos permite avaliar estratégias e ações de atores em diferentes situações e posições sociais, seus movimentos, seus recursos, as formas como os utilizam ou procuram maximizá-los, suas redes de relações, como se estruturam, como as acionam, nelas se locomovem ou as abandonam" (Id., *ibid.*: 74-75).

⁹A noção de *trajetória*, desenvolvida por Bourdieu (1986) como um instrumento analítico disposto a romper com as racionalizações práticas embutidas nas representações das *biografias* e *histórias de vida*, é definida como a "série das *posições* sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) em um espaço ele próprio em devir e submetido a incessantes transformações" (Id., *ibid.*: 71, grifos no original).

Tais propostas de análise pressupõem, por seu turno, a apreensão dos princípios de hierarquização social vigentes ao longo do período, permitindo aproximar do foco - em uma perspectiva relacional - os valores sociais atribuídos aos recursos em jogo (títulos escolares/profissionais e a relação com as escolas, títulos de nobreza, "dons" etc) e conseqüentemente as disputas envolvendo os agentes em pauta. Aqui coloca-se um outro problema conceitual de grande relevância dentro da problemática envolvida, e que se refere à possibilidade de utilização do conceito de *campo* desenvolvido por Pierre Bourdieu - tomado como "sistema de relações objetivas no qual as posições e as tomadas de posições se definem relacionalmente e que domina também as lutas que visam a transformá-lo" (Bourdieu, 1979a: 176) -, em um contexto em que o espaço de disputa social é fracamente institucionalizado, e portanto os princípios em jogo, suas regras e trajetórias a ele associadas não estão nitidamente definidos e explicitados, e sim inter-relacionados e interdependentes a outras lógicas sociais. Como forma de contornar parcialmente a questão levantada, seguindo a proposta de Anjos (1998: 52), a noção de *espaço social*, por sua maior abrangência, parece revelar-se mais adequada a uma aplicação em estudos cuja base empírica sejam sociedades "importadoras" de modelos ocidentais, logo, onde as diferentes esferas sociais não apresentam uma relativa autonomia entre si, como é caso do contexto estudado.

Decorre dessas observações a inclusão de outros elementos de análise que permitam a reconstituição desses universos simbólicos e, mais especificamente - em um contexto de limitada (ou inexistente) autonomia do Exército em relação às disputas políticas - da relação dos agentes em pauta com a "política", isto é, da relação entre a dinâmica da profissão militar e a da atividade política, e da forma como aparecem as concepções da "política" e de sua intersecção com a lógica da carreira militar. Tal procedimento toma em conta, como sugere a bibliografia relativa (Carvalho, 1977, Castro, op. cit., Schulz, op. cit.), a constituição, crescentemente a partir da metade do

século passado, de representações do fenômeno político e da instituição militar que são largamente compartilhadas pelos militares, pelo menos entre as frações melhor posicionadas entre eles. Se a esfera militar e a esfera política aparecem indissociadas, e se em grande parte a identidade militar se constitui em relação à "política" (a representação de sua "função" dentro da sociedade, sua "vocação" para "salvar" os negócios do Estado, a oposição ao "bacharelismo") e não apenas aos elementos tradicionalmente vistos como pertencendo às armas, torna-se de importância central objetivar os princípios de classificação¹⁰ e os respectivos esquemas de percepção aplicados pelos agentes na constituição de sua identidade, assim como sua utilização nas tomadas de posição política como recurso na carreira militar. Em suma, tendo em consideração as premissas utilizadas por Daniel Pécaut (1990: 14 e segs.) em estudo sobre os intelectuais brasileiros, trata-se de tentar perceber - verificando suas variações e permanências - como os militares em pauta definem o fenômeno político ao mesmo tempo que definem a si próprios e à posição que lhes cabe ocupar na sociedade. Vale dizer, como propõe o autor com respeito aos intelectuais, "de *qual ângulo* estavam acostumados a falar; *que visões do político* apresentavam para justificar suas intervenções concretas; e de que concepções da *política* (...) se consideravam portadores" (Id., *ibid.*: 18, grifos no original.).

¹⁰Tem-se como pressuposto que "o universo do dizível, *i.e.* também o universo do pensável e do desejável (...), é igualmente um universo prático", cuja elucidação passa não somente pela análise do conteúdo, do léxico e da referência, mas também pela *enunciação*, pelos *usos* e pelas formas como estes se deslocam. Isto leva "a estudar como tal ou qual categorema (...) se inventa, se formaliza e se vulgariza dentro de lutas específicas cujo móvel de disputa é a imposição de um *sensu comum definido e reconhecido*" (Lacroix, 1986: 502, grifos meus).

I. 4 - Encaminhamentos e fontes de pesquisa

Pelas especificidades pertinentes ao objeto construído ao longo da pesquisa e acima comentadas, foram basicamente quatro os tipos de fontes utilizadas como material empírico para esse estudo. Em primeiro lugar encontram-se aquelas relativas aos alunos da Escola Militar de Porto Alegre, constituídas pelos livros de Registro de Matrículas e de Assentamentos dos Praças e Oficiais que passaram pela instituição no período de 1853 a 1906, consultados no Arquivo Histórico do Exército (RJ). Quanto a esse material, cabe em especial ressaltar a grande quantidade de lacunas por ele apresentada - devida em grande medida ao descuido no registro das informações dos militares na época, acrescentado de uma deterioração considerável de uma parte dos livros - o que conduziu à busca e consulta de outros documentos capazes de preenchê-las ainda que parcialmente. Assim, os processos de *Reconhecimento de Cadetes* (AHEx) também serviram como fonte importante de informações, em particular quanto à profissão do pai, origem geográfica e idade de alguns dos alunos militares. Ao lado desse material, os dados reunidos para o exame dos percursos escolares e das trajetórias profissionais (mas também das origens sociais) pertinentes aos oficiais-generais gaúchos foram extraídos em sua maior parte de suas *fés-de-ofício* (AHEx), dossiês profissionais compreendendo todas as etapas da carreira do militar desde seu assentamento como praça até a exclusão da ativa.

Em segundo lugar, tem-se um conjunto de documentos de natureza pessoal (incluindo correspondência ativa e passiva e outros) que foram dispostos para um número restrito de generais de origem gaúcha, assim como para determinados líderes políticos, e que se encontram arquivados nos acervos de instituições variadas. A maior quantidade de documentação organizada relativa aos oficiais interessando a esse estudo - Entre os quais

Frederico Solon, Bernardino Bormann e vários militares da família Menna Barreto - achase no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), no Rio de Janeiro. Além da vasta documentação reunida naquela instituição, também foram consultados os arquivos pessoais dos generais Fernando Setembrino de Carvalho e Bertoldo Klinger, pertencentes ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), igualmente no Rio de Janeiro, e ainda o do general Francisco Ramos de Andrade Neves, no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGBRS), em Porto Alegre. Por último, os arquivos de Flores da Cunha, disponível no Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-Grandense da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NUPERGS), e de Borges de Medeiros (IHGBRS), também forneceram material de excelente qualidade com respeito às relações entre as esferas política e militar.

Um terceiro tipo de fonte de que se lançou mão é composto por um conjunto reduzido de obras escritas dedicadas à vida de generais do Exército, produzidas pelos próprios oficiais em questão ou então por terceiros, seus descendentes ou não. Trata-se de livros de *memórias*, *biografias*, *autobiografias* e *genealogias* que serviram, sob diversos aspectos, à reconstituição das trajetórias sociais e profissionais de alguns dos oficiais gaúchos interessando direta ou indiretamente à pesquisa¹¹. Por sua extensão e especificidade, esse material permitiu não somente uma apreensão mais aprofundada das origens sociais e das composições de trajetórias daqueles oficiais, como também a reconstituição mais geral dos diferentes espaços sociais e de suas intersecções com o espaço militar, nos quais estavam inseridos e se moviam os agentes do universo englobado no período em pauta¹². Com respeito ao tratamento e emprego desse material

¹¹Não havendo nenhum recenseamento envolvendo o conjunto de generais gaúchos dispo de obras a seu respeito, procedeu-se a um longo levantamento bibliográfico realizado em bibliotecas e arquivos históricos.

¹²Em particular o gênero *autobiográfico* e as *memórias* prestam-se a fornecer informações dessa natureza. Como aponta Miceli (1979: XXV) com respeito ao amplo material produzido por escritores brasileiros socialmente consagrados, "o itinerário autobiográfico faz as vezes de um ponto de vista sereno e objetivo a

em particular, alguns comentários de ordem teórico-metodológica mostram-se necessários.

Ocupando parte importante dentro das estratégias de apresentação de si e de consagração social, de modo geral tais obras representam um esforço de construção ou de reforço de uma imagem social que pretendem seja vinculada a um "serviço obstinado à pátria" e aos "mais altos valores nacionais", buscando pois retrair, desde as origens de uma "vocação" para as armas (muitas vezes determinada por uma "tradição familiar sangüínea à qual não se pode escapar"), passando pela iniciação militar e por todos os "felizes acasos" da carreira, até a chegada aos mais altos postos da instituição. Logo, por se tratar de um material produzido com vistas a cumprir determinadas funções interessando aos agentes que as produziram - perpetuação de um "nome" e transmissão de um capital simbólico, consagração do Exército como instituição nacional etc -, dentro de uma lógica racionalizada própria a conferir sentido a uma seqüência de eventos biográficos vividos como tais e geralmente expressos em forma de *narrativas* (Bourdieu, 1986: 69-70), exige-se que seja submetido a um tratamento metodológico capaz de romper com as representações práticas nele embutidas¹³. Ou seja, ao tomar essas obras como fruto de uma estratégia (não necessariamente consciente) de apresentação pública oficial, formada por uma série particular de categorias de percepção social, pode-se antes

respeito dos "destinos" paralelos de uma família, de uma geração, de uma classe, de uma nação e, por esta via, de toda a sociedade. Tendo como alvo a reconstituição da história social, política e cultural de toda uma época, o relato autobiográfico assume os contornos de trajetória exemplar, às voltas com os dilemas morais, intelectuais e políticos com que se defrontaram os companheiros dos bancos escolares, das primeiras lides políticas, e os contemporâneos de geração de seus autores". Com respeito ao uso de biografias como fonte de pesquisa pela sociologia, ver Chevalier (1979).

¹³Tal tratamento não se limita a essas obras em particular, sendo válido para todo tipo de documento empregado na pesquisa sociológica. Assim, como sugere Merllié (1996: 134), busca-se superar as limitações contidas na "crítica do documento", "que implica um juízo sobre seu 'valor'", procedendo a uma "verdadeira 'sociologia do documento' que lhe restitua um estatuto de fato social e não somente de informação (transparente ou enganadora) sobre fatos sociais". Tomando como exemplo a "construção de uma biografia social em que a 'profissão do pai' simboliza o meio de origem e as solidariedades que ele possa implicar", aquela aparece, antes de ser um instrumento de análise sociológica, como uma prática social. "O 'sucesso' pessoal pode ser avaliado, na 'vida' assim como nas 'tabelas de mobilidade', pelo caminho percorrido desde essa 'origem'. Como aspecto da apresentação de si, a 'apresentação dessa origem entra assim nas reconstruções sociais diversificadas" (Id., *ibid.*: 157).

de mais nada questionar as condições em que foram elas produzidas - considerando por exemplo as disposições sociais e culturais que levaram determinado oficial militar a escrever sua *história de vida* -, e relacioná-las com a série de posições ocupadas pelos agentes nos diferentes espaços sociais em que se moviam, seguindo a noção de *trajetória* proposta por Bourdieu (Ibid.: 71). A própria existência limitada desse material de *memórias* e *autobiografias* conduz a uma interrogação sobre as motivações que levaram somente uma pequena parcela de altos oficiais a relatar suas vidas. Se há por um lado uma estreita relação entre a produção de obras desse caráter e o montante de capital escolar e cultural que se encontra na base das disposições à escrita ("gosto pelas letras"), da mesma forma não se pode desvinculá-la das peculiaridades apresentadas pelas trajetórias individuais de militares que se consagraram ainda em vida.

Como quarto e último tipo de material empírico, porém não menos importante, dispôs-se de fontes bibliográficas e impressas de origem muito diversa e encontradas de forma dispersa, composta principalmente por dicionários históricos e biográficos, almanaques do Exército e outros, nobiliários, volumes de homenagem, preitos de reconhecimento póstumo, compilações de *nomes ilustres*, livros de história regional e local, obras de "história" e de literatura escritas pelos oficiais, coleções de leis e decretos imperiais, artigos em periódicos, além de outros menos classificáveis e que geralmente foram úteis para preencher alguns claros existentes nas outras fontes.

Ainda um aspecto a ser mencionado refere-se à escolha do estudo de toda a população - de alunos da Escola Militar de Porto Alegre e de oficiais-generais gaúchos - compreendida no período visado pela pesquisa, em detrimento da utilização de apenas uma amostra. A opção por um estudo dirigido sobre a totalidade da população de militares englobada no recorte cronológico proposto justifica-se, por um lado, pelas já mencionadas dificuldades no tratamento de parte do material localizado, notadamente aquele relativo aos alunos militares, cujas lacunas e deficiências levaram à tentativa de

ampliação ao máximo da extensão dos registros como forma de recuperar em parte o que se perdia em qualidade de informação. Por outro lado, a inclusão de todos os generais de origem gaúcha não somente nos exames mais quantitativos - mesmo que de forma desigual, pelas limitações do material -, deveu-se à intenção de se obter uma visão de conjunto mais densa e representativa de suas trajetórias, procurando-se deste modo evitar uma sobrevalorização de traços particulares e idiosincrasias¹⁴.

Quanto à estruturação e apresentação do trabalho, este divide-se em três capítulos cuja ordenação foi orientada pelos princípios teórico-metodológicos anteriormente explicitados. O primeiro capítulo aborda inicialmente uma discussão relativa às peculiaridades da formação do Exército brasileiro, entre o início do século XIX e as primeiras décadas do século XX, como uma instituição *adaptada* cuja estrutura organizativa e sobretudo escolar, constantemente submetida à introdução de modificações baseadas em modelos exógenos importados da Europa, foi sendo gradativamente alterada com vistas à institucionalização de uma carreira padronizada e profissional fundada no mérito militar. Em seguida, é apresentado e discutido um conjunto de dados quantitativos (origens sociais e geográfica, idade de assentamento e de ascensão ao generalato, formação escolar etc) concernentes aos alunos da Escola Militar de Porto Alegre e dos generais de origem gaúcha e do restante do país compreendidos no período do estudo, visando a demonstrar comparativamente os efeitos das alterações nas regras formais da carreira sobre os mecanismos objetivos de recrutamento e seleção das elites de oficiais.

No capítulo que segue passa-se a um segundo nível de análise dos mecanismos de recrutamento e seleção exclusivamente das elites de oficiais gaúchos, no qual procura-se demonstrar, por meio do exame das trajetórias sociais e profissionais de seus membros, a diversidade dos recursos sociais por eles mobilizados e empregados ao longo de suas

¹⁴Com relação à discussão em torno do estudo de amostragem ou da população inteira, ver Jean-Luc Bodiguel (1993).

carreiras, destacando-se aqueles cujos fundamentos encontram-se na detenção de um capital de relações sociais e no envolvimento direto ou indireto com a esfera política. A fim de tornar mais detalhada essa análise, são igualmente expostos os percursos escolares e as trajetórias representativas de três oficiais de origem gaúcha tendo ascendido ao generalato entre 1850 e 1930.

Por fim, dentro de um propósito semelhante ao contido no capítulo precedente, porém mais específico, são examinadas as relações dos princípios vigentes de formação das elites do Exército no Rio Grande do Sul e o fenômeno de reprodução de "grandes famílias" no interior daquela instituição. Por esta via, pretende-se explicitar as bases sociais e culturais dos vínculos estabelecidos entre aquelas "famílias" e o Exército, examinando-se ao mesmo tempo o elenco das estratégias (matrimoniais, escolares etc) através das quais os grupos familiares logram reproduzir-se e se manter no interior daquele. Após um primeiro exame dos aspectos mais gerais aí implicados, valendo-se do estudo dos casos de quatro grupos familiares de "tradição militar", centra-se o foco de análise no caso particular da "família" Menna Barreto, principal "dinastia" de oficiais militares do Exército brasileiro, onde juntamente com o estudo da formação do grupo familiar e de suas ligações com a carreira das armas, são destacadas em particular as trajetórias de dois de seus membros tendo atingido posições de destaque político e militar.

CAPÍTULO I: O "NASCIMENTO DA MERITOCRACIA"

1.1 - A EXPANSÃO DO SISTEMA ESCOLAR E AS MODIFICAÇÕES NA "CARREIRA" MILITAR

Comumente apontada pela bibliografia¹⁵ afim como ponto de inflexão na estruturação da carreira militar, a série de modificações introduzidas no Exército a partir da metade do século XIX traduz nitidamente uma preocupação de se criar um padrão mais formalizado da profissão. Inspirados nas "modernas práticas européias", a lei e os regulamentos adotados pelo Exército Imperial em 1850 passavam progressivamente a vincular a ascensão na hierarquia a regras institucionais formalmente explicitadas. Desse modo, seguindo uma tendência de "modernização" experimentada pelos exércitos europeus - burocratização, adoção de critérios rígidos de ascensão interna, escolarização e tecnificação -, eram criadas medidas objetivamente destinadas a romper com os mecanismos até então "frouxos" e pouco objetivos de regulação hierárquica. Em outras palavras, apontava-se para a eliminação dos "vícios" personalistas e aristocráticos típicos do *ancien régime* imperial, essencialmente ancorados nas relações de privilégio estabelecidas entre o poder central e frações aptas a desfrutar de seu acesso e proximidade (proprietários fundiários, nobreza de origem européia, burocracia "lusa" e brasileira).

¹⁵Entre outros, Motta (1976), Carvalho (1977), Castro (1990 e 1995) e Schulz (1994).

Entre aquele conjunto de modificações visando à regulação do acesso aos postos de oficiais das diferentes armas¹⁶, oficializado por uma lei imperial assinada em setembro de 1850 e regulamentado por decreto de março do ano seguinte, são destacados os seguintes aspectos: a gradualidade na ascensão hierárquica, desde o posto de alferes ou segundo-tenente até o de marechal; os limites mínimos da idade de dezoito anos e de dois anos de praça efetiva para a promoção ao posto de alferes ou de segundo-tenente; a obrigatoriedade, para a promoção até o posto de capitão, da *obtenção do curso completo da respectiva arma*, além da antigüidade de dois anos no posto atual; um serviço mínimo de três anos no posto imediatamente anterior ao de acesso aos postos superiores (para o serviço em atividades de guerra, o tempo previsto nos últimos dois pontos seria reduzido à metade, e ainda suas condições poderiam ser modificadas por *serviços relevantes e ações de bravura e inteligência* devidamente justificadas); o preenchimento dos postos de tenente e capitão seriam conferidos por antigüidade, os de major, tenente-coronel e coronel, metade por esse princípio e metade por *merecimento*¹⁷, e os postos de oficiais-generais (brigadeiro, general e marechal) *exclusivamente por merecimento, a juízo do governo*; inclusão da contagem de antigüidade militar do tempo passado em serviço na Guarda Nacional, corpos policiais, Marinha, missões diplomáticas, presidências de províncias, ministérios, corpo legislativo, ou ainda em atividades, dentro ou fora do Império, dedicadas aos estudos militares ou industriais com permissão do Ministério da Guerra; proibição da concessão de graduações (exceto ao oficial mais antigo de cada classe), incluindo graduações militares, a empregados civis das secretarias, contadorias,

¹⁶Para uma visualização da disposição hierárquica das patentes vigentes no Brasil desde 1500, ver quadro I em anexo.

¹⁷As qualidades que constituíam merecimento militar para preferir à antigüidade no provimento de metade das vagas dos postos de major, tenente-coronel e coronel eram: 1ª *subordinação*; 2ª *valor*; 3ª *inteligência, zelo, instrução e disciplina militar*; e 4ª *bons serviços prestados na paz ou na guerra*. Cf. Regulamento para execução da lei n.º 585 de 6 de Setembro de 1850, in: *Almanak dos Oficiais Efetivos, Reformados, e Honorários da Diferentes Armas do Exército do Império do Brasil no Ano de 1855*, RJ, Typographia Universal de Laemmert, 1855, p. 27.

arsenais e outros estabelecimentos ou repartições militares, com exceção dos pagadores e comissários das tropas¹⁸.

De par com essas inovações estava a ampliação do sistema de ensino militar - tornado pelas reformas um aspecto central no interior da instituição - posto que o estudo adquiria dimensão importante na estruturação da carreira (de acordo com a lei de 1850 o curso de uma das armas era condição indispensável para as promoções até o posto de capitão), ao contrário do que ocorria no sistema vigente desde 1810, inaugurado com a criação da Real Academia Militar na Corte. Esta, até então, havia sido a única instituição de ensino dedicada ao Exército, formando, além de oficiais de armas (infantaria, cavalaria e artilharia), oficiais engenheiros, engenheiros geógrafos e topógrafos, estes também habilitados para serviços civis. Em 1844, uma reforma estatutária estabeleceu os títulos de *bacharel* e *doutor* em ciências matemáticas, criando o "tipo híbrido do militar-bacharel, ou militar-doutor". Como aponta Motta (1976: 79), "através dele [o título] sente-se que os quartéis não ficaram imunes à feitiçaria dos títulos a que todo o Império, aos poucos, se entregava. Todo mundo queria ser doutor. O título abria caminho para os empregos, para o bom casamento, para o prestígio social e político".

1.1.1 - A importação de modelos exógenos: o Exército como instituição *adaptada*

A atenção chamada pelos fatos acima mencionados, ao lado de vários outros que virão a ser examinados, permite o avanço inicial de duas hipóteses anteriormente

¹⁸Cf. Lei n.º 585 de 6 de Setembro de 1850 e Decreto n.º 772 de 31 de Março de 1851, in: *Almanak dos oficiais efetivos ...*, p. 25-31.

esboçadas, e que serviram de fio ao longo da realização deste estudo. A primeira delas diz respeito ao caráter peculiar da instituição militar brasileira, resultado da condição periférica do país/império, portanto, de ser ela parte de uma série de produtos (instituições, ideologias, filosofias etc) importados dos países ditos "ocidentais", isto é, europeus. A segunda hipótese, estreitamente relacionada à anterior, refere-se à inexistência - no período enfocado -, de uma estrutura social cujo principal princípio de hierarquização encontre-se na profissão, logo, que permita que um título profissional funcione como garantia central de acesso a uma determinada posição na hierarquia social.

O primeiro aspecto acima destacado insere-se nas propostas de análise trazidas à tona pela Sociologia Comparada¹⁹, particularmente nas importantes contribuições relativas ao estudo dos fenômenos de "importação-exportação" de bens simbólicos, resultantes de uma crescente homogeneização e ocidentalização dos âmbitos políticos (Badie & Hermet, op. cit., p. 180). Como fazem ver em especial os estudos de Bertrand Badie (op. cit., p. 69 e segs.), o processo de difusão de um modelo europeu de formação estatal nacional não pode ser desvinculado de uma "pretensão universalista do Estado" como estrutura de organização do poder político. De fato, pelo menos a partir do século XVI, a crescente circulação dos governos - que já não mais se reproduzem isoladamente - e das relações internacionais propiciou a formação de um código comum para todos os atores do sistema internacional, favorecendo assim o surgimento de uma cena internacional na qual cada vez mais são difundidas categorias ocidentais de pensamento, tais como princípios de territorialidade, um sistema normativo e as regras vigentes do jogo internacional. A construção dos Estados chamados "periféricos" - no qual se insere o caso do Brasil -, resultado de uma relação de subordinação às metrópoles, coloca em foco

¹⁹Este parece ser o termo mais generalizado, ao lado de *Sociologia Histórica*, de uma vertente teórica iniciada com os trabalhos debruçados sobre padrões comparados de construção nacional, também chamada de *Sociologia do Estado*. Para uma visualização de seu "estado das artes", com toda uma riqueza de polêmicas, ver especialmente a edição da *Revue Internationale des Sciences Sociales*, nº 133, 1992, e B. Badie & P. Birnbaum, *Sociologie de l'Etat revisitée*, in: *Revue Internationale des Sciences Sociales*, nº 140, 1994, p. 189-203.

a ambigüidade dos processos de homogeneização dos âmbitos políticos. Desde vários pontos de vista, o Estado periférico se estrutura como se sobre ele devessem estabelecer-se as relações de dependência que os unem aos estados hegemônicos. Por um lado, a dependência propicia a territorialização dos âmbitos políticos, a construção de um centro de poder e a formação de estruturas burocráticas, ainda que por outro contribua a limitar a soberania do Estado, a constituição de uma sociedade civil diferenciada e estruturada, e o estabelecimento de fórmulas de legitimação suficientemente sólidas.

A importação de *modelos exógenos*, além dos efeitos acima citados, tem como conseqüência o surgimento de um *Estado híbrido*, fruto do transplante de instituições estrangeiras ao interior de sociedades culturalmente diversas, de tradição completamente alheia ao modelo importado. Posto que suas condições de surgimento e de uso social nunca podem ser reproduzidas em outras situações, por serem resultado de uma história e de uma cultura específicas, a estrutura implantada passa por um processo de adaptação e interpretação, necessariamente sofrendo modificações significativas, a ponto de, em muitos casos, resultar em uma deformação do paradigma original (Badie & Hermet, op., p. 180-209).

O processo de constituição do "Estado" brasileiro, fruto de longo empreendimento colonizador europeu, revela traços marcantes de uma sucessão de importação de bens simbólicos originários de países centrais da Europa, característicos de uma situação de dependência externa. Antes de mais nada, a ausência absoluta de estruturas político-administrativas exigiu, de início, a adoção de "instituições" mínimas de administração e de regulação das propriedades da Coroa portuguesa (distribuição de terras, recolhimento de impostos, defesa etc). Entre o início da colonização e a transferência do trono de João VI, em 1808, teve-se a expansão e complexificação do aparato administrativo aqui instalado, dando-se, porém, com a vinda do rei português e de sua Corte, o auge de uma dinâmica importadora de produtos exógenos.

A começar pela instalação de uma "Corte" imperial - fruto de uma história muito particular vivenciada por parte da Europa -, e de toda uma série de instituições (também no sentido de costumes, rituais e simbolismo)²⁰ a ela inerentes, tais como ordenanças, milícias, ordens, títulos, mas igualmente códigos, doutrinas e filosofias, experienciou-se a implantação e utilização de "produtos" cujas condições de surgimento não encontraram paralelo no seio da sociedade importadora. Sendo parte do aparato político-administrativo "estatal", a instituição militar inevitavelmente estava incluída neste conjunto de estruturas, e foi inicialmente rearranjada devido à extensão das terras coloniais. Ou seja, a impossibilidade de cobrir áreas muito grandes de terra fez com que as atividades militares das quais eram encarregados o exército e demais corpos portugueses - estreitamente ligadas ao trabalho de conquista e manutenção das posses da Coroa - recaíssem nas mãos dos proprietários de terras locais²¹. Sob este aspecto, o extremo sul da colônia/império, foco central de tensões ao longo de séculos, viu desenvolver-se sobremodo a estreita relação entre a posse de terras e o exercício da guerra, concretizada na figura mista do "militar-estancieiro". Uma fraca institucionalização formal da competência militar propiciava, portanto, a coexistência de militares profissionais portugueses, proprietários privados, mercenários e *ordenanças*, tratando-se esses últimos de "milícias constituídas pelas câmaras locais, cujo princípio básico de organização hierárquica se dava a partir da nomeação estabelecida pelos senhores locais" (Leirner, 1997: 58)²². No entanto, se por um lado essa composição heterogênea revelava algo de inédito e específico - posto que não mais se tinha um exército colonizador original nem tampouco um aparato nativo -, por outro, mantinha uma estrutura hierárquica formal basicamente igual à dos exércitos

²⁰Ver Maria E. de Barros Ribeiro, *Os símbolos do poder*, Brasília, UnB, 1995.

²¹"Como não interfere na área de produção, a Coroa delega os poderes administrativos e políticos. Fica ausente, assim, de sua área específica, aquela em que se exerce o chamado poder político, e a ordem privada absorverá a área em que aquele poder está ausente. O senhor de terras será, conseqüentemente, autoridade pública. Investido, inclusive, do poder militar, salvo no mar, para o que não tem possibilidades" (Sodré, 1979: 18).

²²No mesmo sentido, ver Uricoechea (1978: 68).

originários do mundo feudal, isto é, assentava-se sobre patentes militares cujas posições equivaliam às "originais", e inclusive apresentavam uma nomenclatura praticamente idêntica àquelas²³.

De tal situação compósita, aliás, também válida para o fenômeno da reprodução de uma "Corte" européia no Brasil - em que, apesar de muitas semelhanças com uma "Sociedade da Corte" tal qual a estudada por Norbert Elias (1993, 1996a e 1996b), estas são muito frágeis -, resultam sérias dificuldades para a apreensão de seus princípios estruturadores. Entretanto, mesmo que seja difícil demonstrar toda a complexidade envolvida nestes processos - o que implicaria tornar explícito, por meio de longa e minuciosa análise, as estratégias das elites importadoras e as respectivas lutas aí embutidas - pretende-se lançar aqui, pelo menos, alguma luz sobre aspectos reveladores de seus efeitos na dinâmica do Exército brasileiro, Entre os quais a progressiva adoção de modelos europeus tanto de ensino técnico-teórico militar quanto de estrutura organizativa, e ao mesmo tempo a reelaboração dos princípios aí subjacentes (sobretudo os do "mérito") dentro de um contexto diferente do originário.

Nesse sentido, um ponto fundamental a ser retomado refere-se às tentativas de reformulação da instituição militar e de sua conseqüente "profissionalização". Como foi brevemente apontado, a criação da Real Academia Militar em 1810 tinha por finalidade "reformular o Exército e dar-lhe disciplina e instrução" (Oliveira Lima: 254, apud. Motta, op. cit., p. 13). Obra defendida por D. Rodrigo de Souza Coutinho (Conde de Linhares), Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra de D. João VI²⁴, refletia essencialmente

²³Segundo informa Leirner (op. cit., p. 59), a nomenclatura empregada era "inspirada no *Livro de las siete partidas*, de Afonso X de Castela, um código que constitui a adaptação do direito cesarista-romano às instituições e costumes peninsulares".

²⁴Nasceu em Chaves, norte de Portugal. Além da carreira política no Reino, também desenvolvera a carreira diplomática, tendo sido enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de Estado em Turim. Em Lisboa, fora ministro dos Negócios da Marinha e Domínios de Ultramar. Ver mais a seu respeito em Theodorico Lopes e Gentil Torres, *Ministros da Guerra do Brasil (1808-1946)*, RJ, 1947.

uma preocupação em preparar comandantes aptos e engenheiros capazes de realizar obras na colônia, indo assim de encontro "à tradição portuguesa de incúria e imprevidência no que se refere ao preparo de soldados de seus exércitos" (Motta, op. cit. p. 14). Tratando-se, pois, de conferir "qualificação técnica" à instituição, buscou-se nas práticas dos exércitos modernos da Europa os subsídios que formariam a base do ensino na Academia. Nesse caso, o modelo de ensino importado teria origem na França, principal paradigma militar naquele continente. Como é destacado, ainda que o domínio econômico e político se achasse em Londres, "nesse plano [das idéias], era em Paris que se procurava a inspiração e as regras. Os estudos de matemática, de engenharia e de técnica militar, a serem montados na Academia, iriam assentar, pois, sobre o pensamento e o didatismo francês" (Id., ibid.: 31).

A introdução e ênfase estrita dadas às ciências exatas²⁵ - efeito inegável do cientificismo francês, muito distinto daquele experimentado na península ibérica²⁶ - implicou o surgimento de uma realidade nova e ambígua no interior do Exército. De um lado, surgia uma "linha teórica", centrada no estudo acadêmico de disciplinas "científicas" baseadas na matemática, desconectada de uma aplicação propriamente militar do conhecimento, e em contraposição a uma tradição humanístico-literária muito sedimentada. De outro, colocava-se a realidade das experiências de guerra no Rio Grande do Sul e a necessidade de aplicação prática de princípios militares em situações que demandavam ações muito concretas. Em suma, a "vida acadêmica" e a "vida militar" andavam em linhas paralelas²⁷, característica que permaneceria intacta pelo menos até

²⁵Dos sete anos de que era composto o curso da Academia (os dois primeiros anos habilitavam às armas de cavalaria e infantaria), à exceção da disciplina de *História Natural*, todas as outras estavam exclusivamente vinculadas às ciências exatas. Para uma apresentação e exame detalhado do currículo, ver Motta (op. cit.).

²⁶Quanto às peculiaridades do Iluminismo na península ibérica, e em particular em Portugal, em relação ao resto da Europa, ver Faoro (1979).

²⁷"No Largo de S. Francisco (Real Academia) falava-se em Frederico, Napoleão, Vaubam, enquanto na campanha riograndense (*sic*) os nomes eram Joaquim Xavier Curado, José de Abreu, Marques de Souza, Osório". "Os nossos doutores, ou melhor, os nossos doutos, viviam em função dos problemas e das soluções de outros povos, e a ciência, neles, era sempre um fator de alienação e fuga. Isto na política, nas letras, nas

meados do século (Motta, op. cit., passim). De fato, tratava-se da luta pela própria definição do "ser militar", traduzida nos termos da disputa entre "teoria" e "prática", escola para "soldados" ou escola para "doutores", entre "científicos" e "tarimbeiros". Reflexos dessa disputa foram as sucessivas modificações regulamentares sofridas pela Academia, todas elas fazendo oscilar o ensino ora em uma direção mais "militarista", defendida sobretudo por aqueles líderes militares cujas trajetórias de carreira estavam mais estreitamente ligadas à "carreira" propriamente dita; ora em sentido contrário, mais "academicista" e representada pelo corpo de lentes (professorado), defensores irredutíveis das disciplinas "científicas", próximos, pois, do ensino "civil"²⁸.

Assim, para citar um aspecto marcante do que foi referido, tem-se na reforma de 1839 uma primeira contrapartida às frustrações da Academia em relação aos seus objetivos iniciais. Novamente voltando-se para a França - fonte onde iriam ser bebidas as lições a aplicar no Brasil - tomou-se por modelo a Escola Técnica e a de Aplicação daquele país. Como o sistema francês supunha o desdobramento da formação do oficial em duas escolas, algo indesejado no momento, o resultado de sua adoção foi uma "simbiose" - donde a mudança do nome de *Academia* para *Escola Militar* e a valorização do ensino técnico-profissional concomitante ao de matemática e de ciências eram indicativos - como sugere essa passagem extraída de um relatório elaborado pela comissão encarregada de criar o novo regulamento:

"Tomamos por norma dos nossos trabalhos os programas das Escolas Politécnica e de Metz [França], como nos foi recomendado; mas apenas podemos imitá-los quanto ao espírito que neles domina, pela razão de que, podendo considerar-se a *escola brasileira como uma fusão de ambas aquelas*, era seu mister modificá-los quase na totalidade das suas

cátedras, e no campo militar também. Por isso aqueles dois ensinos eram dois mundos que se ignoravam, fluíam em tempos históricos diferentes, distantes um do outro" (Motta, op. cit., p. 36).

²⁸Raros eram os lentes que possuíam formação militar. Em sua maioria, tinham ou haviam tido outras ocupações, como o jornalismo, por exemplo, e exercido cargos políticos, como o de deputado, senador e governador.

disposições" (Arquivo Nacional, caixa 694, ano de 1849, apud. Motta, op. cit., p. 75, grifos meus).

Símbolo expressivo dessa condição amalgamada, o surgimento da figura do "militar-bacharel" ou "militar-doutor"²⁹, em 1844, e de todas as possibilidades de uso social abertas pela detenção daqueles títulos, vêm a fortalecer a idéia de inexistência de uma estrutura militar pautada por regras próprias à profissão. Ou seja, a indefinição de critérios estritos de entrada e de ascensão na carreira - até então predominavam basicamente critérios personalistas e adscritivos (ligações com o poder central, origem nobre) e o estudo não era condição, nem mesmo formal, necessária ao ingresso no oficialato -, implicava a subordinação da lógica institucional militar a outras que não as estritamente ligadas à profissão. De tal situação, em que a utilização de recursos diversos, notadamente o estabelecimento de relações com o imperador e seus círculos mais próximos e o envolvimento na "política civil" (Schulz, 1994: 23-33), permitia a ocupação de postos de comando mas ao mesmo tempo a inserção em outras esferas de atividade, como a prática política, resultavam sérias dificuldades para a institucionalização do Exército em termos "racionais"³⁰.

Seguindo a tendência de tentativa de estruturação da profissão de oficial militar como uma carreira regida por um conjunto de regras universais nos moldes considerados modernos, o Exército brasileiro continuaria a incorporar ao longo do século XIX, e sobretudo nas primeiras décadas do século seguinte, alguns traços dos principais esquemas organizativos desenvolvidos pelos exércitos europeus. Em larga medida, a experiência bélica adquirida no conflito com o Paraguai revelara o despreparo tanto organizacional quanto material e técnico das tropas imperiais, o que estimulou uma

²⁹Teriam direito ao título de bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas aqueles alunos que possuísem os sete anos do curso completo da Escola Militar, e ainda poderiam exibir o grau de doutor naquelas ciências no caso de terem obtido aprovações plenas em todas as matérias dos referidos anos.

³⁰Com respeito às características dos exércitos modernos (burocrático-rationais), ver Max Weber (1996: 716 e passim).

reavaliação das condições gerais de sua organização, incluindo a participação de jovens oficiais de baixa e média patentes que passaram a se manifestar sobre aquele assunto a partir da fundação da *Revista do Exército Brasileiro*, em 1882. Quanto à formação dos oficiais nas escolas militares, permaneceriam as oscilações entre um pólo "profissional-prático" e outro dito "científico", isto é, mantinha-se central a questão de determinar um *quantum* de "cultura geral" necessário ao preparo do profissional do Exército (Motta, op. cit., p. 210). Como ressalta MacCann (1984: 751), somente entre os anos de 1889 e 1913, além de o governo ter gasto grandes quantias em duas reorganizações gerais e algumas outras parciais da instituição, "os regulamentos das escolas militares foram reescritos quatro vezes (duas dando maior importância à teoria sobre a prática e duas no sentido inverso)", os regulamentos das várias armas também sofreram diversas modificações, e "os uniformes pareciam mudar de acordo com os ventos da moda". Com a proclamação da República, a reforma curricular de Benjamin Constant fez mais uma vez as orientações penderem no sentido de um "teorismo" baseado no ensino abstrato da matemática e das ciências exatas, fato que não era seguido pelas escolas práticas e de guerra, onde os exercícios aplicados ganhavam maior destaque. Juntamente com a queda da Monarquia e a ascensão dos militares ao primeiro plano da política nacional, surgiram pois manifestações militares cujo conteúdo girava basicamente em torno da demanda pelo aumento de efetivos, por uma modernização estrutural e ainda pela aquisição de equipamentos.

As primeiras medidas mais efetivas começaram a tomar forma entre 1908 e 1914, quando da instituição do serviço militar obrigatório, da criação dos Tiros de Guerra³¹ e de grandes unidades chamadas Brigadas Estratégicas, assim como da constituição e envio de uma turma de oficiais estagiários à Alemanha (Leirner, op. cit., p. 68). De retorno ao Brasil, após contato direto com um dos mais importantes modelos de exército da Europa,

³¹Eram pequenas unidades militares, geralmente localizadas em zonas rurais.

esse grupo de oficiais, apelidado em seguida de *jovens turcos*, fundaria o periódico militar *A Defesa Nacional*³², primeiro instrumento de divulgação de um "pensamento militar enquanto um pensamento nacional" (Id., *ibid.*: 69). No entanto, o ponto mais alto nessa seqüência de modificações organizacionais dar-se-ia com a contratação de uma Missão Militar composta por oficiais franceses em 1919³³, a qual seria encarregada de operar uma reestruturação geral na organização do comando militar em conjunto com uma reformulação no sistema de ensino. Com respeito aos aspectos organizacionais, os resultados mais visíveis traduziram-se na constituição de um Estado-Maior efetivo³⁴, centralizador do comando nacional do Exército e encarregado de elaborar as grandes diretrizes a serem aplicadas à totalidade da instituição, buscando-se assim romper os vínculos historicamente estabelecidos e mantidos entre setores do oficialato e elites regionais. Mais do que isso, de acordo com o papel desempenhado por aquele órgão na estrutura militar européia, tratava-se de conformar uma esfera que comportasse oficiais especializados na arte da guerra, e que portanto desfrutasse de relativa autonomia frente ao domínio da "política" naquilo que tocasse às orientações da política especificamente militar. Quanto às alterações no sistema de ensino, de par com uma nova retomada dos estudos orientados preferencialmente ao emprego de conhecimentos teóricos em exercícios de caráter prático, trabalho comandado pelos instrutores, procurou-se acentuar

³²Conforme demonstra MaCcann (1984: 748), diferentemente do que ocorria com a *Revista Militar*, essa revista de publicação mensal não tinha um caráter oficial no sentido de ser publicada por membros do *staff* general. Seus fundadores, oficiais de baixa e média patentes, empregaram fundos próprios para a primeira tiragem e continuaram a pagar pelos artigos subscritos, os quais muitas vezes atacavam criticamente a política militar oficial. Como remarca oportunamente o autor, ao longo de sua história, muitos dos colaboradores regulares e membros do conselho editorial ascenderam aos mais altos postos hierárquicos, e dois membros conselheiros, Eurico Dutra e Castelo Branco, tornaram-se presidentes da República.

³³A idéia de trazer ao Brasil uma missão militar européia vinha sendo desenvolvida desde o início da República. Com a ida do marechal Hermes da Fonseca à Alemanha, em 1912, e o posterior estágio realizado pelos *jovens turcos* no interior do exército alemão, tudo indicava que o contrato seria firmado com aquele país. Porém, ao lado das pressões de grupos favoráveis à contratação originária da França e de um debate acirrado com os oficiais reformistas responsáveis pela *Defesa Nacional*, declaradamente *germanófilos*, as circunstâncias do alinhamento brasileiro com os países que combatiam a Alemanha acabaram por descartar essa possibilidade. Para maiores detalhes, ver Motta (*op. cit.*) e Malan (1988).

³⁴O Estado-Maior do Exército (EME) existia sob essa denominação desde 1896, originária da antiga Repartição do Ajudante-General, porém até então não se constituía como uma estrutura orgânica e articulada. A esse respeito, ver Banha (1984).

sobremodo uma formação contínua do oficial militar ao longo da carreira. Para tanto, concebeu-se um sistema escolar diferenciado e diversificado, capaz de fornecer qualificação desde o nível preparatório ao ingresso no oficialato até os quadros destinados a compor o Estado-Maior do Exército e outros altos postos da hierarquia³⁵. Como forma de regulação do acesso ao generalato, por meio de um decreto baixado em janeiro de 1919 decidiu-se que a partir do ano de 1929 ele passaria a estar condicionado à detenção indispensável do Curso de Estado-Maior.

1.1.2 - A reapropriação do *Cadetismo: um título para todos*

Provavelmente um dos aspectos mais reveladores da dinâmica específica à qual estava submetido o Exército brasileiro ao longo do século XIX seja a "instituição" do *cadetismo*. Introduzido em Portugal em 1757, o título de cadete conferia aos filhos da nobreza o direito de ingressarem na carreira das armas com a honra de oficiais, abrindo-lhes assim privilégios negados a outros grupos sociais. Transplantado para o Brasil, sofreu modificações significativas em seu conteúdo e usos. Originalmente destinado àqueles jovens que tivessem comprovada sua ascendência nobre, o título de cadete rapidamente passou a ser alvo de camadas menos restritas da população.

³⁵De acordo com essa reorganização os cursos eram divididos da seguinte forma: *Curso de Armas*, feitos nas escolas militares, para a preparação dos oficiais subalternos das armas; *Cursos de Aperfeiçoamento de Armas*, realizados nas Escolas de Aperfeiçoamento de Oficiais (RJ) e destinados a completar a instrução dos oficiais e aperfeiçoá-los como instrutores e comandantes de pequenas tropas; *Cursos Técnicos de Artilharia e de Engenharia*, com a finalidade de habilitar tenentes destas duas armas para as funções técnicas dos serviços de Material Bélico e de Engenharia; *Curso de Estado-Maior*, feito na Escola de Estado-Maior (RJ) e visando à formação do quadro de oficiais de Estado-Maior, fonte de recrutamento do alto comando futuro; *Curso de Revisão*, destinado a manter atualizada a formação dos oficiais superiores. Cf. Motta (op. cit., p. 309) e Malan (op. cit., p. 250).

"Contínuos pedidos de súditos, merecedores do régio beneplácito, para serem cadetes, mas não preenchendo as condições legais, fizeram D. João estabelecer 'que os *filhos de oficiais de patente* das tropas de linha do exército do Brasil, ou de *pessoas condecoradas com o hábito de alguma das ordens*, possam ser admitidas como *segundos cadetes*; e os de outras pessoas que tiveram alguma *consideração civil pelos seus empregados*, ou *pelos seus cabedais*, se possam admitir nos corpos de linha como *soldados particulares*'. E ainda, 'que nos corpos de milícias possam também haver praças de soldados particulares para aquelas pessoas que *pelos bens*, ou *por outros respetos mereçam essa consideração*'" (Coleção das Leis do Brasil de 1820, apud. Cunha, 1966: 26, grifos meus).

Desse modo, ao lado do título de *primeiro cadete*, destinado aos filhos de "nobres" e de oficiais superiores, surgiram também os de *segundo cadete* e de *soldado particular*, os quais teriam igualmente ampliadas suas concessões. Em 1854, o direito a ser reconhecido cadete foi estendido aos filhos de oficiais da Guarda Nacional (1º cadete para os filhos de oficiais superiores, e 2º cadete para os filhos de oficiais subalternos), e em 1879 poderiam tornar-se *soldados particulares* os filhos de "doutores em medicina, que, mesmo se rotulados plebeus ex hypothesis, gozavam de consideração civil na sociedade, pelo galardão científico e pela profissão exercida" (Cunha, op. cit., p. 37). O mesmo passava a ser aplicado aos filhos dos bacharéis formados em Ciências Jurídicas e Sociais, ou Físicas, Naturais e Matemáticas (Cidade, 1961; Cunha, op. cit.).

Em questão de algumas décadas, como se vê, havia o *cadetismo* "brasileiro" transformado-se em algo bastante distinto daquela instituição portuguesa cuja função essencial era estabelecer às camadas nobres um caminho privilegiado de acesso aos altos postos militares, garantindo desta forma a reprodução restrita de uma "elite corporativa das armas". No caso do Brasil, em um contexto que não era exatamente aquele de uma sociedade aristocrática nos moldes europeus, sua adaptação teve efeitos diversos, vindo a ampliar largamente a possibilidade de uma "boa entrada" na carreira das armas³⁶. Vale

³⁶Processo essencialmente simbólico de instituição de diferenças, demarcando uma fronteira mágica entre os incluídos e os excluídos (Bourdieu, 1989: 140-162), o "reconhecimento de cadete" (esse era o termo empregado) implicava o conferimento de uma série de vantagens ao detentor do título, traduzindo maiores possibilidades objetivas de ascender a uma boa posição no oficialato (havendo uma ordem de precedência

dizer, à medida que eram postos de lado os critérios de nobreza de filiação como única condição de acesso ao título, e substituídos por outros, menos rígidos, tais como "ser filho de oficial", "ter um pai de profissão 'reconhecida'", ou ainda, simplesmente "possuir determinados bens", passava-se necessariamente a modificar os mecanismos de regulação da carreira no Exército.

Se essas modificações nos critérios de reconhecimento do direito ao título eliminavam o exclusivismo da nobreza - fazendo diminuir o número de oficiais europeus no seio da instituição³⁷ - ao mesmo tempo colocavam em evidência uma dimensão fundamental da dinâmica social vigente, que era a utilização de relações baseadas no capital social como requisito para a aquisição de trunfos sociais diversos (Coradini, 1995 e 1998). Assim, o estabelecimento de relações não somente com o poder central, em um contexto de acentuado patrimonialismo, mas também com os poderes regional e local, através de ligações partidárias, de parentesco, "compadrio", de "amizade", ou ainda da sobreposição dessas, pautava em larga medida a lógica do *cadetismo*. Tipicamente ilustrativo do que é exposto será o caso do marechal gaúcho Setembrino de Carvalho, o qual, quando ainda aluno da Escola Militar de Porto Alegre e almejando ser reconhecido cadete - o que lhe garantiria vantagens inegáveis na carreira -, vai procurar pessoalmente o Presidente da província e lhe expõe seu "problema". Este, ao saber que se tratava do filho de um "importante correligionário", seu "conhecido", imediatamente assina a nomeação de seu pai como coronel da Guarda Nacional em Uruguaiana, permitindo a Setembrino obter a demanda desejada (Carvalho, 1950: 24-5).

do 1º cadete sobre o 2º e o soldado particular ou 3º cadete). A *distinção* de ser cadete permitia ao *distinguido* "freqüentar, simultaneamente, a roda dos oficiais e a dos sargentos", e não era "nada espantoso que fosse objeto das atenções governamentais (Cunha, op. cit., p. 73). Além disso, "não fariam sentinela nos quartéis; e concorreriam com os sargentos e forriéis nos serviços externos. Podiam ser promovidos sem tempo determinado de praça (Magalhães, 1950: 501, apud Uriceochea, op. cit., p. 79).

³⁷Entre em 1822 e 1860, 50, 42% dos generais do Exército não eram brasileiros, enquanto que entre 1861 e 1889 este percentual cai para 12,50%.

Na verdade, esse tipo de prática era corrente, vistos a estrutura e funcionamento da Guarda Nacional. Esta, uma milícia privada fundada sobre princípios patrimoniais de administração, organização paralela e não equivalente ao Exército profissional, calcava-se amplamente em práticas prebendelistas de distribuição de cargos (Uricoechea, 1978: 127-174)³⁸. Valendo-se de serviços públicos os mais variados de administração, justiça, defesa e ordem, prestados sem remuneração por agentes privados, a Coroa lançava mão de um complexo aparato administrativo sobre o território nacional³⁹. Entretanto, ainda que não desse direito à remuneração direta⁴⁰, a ocupação de cargos importantes, como juiz de paz, oficial superior ou comandante superior, implicava o acúmulo de prestígio social aos seus detentores. Como a autoridade estava baseada na honra pessoal, pois não se tratava de "profissionais", e sim de "amadores" (*honorarios*) encarnando funções estatais, o desempenho de tais cargos abria espaço à utilização variada do capital simbólico acumulado, especialmente possível em um contexto de baixíssima institucionalização da ordem legal.

Decorre daí que a extensão do título de cadete (1º ou 2º) aos filhos de oficiais da Guarda, e também aos filhos de burocratas, "doutores" e proprietários (direito ao título de *soldado particular*), permitisse o recrutamento privilegiado de oficiais assentando-se agora não apenas em critérios como a "tradição militar familiar" e a "fidalguia", mas também em outros mais em acordo com o contexto e a estruturação social vigentes, tais como a posse de "alguns bens", de determinados "títulos" ("doutor", "bacharel"), e

³⁸A lei que lhe dava existência foi promulgada em 1831, baseada em lei semelhante decretada na França cinco meses antes. Sobre a Guarda Nacional, ver Jeanne B. de Castro, "A Guarda Nacional", in: Hollanda, S. B. de (org.), *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil monárquico*, São Paulo, Difel, Tomo II, V. 4, 1971, p. 274-298.

³⁹Como aponta Uricoechea (op. cit., p. 133), "em nenhum momento, nem mesmo durante aqueles de descentralização extrema, as autoridades burocráticas da Corte abriram mão do direito de selecionar e nomear os homens de sua própria escolha para as fileiras e postos mais elevados das milícias provinciais".

⁴⁰"Os oficiais do exército real, nomeados temporariamente para os corpos de milícia como comandantes ou chefes do estado-maior ou como instrutores dos corpos, estavam isentos, caracteristicamente, do serviço não-pago. Ocasionalmente, os membros da banda recebiam um salário (...)" (op. cit., p. 150).

sobretudo a detenção de uma rede relativamente extensa de relações sociais incluindo agentes próximos às esferas do poder político e da burocracia imperial.

1.1.3 - Uma questão de mérito: o *mérito* em questão

Conforme visto, a primeira metade do século XIX foi marcada pela existência de um Exército pouco "profissionalizado" - cuja estrutura hierárquica estava vinculada às nomeações estamentais herdadas de Portugal -, de oficialidade aristocrática e portuguesa, e amplamente permeado por lógicas externas àquelas relacionadas propriamente à carreira militar, em contraposição ao processo experienciado pelos exércitos modernos europeus, os quais em larga medida serviam de "modelo" aos "ideais" brasileiros. Dadas as frustrações com o sistema de formação do oficial militar, centrado na Academia Real, as tentativas de reformulação da carreira surgiriam a partir de 1850, com a criação de outros cursos e a introdução de regras mais rígidas de ascensão na hierarquia, atreladas à realização de estudos em escolas militares ("mérito").

Entre os efeitos advindos com a reforma de 1850 estavam o desdobramento da Escola Militar (antiga Academia Real) em duas (uma permaneceria no Largo de São Francisco e a outra iria para a Fortaleza de São João, e após para a Praia Vermelha, em 1857), e a criação do Curso de Infantaria e Cavalaria, em Porto Alegre. Além disso, a rede escolar seria também ampliada com a criação, em 1859, da Escola de Tiro de Campo Grande, e a inclusão dos estudos "preparatórios" (secundários) no currículo da Escola Militar, em 1858. De fato, esse último aspecto traduzia um crescente interesse do Exército em fornecer o ensino secundário aos filhos de militares, ao mesmo tempo

oferecendo oportunidade de estudo àqueles com poucas chances de o realizar em outra instituição, e preparando parte daqueles que continuariam seus estudos nos cursos superiores. Gradativamente expandindo seu sistema escolar autônomo, o Exército elaborava mecanismos de reprodução cujas regras formais oficialmente apresentadas repousavam cada vez menos sobre critérios personalistas e informais, e passavam a depender mais estreitamente de sua relação com uma estrutura formal de legitimação social.

Essa foi inegavelmente a tendência que continuou a se afirmar ao longo do Império e que teve impulso nas primeiras décadas da República, através da criação de novos cursos, do envio de oficiais estagiários e de comissões militares ao exterior, da vinda da Missão Militar Francesa e de uma série de reformulações visando à constituição de um Exército "moderno", o que em linhas gerais significava um sistema de promoções bem definido - no qual o "mérito por estudo" torna-se uma via central à ascensão - a adoção de estruturas organizacionais com competências específicas, e a aquisição de aparelhamento técnico-bélico condizente com o "estado atual" da guerra moderna. Por outro lado, ainda que grande parte do acima referido seja verdadeiro, sobretudo com respeito à difusão do ensino e da adoção de instâncias mais formalizadas de organização, fruto de um processo de adoção de modelos criados em outros contextos sociais e culturais, devem ser examinadas com muita cautela as diferenças e as relações entre as regras formais apresentadas pela instituição militar (sistema de ensino, leis, regulamentos etc) e as regras objetivas - mecanismos não formais - que objetivamente regulavam a carreira, e muito em especial nos níveis mais altos da hierarquia, no período em pauta⁴¹.

⁴¹Tem-se presente as indicações de Pinto (1996: 35) com respeito ao estudo de "instituições totais", para quem "um período de mudanças é propício à análise no sentido que obriga a nos interrogar sobre a distinção entre as características essenciais e as características correspondentes a um estado historicamente condicionado da instituição". Segundo o autor, "o sociólogo não é obrigado a se submeter às oposições escolares entre os fatores de mudança e as 'resistências' à mudança, entre o movimento da história e a imobilidade das 'estruturas'... na medida em que sua abordagem dá a possibilidade de apreender, simultaneamente, os invariantes estruturais da instituição e as variações que contribuem para preservá-los.

A esse respeito, cabe em especial introduzir uma discussão acerca da noção de "mérito", amplamente difundida nos trabalhos historiográficos dedicados ao Exército brasileiro, e que lhes tem servido como ponto de referência para indicar a adoção de um princípio teoricamente universal, isto é, igualitário e impessoal, como mecanismo principal de acesso aos postos mais elevados da hierarquia militar. Como já mencionado diversas vezes, a literatura afim tem encontrado no "mérito" um lugar de acordo indiscutível para demonstrar de que modo se deu a ruptura entre o padrão de recrutamento da oficialidade do Exército antes e depois da metade do século passado. Com efeito, os trabalhos de John Schulz (1994; edição original de 1973) e de José Murilo de Carvalho (1977), primeiros a apresentarem dados concretos sobre a composição do oficialato ao longo do Império e da Primeira República, tornaram-se marcos referenciais para as pesquisas posteriores. Utilizando grande quantidade de indicadores, tais como a profissão dos pais dos generais, origem geográfica, posse ou não de curso superior, idade de ascensão ao generalato e vários outros, relacionam a redução do que chamam de "elite" na composição do alto oficialato à "abertura da carreira ao talento"⁴², ou seja, à possibilidade de entrada e ascensão na hierarquia de pessoas de baixa extração social, favorecidos pelo caminho oferecido pelos estudos e pela "dedicação" à carreira.

Duas considerações importantes merecem ser feitas com relação aos pressupostos subjacentes à essa abordagem. Em primeiro lugar, ao se utilizar a noção de "mérito" como recurso acessível a todos aqueles que se dispuserem a aceitá-lo como tal ao ingressar na carreira militar ("o 'esforço', o 'trabalho', a 'disciplina', enfim, a 'dedicação à carreira' terá como 'recompensa' a ascensão na hierarquia"), desconsidera-se todos os efeitos de seleção e classificação sociais operados pela escola e pela instituição militar ela mesma, e que são

Se não fosse assim, o enfoque 'científico' da instituição correria o risco de se limitar a uma forma erudita de participar do conflito que, na instituição militar, assim como em outras instituições - por exemplo, Escola ou Igreja - opõe os 'tradicionalistas' aos 'modernistas'".

⁴²Referência ao primeiro capítulo da citada obra de Schulz, o qual é intitulado "1850 - Uma carreira se abre ao talento".

inseparáveis de suas lógicas sociais. Em outras palavras, ao apontar para o "mérito" (ou para o "talento", agora não mais em um sentido de "qualidades herdadas", "adscritivas", próprias à "nobreza") como um "valor em si", "critério justo" de ascensão e acesso a posições dominantes, compactua-se com a visão mistificada e mistificadora de uma "escola libertadora" e se contribui em grande parte a reforçar o mascaramento de sua verdadeira lógica, de cujo desconhecimento dependem sua eficácia e manutenção (Bourdieu, 1989: 533 e segs.; Bourdieu & Passeron, 1992: passim). Portanto, não se procedendo a uma ruptura com as aparências, primeiro passo para a objetivação sociológica do objeto e, conseqüentemente, para o desvelamento de sua função social, priva-se a análise de pôr a claro as relações objetivas entre as instituições escolar e militar e a estrutura social. Isto é, impede-se de serem explicitadas as formas pelas quais aquelas instituições, especialmente a escola - "máquina destinada a estabelecer classificações" (Bourdieu, op. cit., p. 56) - transformam hierarquias sociais em hierarquias escolares⁴³ (e também militares), cumprindo papel fundamental na manutenção da ordem social (Pinto, 1996: 23-35).

Em segundo lugar, é necessário chamar atenção para o fato de o próprio termo "mérito", assim como outros também componentes da "ideologia meritocrática", tratar-se de uma categoria importada - portanto exógena à realidade da sociedade importadora - cujas condições históricas de surgimento e de uso, seu *ethos* e regras próprios, nunca podem ser transplantadas sem sofrerem modificações (Badie, 1992: 177-225; Badie & Hermet, 1993: 180-209). Falar, pois, em uma "ideologia do mérito" no contexto brasileiro em pauta resulta, no mínimo, em referência a algo muito diverso daquele fenômeno observado na França pós-revolucionária, no qual a meritocracia gradativamente começa a se impor como principal princípio de legitimação social da burguesia emergente (Charle,

⁴³Ou como afirma Bourdieu (1989: 57), "essa colocação dos agentes em posições hierarquizadas constitui por sua vez um dos mecanismos maiores da transformação do capital herdado em capital escolar".

1987: 36-72; Chaussinand-Nogaret, 1991: 217-315). Assim, não desconsiderando as mudanças concretas realizadas no interior do Exército brasileiro, principalmente quanto ao aumento expressivo no nível de escolarização militar do oficialato, e de uma tendência marcante ao recrutamento endógeno de sua elite, parece imprescindível proceder a uma relativização das conclusões tradicionalmente apresentadas. Tal procedimento tem por base, além do que foi exposto precedentemente, a premissa de que, pelo menos para o período em estudo, não se tem no Brasil uma estruturação social na qual o principal princípio de hierarquização e de classificação social esteja baseado na profissão (Coradini, 1995 e 1998), logo, que a aquisição de um título escolar tenda a garantir o acesso a uma posição correspondente na hierarquia social. Por outro lado, ainda que o título tenha se tornado cada vez mais um trunfo indispensável para a ocupação de posições dominantes, em particular no caso de uma corporação como o Exército, restam a ser analisados com detalhes, em primeiro lugar, as propriedades sociais dos agentes em questão, e em segundo lugar, quais os usos sociais possíveis dos títulos possuídos.

Dentro do propósito deste trabalho, esse primeiro ponto pretende-se examinar a partir de uma série de dados coletados e aqui reunidos referentes aos alunos da Escola de Porto Alegre e aos generais do Rio Grande do Sul e do resto do país. Porém, antes de se passar à sua análise propriamente dita, é preciso fazer alguns comentários quanto aos indicadores utilizados, em especial àqueles relativos às origens sociais.

Basicamente, trata-se de tomar em conta a necessária relativização dos indicadores profissionais na explicitação das origens sociais dos agentes em foco, considerando uma situação em que a profissão tem fraca pertinência como definidora da posição social devido a maior importância de outros critérios baseados no capital social e que dependem de outros "títulos" atestando determinados conjuntos de relações sociais (Coradini, 1998: 11). Nesse sentido, como já remarcado por Carvalho (1996: 83 e segs.) em estudo sobre as elites imperiais, e por Coradini (1995 e 1998) em relação à elite

médica brasileira, e igualmente demonstrado pelo material analisado, a indicação da profissão do pai oferece senão uma idéia geral a respeito das origens sociais dos agentes estudados, posto que em grande parte das vezes eram também apresentadas outras ocupações, diversas daquelas oficialmente indicadas, e que revelavam a inserção dos agentes em conjuntos de relações sociais muito mais amplos do que aqueles sugeridos pela indicação profissional⁴⁴.

No que toca à elite militar, tal problema coloca-se de modo especialmente difícil, por um lado, visto o grande número de registros de filhos de "militares" da Guarda Nacional presentes nos dados coletados, o que acentua ainda mais o fato de não se poder tomar a indicação profissional como base para a determinação da posição social ocupada⁴⁵; e por outro, por serem os militares, de modo geral, pouco classificáveis como profissionais, uma vez que suas trajetórias profissionais estão compostas com a atuação em outras esferas de atividade, tais como a política, a burocracia pública, a propriedade fundiária e outras. Ou seja, dadas as especificidades do "título militar", a apresentação de uma patente de oficial militar (do Exército ou da Guarda) pode revelar somente uma dimensão das propriedades sociais detidas pelos agentes em pauta, e cujos valores não podem ser dissociados da detenção daquele título corporativo oficialmente garantido pelo

⁴⁴Com respeito à problemática colocada pelo uso da categorização profissional, Merlié (op. cit., p. 156) aponta, por um lado, para a centralidade da variável *profissão* na análise sociológica, por implicar, além da atividade profissional enquanto tal, "tipos de experiência social e estatutos sociais: não é mobilizada por si mesma, mas sempre em diversos graus, como um indicador sintético suscetível de manter relações com a quase totalidade dos aspectos da existência social". No entanto, a autora também lembra a relevância da profissão nas próprias interações sociais da vida cotidiana, na qual funciona como "um aspecto importante ou sensível da imagem social dada e recebida", isto é, como "um meio cômodo de etiquetagem social" que "desempenha um grande papel na apresentação de si", e que portanto permite uma variedade de usos práticos de acordo com as situações sociais que são apresentadas aos agentes.

⁴⁵Com relação a essa problemática, em estudo sobre a elite médica brasileira em um contexto idêntico ao aqui tratado, Coradini (1998: 11) indica que "(...) quase ninguém pode ser definido pela 'profissão', visto que esta é composta por diferentes esferas de atuação e quase sempre uma ou todas estas esferas estão baseadas em relações personificadas de reciprocidade (ou 'nomeações', tais como a política partidária, a direção de organismos públicos, os 'militares' da Guarda Nacional e mesmo os fazendeiros, de cujas relações político-militares decorre a propriedade das sesmarias)". Como se sabe, a estrutura da Guarda Nacional, cujo recrutamento para o "oficialato" e para os postos mais importantes fundava-se em práticas prebendelistas e altamente personificadas, representa um caso significativo da inexistência de uma estruturação da profissão enquanto tal.

Estado, porém igualmente válido fora da corporação, inclusive quando o oficial não está mais inserido "profissionalmente" ("um general será sempre um general").

Além disso, para os dados mais gerais, passíveis de tabulação, na maioria dos casos não foi possível fazer distinção, quanto à profissão do pai, entre oficiais do Exército e oficiais da Guarda Nacional, obstáculo que se tentou contornar com a utilização de material mais qualitativo, porém apenas disponível para uma parcela dos generais em foco. Portanto, havendo somente a indicação da patente de 1º ou 2º cadete, registrou-se a profissão do pai como oficial superior ou subalterno, respectivamente. Com respeito à profissão dos pais daqueles que detinham a patente de soldado particular (3º cadete), persiste o mesmo problema. Podendo variar desde um simples comerciante até um grande proprietário fundiário, passando pelos "doutores", médicos ou advogados, mas representando sobretudo os empregados das burocracias e os profissionais liberais, essa informação, por seu alto grau de generalidade, merece também ser vista com cautela. No entanto, para boa parte dos registros apresentando a patente de soldado particular foi possível obter a profissão (ou talvez a principal ocupação) do pai especificada. Nos casos em que isso não ocorreu, registrou-se a informação sob a categoria genérica de "'doutor'/proprietário/funcionário público". Por último, para retornar à questão da ocupação múltipla, resta referir-se aos casos em que se obteve a indicação de mais de uma ocupação do pai - não necessariamente simultânea - por meio de fontes extensas, como *biografias e memórias*. Sendo essas informações relativas a apenas uma parte restrita do universo estudado, ou seja, a alguns generais gaúchos dispondo de bons registros, tornou-se viável detalhar a natureza dessas ocupações e das relações nelas implicadas, permitindo assim uma apreensão mais aprofundada das origens sociais dos agentes em pauta, escapando-se em parte aos problemas inerentes ao tratamento estatístico. Para efeitos de tabulação desses dados, optou-se por registrar aquela profissão ou ocupação de maior notoriedade social.

1.1.4 - O recrutamento do oficialato: *elite de oficiais versus oficiais da elite*

Feitas algumas colocações importantes no tocante aos pressupostos presentes na maioria das abordagens dedicadas à composição e estruturação do Exército brasileiro no período estudado, e comentados os principais problemas envolvendo o tratamento dos dados recolhidos, passa-se à apresentação e exame de parte desse material que por ora interessa à exposição da pesquisa.

Tratando este estudo do padrão de recrutamento da elite militar gaúcha entre 1850 e 1930, o primeiro passo empreendido em direção a uma visualização dos mecanismos de formação daquela elite foi a análise das características sociais dos agentes implicados no universo considerado, concomitante à comparação com aquelas apontadas para o resto do país. Para tanto, tomou-se por base as informações disponíveis sobre os alunos da Escola Militar de Porto Alegre⁴⁶, em um primeiro momento, e em um segundo sobre os generais do Rio Grande do Sul e do Brasil como um todo, permitindo-se assim uma tentativa de apreensão das variações e das constantes presentes naquele padrão de recrutamento ao longo do período. Lamentavelmente, não foi possível dispor de informações quantitativas sobre os alunos das outras escolas militares do país, ficando inviável, pois, uma comparação nesse nível. Uma pequena ressalva, porém, merece ser feita a respeito de não

⁴⁶Foi criada inicialmente sob a denominação de Curso de Infantaria e Cavalaria da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em 1851, e começou a funcionar efetivamente em 1853. De lá até 1912, quando é transformada em Colégio Militar de Porto Alegre, o qual funciona em nossos dias, teve várias outras denominações, algumas delas refletindo modificações também em sua estrutura de ensino. Não se pretendendo traçar sua "história", serão referidos aqui apenas os fatos revelando interesse aos propósitos do estudo. Uma das poucas obras de nosso conhecimento tratando exclusivamente da Escola Militar é a de Medeiros (1992). Para informações mais gerais, ver também Motta (op. cit.)

terem sido considerados dados referentes aos alunos da Escola Preparatória e de Tática de Rio Pardo (1888-1905), o que se justifica, basicamente, por ter aquela escola tido papel nitidamente secundário na formação de oficiais no Estado, além de haverem sido constatados problemas sérios no material que serviria de fonte. Portanto, muito pouco deixou-se de ganhar em qualidade de informação.

Com relação aos dados dos alunos da Escola de Porto Alegre, em vista das deficiências apresentadas pelo material, particularmente quanto à sua heterogeneidade para o período, esses, somando um total de 2717 registros, foram divididos em dois períodos relativamente desiguais, os quais, ainda que apresentando considerável diferença na extensão temporal, incluem números muito semelhantes de alunos (1100 para o primeiro e 1617 para o segundo) e possibilitam a comparação diacrônica desejada. Dispôs-se do material de matrícula para os anos de 1853 a 1866 (ano de fechamento da Escola face à Guerra do Paraguai), de 1874 (sua reabertura) até 1879, 1884, 1890, de 1898 a 1900 e 1906. Assim, o primeiro período estende-se de 1853, ano de abertura da Escola, até 1890, e o segundo compreende os anos de 1898 a 1900, e ainda o de 1906. Tem-se, pois, informações sobre todo o período cobrindo a segunda metade do século XIX imperial até a Proclamação da República, e sobre os anos englobando registros daqueles agentes que potencialmente poderiam ascender ao generalato no final da década de vinte, limite cronológico desta pesquisa. Dadas as limitações das fontes para esse segundo período, os registros de 1898 a 1900 serviram basicamente para a indicação da origem geográfica e da idade de assentamento dos alunos, ao passo que os do ano de 1906 informaram também sobre a profissão de seus pais, mesmo que em um nível de representatividade bastante baixo (18,62%).

Com respeito aos dados relativos aos generais, procedeu-se à sua divisão em três períodos, estando os de origem gaúcha compreendidos entre 1822-1853, 1854-1889 e 1890-1930, e os do restante do país entre 1822-1860, 1861-1889 e 1890-1930. Do total de

219 militares que ascenderam ao generalato ao longo da Primeira República (1889-1930)⁴⁷, dispusemos de material mais completo para 202 (92,23%) deles. Para os outros 17 generais, não foi possível obter nenhum registro sobre origem geográfica, profissão do pai e carreira, por não terem sido encontradas suas fés-de-ofício.

Passando ao exame dos indicadores reunidos para os alunos da Escola, em uma primeira abordagem dos dados referentes à origem geográfica (quadro I), a comparação entre os dois períodos revela uma mudança expressiva em sua composição, mostrando uma redução pela metade (de 76,98% para 38,44%) no número de alunos naturais do Rio Grande do Sul matriculados, e em contrapartida um aumento acentuado de alunos oriundos das regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste. Antes de verificar a explicação mais plausível para essa expressiva modificação, é preciso fazer uma ressalva quanto ao tratamento das fontes. Em primeiro lugar, além dos problemas gerais já mencionados sobre a qualidade dos registros, deve-se notar que, na grande maioria dos casos, a indicação da província/Estado de origem do aluno era explicitada somente quando não se tratava de um gaúcho. Porém, considerando-se que alguns livros de registro - e particularmente aqueles do primeiro período - apresentavam muitas lacunas em seu conteúdo, é muito provável que parte dos registros contados implicitamente para o Rio Grande do Sul tivessem outra origem, implicando, portanto, uma certa sobrestimação nos dados aqui apresentados.

No entanto, mesmo havendo essa sobrestimação de gaúchos para o período 1854-1890, tudo leva a crer que seja verdadeira a indicação geral do aumento de alunos naturais de outras regiões na Escola. Isso se explica pelo fato de em 1906, em virtude de reformas no ensino militar, ter sido criada em Porto Alegre a Escola de Guerra, única no Brasil

⁴⁷Na verdade, foram compreendidos 220 generais para esse último período, por ter sido nele incluído o general Bertoldo Klinger, cuja ascensão ao posto deu-se em 7 de maio de 1931. Sua inclusão justifica-se por se tratar de um militar gaúcho cujo estudo das trajetórias social e profissional mostra-se muito pertinente aos propósitos desta pesquisa.

destinada a formação de oficiais nos primeiros postos para as três armas, vindo esta a receber candidatos de outras escolas, como a de Aplicação e a Escola Militar do Brasil. Esta última, fechada em 1904 após uma revolta contra a vacina obrigatória, teve aqueles seus alunos não-punidos ou anistiados transferidos para o sul. Um dos resultados dessa migração generalizada de alunos de diversas outras regiões para o Rio Grande do Sul foi a concentração de maiores contingentes de futuros oficiais na região e o conseqüente ganho de importância desta dentro do cenário militar nacional (Medeiros, 1992: 40). Além disso, tal concentração de indivíduos de origem geográfica tão diversa em um espaço reduzido, forneceria o ambiente para a realização de contatos e o estabelecimento de relações entre agentes cujas trajetórias profissionais teriam grande chance de se cruzarem em algum momento no futuro, e de muitas vezes, em momentos oportunos, poder ser invocada "a velha amizade" ou "a amizade do tempo da Escola" para a obtenção de algum favor. De fato, é muito comum encontrar-se nos relatos de *memórias* de ex-alunos das escolas militares em geral, descrições de determinados momentos da carreira em que o "narrador" pôde "beneficiar" a alguém, ou então foi "beneficiado", tendo por princípio a "amizade" ou o "conhecimento", sendo isso tanto mais comum quando se trata de "indicações de confiança" para o exercício de cargos ou comissões. Como será melhor visto mais adiante, o "favoritismo" e a prática das indicações pessoais sempre tiveram grande peso nos mecanismos de progressão na carreira, podendo alguns "bons contatos" valerem muito mais do que qualquer "título" atestando "competência".

Quadro I: Alunos da Escola Militar de Porto Alegre - origem geográfica

Estado (Prov.)/Período	1854-1890⁴⁸	1898-1900/1906
Rio Grande do Sul	766 (76,98%)	456 (38,44%)
Rio de Janeiro	60	228
Mato Grosso	05	64
Bahia	22	45
Goiás	02	20
Maranhão	08	26
Ceará	20	57
Pernambuco	16	40
Sergipe	18	31
São Paulo	10	30
Alagoas	08	25
Pará	12	34
Santa Catarina	22	17
Espírito Santo	04	09
Minas Gerais	10	41
Paraná	04	30
Rio Grande do Norte	01	15
Piauí	03	08
Amazonas	00	06
Exterior	04	04
Total	999	1617
Total conhecido	995 (99,59%)	1186 (73,34%)

Fonte: Livros de Registro de Matrículas e de Assentamentos, AHEx, RJ.

Com respeito às suas origens sociais, tomando por referência a profissão do pai dos alunos (quadro II) - tendo-se evidentemente em conta as relativizações impostas pela estruturação social do contexto estudado, isto é, da pouca pertinência da "profissão" como definidora da posição social ocupada pelo agente -, observa-se para o primeiro período uma forte representação de filhos de oficiais do Exército e da Guarda Nacional (77,43%) - além da presença de 6 filhos de médicos do Exército, Guarda Nacional e Brigada Militar - seguidos de filhos de profissionais liberais, proprietários, funcionários públicos e negociantes somando 20,51%. Isto é, tem-se o predomínio de alunos valendo-se do título de cadete e de soldado particular. Entre o total daqueles filhos de oficiais superiores para

⁴⁸Preferiu-se não incluir o ano de 1853, primeiro de funcionamento da escola, por este apresentar apenas dois registros relativos à província de origem, sendo muito pouco provável que todos os outros alunos fossem naturais do RS.

os quais foi possível conhecer a patente específica do pai (53,81%), 36 eram filhos de oficiais-generais do Exército (marechal, general ou brigadeiro), 19 de coronéis, 24 de tenente-coronéis e 41 de majores do Exército ou da Guarda Nacional. Para aqueles cujos pais tinham patente subalterna conhecida (45,68%), 54 eram filhos de capitães, 26 de tenentes, 24 de alferes do Exército ou da Guarda, e ainda 2 eram filhos de capitães da Marinha.

Tomando-se o segundo período, ainda que com uma relativa baixa representatividade do universo fornecendo informação (apenas 18,62% sobre um total de 1031 registros tinham bom conteúdo), vê-se que é mantida a predominância de filhos de oficiais. Tem-se aí 156 filhos de oficiais superiores, ou 81,25% do total conhecido, e 36 filhos de oficiais subalternos, ou 18,75%, havendo, portanto, unicamente registros de filhos de militares do Exército e de "oficiais" da Guarda Nacional.

O claro predomínio do recrutamento de filhos de oficiais militares e da Guarda, e em menor número de filhos de proprietários, burocratas e profissionais liberais - sobretudo de "doutores" - confirma o já apontado efeito causado pela grande expansão do direito ao "título" de cadete e de soldado particular, fruto das adaptações imperiais ao cadetismo trazido de Portugal, vista a partir da segunda metade do século XIX. Ao lado disso, coloca-se a própria intenção do Exército em privilegiar o ingresso de cadetes e de soldados particulares em suas escolas, reservando-lhes preferencialmente suas vagas. O ingresso de paisanos era facultado, porém esses deveriam constar do final da lista de candidatos. Com as reformas de 1890 ("reformas Benjamin Constant"), passou-se a destinar metade das vagas disponíveis a alunos militares, Entre os quais boa parte ostentava os distintivos de cadete ou de particular, e a outra metade restante àqueles candidatos possuidores do maior número possível de "preparatórios" (certificados de estudos secundários) (Medeiros, *ibid.*, *passim*). Logo, colocava-se de início uma série de

barreiras à entrada de agentes que não dispusessem de um certo montante de capital econômico e escolar.

Quanto aos dados disponíveis para o segundo período, não pareceria improvável concluir que a presença maçica de filhos de oficiais, além de confirmar uma tendência ao recrutamento endógeno, estaria refletindo um efeito cumulativo na Escola de Guerra de Porto Alegre, uma vez que esta passara a receber alunos de vários outros Estados do país. Assim, pressupondo-se o predomínio de filhos de oficiais Entre os alunos transferidos das outras escolas e os agregando ao já elevado número revelado pelo padrão histórico apresentado, poder-se-ia explicar o alto grau daqueles nos registros de matrícula de 1906.

Quadro II: Alunos da Escola Militar de Porto Alegre - profissão do pai

Profissão/Período	1853-1890	1906
Oficial Superior	223 (37,54%)	156 (81,25%)
Oficial Subalterno	232 (39,05%)	36 (18,75%)
Oficial (patente não especificada)	05 (0,84%)	00
Doutor/Prop./Func. Público	54 (9,09%)	00
Doutor	28 (4,71%)	00
Proprietário	15 (2,52%)	00
Funcionário Público	13 (2,18%)	00
Médico Exérc./G.N/Brigada	06 (1,01%)	00
Cônego/Padre/Reverendo	03 (0,50%)	00
Negociante	03 (0,50%)	00
Engenheiro	01 (0,16%)	00
Conselheiro	01 (0,16%)	00
Total	1100	1031
Total conhecido	594 (54,00%)	192 (18,62%)

Fonte: Livros de Registro de Matrículas e de Assentamentos; Processos de Reconhecimento de Cadetes, AHEx, RJ.

Passando-se da Escola Militar de Porto Alegre ao exame comparativo dos dados quantitativos reunidos para os generais do Rio Grande do Sul e do resto do Brasil, pode-

se inicialmente constatar o importante crescimento de militares de origem gaúcha⁴⁹ no contingente geral de generais do país ao longo de todo o Império e Primeira República (quadro III). Se durante a primeira metade do século XIX imperial predominaram os comandantes portugueses e os nascidos na Corte ou na província do Rio de Janeiro (50,42% e 20,16%, respectivamente), os períodos seguintes mostram mudanças significativas nesse quadro. Chama atenção, em primeiro lugar, a progressiva eliminação de oficiais portugueses, e estrangeiros em geral, da alta oficialidade do Exército, resultado da aplicação da lei de 1831 que previa a exclusão dos militares estrangeiros presentes no seio da instituição (de 60 generais estrangeiros no período 1822-1860 reduz-se a apenas 1 no período 1890-1930). Em segundo lugar, percebe-se uma manutenção rigorosa na representatividade de generais oriundos da Corte ou do Rio de Janeiro ao longo de todo o período em questão, ao passo que o Rio Grande do Sul tem praticamente triplicado o número de seus generais recrutados, indo primeiramente de 10,92% a 17,19% - aproximando-se da Corte e do Rio - depois chegando a 27,00% entre os anos de 1890 e 1930, passando então a ser o principal estado fornecedor de generais ao Exército.

Tais modificações de origem geográfica no recrutamento dos generais estão sem dúvida ligadas, por um lado, às mudanças na distribuição das tropas ao longo do país, e por outro, intimamente relacionado com o primeiro, ao processo de reorganização do poder político então em curso. Estando a distribuição do efetivo das tropas, durante todo o Império, atrelada às funções de proteção de fronteiras conflitivas e de controle de certos centros urbanos litorâneos tradicionalmente problemáticos, o que implicava maior concentração de oficiais em determinadas áreas, parece lógico supor que aquelas áreas de

⁴⁹Foram considerados de origem gaúcha apenas aqueles generais cujas famílias, seja pelo lado paterno ou materno, eram originárias do Rio Grande do Sul.

maior concentração viessem a ter maior participação no alto oficialato, visto que boa parte dos oficiais era composta por filhos de militares. Considerando-se a situação histórica peculiar do Rio Grande do Sul dentro do cenário bélico colonial e imperial, e sua conseqüente alta militarização⁵⁰, tem-se aí boas indicações de que os conflitos deflagrados no Prata durante todo o século passado - e particularmente a Guerra do Paraguai, envolvendo grandes contingentes militares -, vieram a favorecer a ascensão de oficiais gaúchos⁵¹ aos postos de comando. Entretanto, restaria a explicar sua ainda crescente presença nas primeiras décadas da República, isto é, em um período no qual o papel propriamente militar de defesa da região perderia força.

De acordo com Joseph Love (1975: 124), para quem o acúmulo de tropas no Rio Grande, aliado ao número de oficiais de alta patente aí nascidos, reforçaria o que ele chama de "mito da inclinação gaúcha para a vida militar", este tinha sua base tanto na época republicana quanto na imperial, pois aquele Estado continuara a contribuir para as lideranças militares com mais do que lhe cabia. Destaca o autor, por exemplo, o contraste com Minas e São Paulo, mostrando que em 1895, 8 dos generais-de-divisão e de brigada haviam nascido no Rio Grande, enquanto que nenhum era de Minas e apenas 1 vinha de São Paulo. No fim da República Velha, 8 dos 30 generais novamente eram gaúchos, sem nenhum paulista ou mineiro. E ainda ressalta que dos 25 presidentes do Clube Militar, no período, cinco vieram do Rio Grande do Sul, um de São Paulo e

⁵⁰Segundo dados fornecidos por Carvalho (1977: 203), à exceção do Mato Grosso, região fronteiriça fracamente habitada, o Rio Grande do Sul tinha a maior proporção de soldados por habitante durante o Império (4,08 soldados por mil habitantes em 1888, mais de três vezes superior à proporção da Corte). Essa situação se modificaria durante os anos da República. Enquanto o Rio Grande do Sul manteve-se nos padrões anteriores (subindo ligeiramente para 4,26 em 1920, ainda que o número total de militares tenha sido reduzido em torno de 30%), a Corte/Distrito Federal veria seu contingente multiplicado em oito vezes para o mesmo período (9,70 soldados por mil habitantes).

⁵¹De modo geral, a bibliografia referente destaca a importância desse conflito como revelador de lideranças extraordinárias, as quais teriam encontrado a oportunidade para o desenvolvimento de suas "qualidades", tais como o "talento para comandar", a "bravura" e o "destemor" frente ao inimigo, e o "amor supremo à pátria". Mais consagrador do que analítico, esse tipo de visão contribui apenas ao reforço da própria representação heróica dos chefes militares, baseada, com maior ou menor grau de explicitação, essencialmente em "qualidades naturais".

nenhum de Minas Gerais, e que dos 20 Ministros da Guerra, 7 eram gaúchos, nenhum era paulista e apenas 1 era mineiro.

Seguramente a hipótese mais plausível para essa questão seja a sugerida por Carvalho (1977: 204), segundo a qual o país apresentaria, na Primeira República, uma tendência à concentração das forças militares onde se concentrava o poder político. Comparando-se o número absoluto dos contingentes do Exército distribuídos pelos Estados, vê-se com clareza um deslocamento de tropas para a região Sudeste, onde São Paulo e Minas Gerais, principais protagonistas da política nacional do período, ao lado do Distrito Federal, tradicional reduto militar, passam a aglomerar grande parte da força militar⁵². O Rio Grande do Sul, por sua vez, mesmo sofrendo uma redução em termos absolutos em seu contingente, foi o único Estado a manter a guarda de fronteiras durante a República, ao mesmo tempo que, uma vez controlada a Revolução Federalista (1893-1895) e reduzida a instabilidade dos primeiros anos do novo regime, tornava-se gradativamente um componente fundamental do jogo político nacional, cujo ápice deu-se com a Revolução de 1930. Além disso, em larga medida como efeito político da guerra civil travada entre federalistas e republicanos, o estreitamento das relações entre o Partido Republicano Rio-grandense e o Exército nacional, ou pelo menos um poderoso segmento deste (Love, op. cit., p. 124), tornar-se-ia um aspecto crucial na afirmação política do Estado, e da mesma forma um recurso importante para aqueles militares aí implicados. Há, pois, boas indicações para se crer na relação entre um "militarismo" gaúcho ascendente na política do país - fruto das intersecções entre as lógicas "política" e "militar" -, e o predomínio de militares gaúchos no interior do alto oficialato do Exército.

⁵²São Paulo teve seu contingente aumentado em quase quatro vezes entre 1888 e 1920, enquanto Minas Gerais o teve em mais de oito vezes. Ver Carvalho (1977: 203).

Quadro III: Generais brasileiros - origem geográfica

Estado (Prov.)/Período	1822-1860	1861-1889	1890-1930
Rio Grande do Sul	13 (10,92%)	11 (17,19%)	54 (27,00%)
Rio de Janeiro/Corte	24 (20,16%)	13 (20,31%)	40 (20,10%)
Minas Gerais	06 (5,04%)	01 (1,56%)	04 (2,01%)
São Paulo	05 (4,20%)	03 (4,68%)	09 (4,52%)
Bahia	03 (2,52%)	03 (4,68%)	16 (8,04%)
Pernambuco	03 (2,52%)	06 (9,37%)	07 ((3,51%)
Maranhão	01 (0,84%)	00	09 (4,52%)
Paraíba	01 (0,84%)	01 (1,56%)	08 (4,02%)
Goiás	01 (0,84%)	00	04 (2,01%)
Alagoas	01 (0,84%)	04 (6,25%)	10 (5,02%)
Santa Catarina	01 (0,84%)	05 (7,81%)	09 (4,52%)
Sergipe	00	02 (3,12%)	04 (2,01%)
Pará	00	01 (1,56%)	04 (2,01%)
Piauí	00	01 (1,56%)	05 (2,51%)
Mato Grosso	00	02 (3,12%)	05 (2,51%)
Paraná	00	00	01 (0,50%)
Amazonas	00	00	01 (0,50%)
Exterior	60 (50,42%)	08 (12,50%)	01 (0,50%)
Total gerais	122	68	220
Total conhecido	119 (97,54%)	64 (94,11%)	199 (90,45%)

Fonte: Silva, Alfredo P. M. da, *Os generais do Exército brasileiro de 1822 a 1889*, RJ, Biblioteca Militar, 2 v., 1940; Lago, Laurênio, *Os generais do Exército Brasileiro de 1860 a 1889*, RJ, Imprensa Nacional, 1942.

Alguns dos efeitos do empreendimento de institucionalização do Exército e de profissionalização da carreira militar foi a progressiva extensão do tempo de serviço exigido para se atingir o alto oficialato. Intimamente ligado às imposições escolares de obtenção dos cursos das armas, o envelhecimento do corpo de oficiais, e em particular dos oficiais-generais, seguiu padrão semelhante no Rio Grande do Sul (quadros IV e V), ainda que apresentasse pequenas variações em relação ao resto do país. Enquanto que pouca diferença é percebida na média de idade de assentamento dos generais como um todo, a qual sofreu alterações muito leves ao longo dos três períodos, a média de idade de ascensão ao generalato revela algumas modificações. Se até por volta da metade do século passado, todos os generais que haviam chegado ao posto de general o haviam feito antes de completarem 50 anos, e alguns até mesmo muito antes, nas décadas que

antecederam a República o contrário passou a ser válido, pelo menos para os oficiais de outras regiões. Com efeito, aquele é o período em que há maior diferença na idade entre os generais de origem gaúcha e o conjunto dos outros generais (48,3 e 52,7 anos, respectivamente), havendo uma aproximação no período seguinte (53,6 e 54,1 anos, respectivamente). Além de se considerar a própria tradição militar da região, relacionada à história da ocupação e defesa do território, essa variação encontra explicação especialmente no fato de se tratar de um período marcado por um grau muito alto de conflitos armados na região do Prata, o que se soma, como foi visto, à alta concentração de tropas e de oficiais na província, portanto, de haver maiores probabilidades de ocorrerem promoções por "mérito de bravura" - independentes da antiguidade e da escolaridade - típicas de situações de guerra.

Tabela IV: Generais brasileiros - idade de assentamento e de ascensão ao generalato

Período/Idade (média)	1822-1860	1861-1889	1890-1930
Assentamento	15,5 anos	16,7 anos	17,4 anos
Generalato	47,6 anos	52,7 anos	54,1 anos
Total conheç. (a)	76%	100%	90,9%
Total conheç. (g)	76,22%	100%	91,81%

Fonte: Silva, op. cit.; Lago, op. cit.; Lago, Laurênio, *Generais da República - 15 de novembro de 1889 a 31 de dezembro de 1943*, RJ, Imprensa Militar, 1944.

Tabela V: Generais gaúchos - idade de assentamento e de ascensão ao generalato

Tabela V: Generais gaúchos - idade de assentamento e de ascensão ao generalato

Período/Idade (média)	1822-1853	1854-1889	1890-1930
Assentamento	16 anos	16,2 anos	17,1 anos
Generalato	44,3 anos	48,3 anos	53,6 anos
Total conheç. (a)	66,66%	100%	100%
Total conheç. (g)	83,33%	100%	100%

Fonte: Idem, ibidem.

No que tange às origens sociais dos generais do Exército brasileiro (quadro VI), tem-se para o período 1822-1860 um forte predomínio de filhos de oficiais militares (somando um total de 84,05%, salientando-se que destes, 59,42% eram oficiais superiores), ao lado de filhos de "profissionais" ligados em geral à administração da Corte

(5,79% eram "doutores", havendo o mesmo percentual para desembargadores), confirmando assim o que é assinalado de forma unânime pela bibliografia como uma oficialidade essencialmente "aristocrática" e próxima da órbita estatal. Os dados do período subsequente apontam para uma manutenção daquele quadro, mostrando uma ligeira elevação no número de filhos de oficiais (88,00%, sendo que pelo menos 66,00% tinham pais oficiais superiores). Aparecem também 3 generais tendo recebido o "título" de soldado particular, indicando genericamente tratar-se de filhos de pessoas com algum *status* social, além de 1 filho de "proprietário". Quanto aos 2 generais sem indicação precisa da "profissão" do pai ("outras"), um deles era filho de um empregado da Corte da Suécia, camarista do rei, e o outro do próprio príncipe Conde D'Eu, filho do nobre francês Duque de Nemours. Para o último período focado, equivalente à Primeira República, tem-se uma redução de cerca de 10% no total de filhos de oficiais (78,07%), sendo que Entre esses reduz-se significativamente o número de filhos de oficiais superiores (34,24%), aumentando, por sua vez, em grande proporção o de filhos de oficiais subalternos (43,15%). Quanto àqueles generais apresentando o "título" de soldado particular, permanece praticamente a mesma representação do período precedente (6,84%), sendo que uma parte dos filhos de "doutores" - cujo número cresceu expressivamente -, provavelmente também tenha valido-se daquele recurso.

A fim de detalhar um pouco mais as informações expostas acima, e ao mesmo tempo de compará-las com os resultados de outra pesquisa, tomou-se os dados reunidos por Schulz (op. cit., p. 207) com relação às ocupações dos pais de generais brasileiros ao longo de períodos muito semelhantes aos aqui utilizados. Desse modo, para os anos de 1834 a 1864, dispondo de informações para 38 generais, sobre um total de 55, Schulz indica que 32 (84%,21) eram filhos de oficiais do Exército (sendo 15 filhos de generais, 16 filhos de oficiais superiores, e 1 filho de subalterno), 4 eram filhos de advogados, 1 de fazendeiro, e também apenas 1 era filho de oficial da Guarda Nacional. Quanto ao

segundo período dividido pelo pesquisador, 1864-1889, sobre 38 generais com informações disponíveis em um total de 59, tem-se 30 (78,94%) filhos de oficiais do Exército (sendo 10 filhos de generais, 16 filhos de oficiais superiores, e 4 de oficiais subalternos), 3 filhos de oficiais da Guarda, 1 filho de médico e 1 filho de fazendeiro. Por fim, para um período bastante curto, 1889-1994, limite cronológico daquele estudo, sobre 21 generais conhecidos, em um total de 40, encontram-se 13 (61,90%) filhos de oficiais do Exército (sendo 5 de generais, 6 de oficiais superiores, e 2 de subalternos), 1 filho de oficial da Guarda, 2 filhos de advogados e 2 de médicos, 1 filho de fazendeiro e 1 filho de professor.

De um modo geral, é possível constatar grandes semelhanças entre os dados coligidos por Schulz e aqueles reunidos para essa pesquisa, das quais ressalta-se a importante representatividade dos filhos de oficiais em meio ao generalato, havendo ao longo do período, no entanto, uma acentuada modificação quanto à hierarquia dos oficiais pais de generais. Ou seja, entre a segunda metade do Império e o final da Primeira República, reduz-se praticamente pela metade o número de filhos de oficiais superiores, ao passo que para os filhos de oficiais subalternos esse número mais do que duplica, além de aparecer também maior quantidade de filhos de profissionais liberais e de proprietários. Particularmente importante é observar-se a presença reduzida de filhos de oficiais da Guarda Nacional nos dados de Schulz, o que sugere que a maioria daqueles registros de pais oficiais, que em nossos dados aparecem sem distinção entre Exército e Guarda Nacional, refere-se a generais filhos de oficiais do Exército.

QuadroVI: Generais brasileiros - profissão do pai

Profissão/Período	1822-1860	1861-1889	1890-1930
Oficial Superior	41 (59,42%)	33 (66,00%)	50 (34,24%)
Oficial Subalterno	06 (8,69%)	09 (18,00%)	63 (43,15%)
Doutor	04 (5,79%)	00	13 (8,90%)
Proprietário	01 (1,44%)	01 (2,00%)	03 (2,05%)
Funcionário Público	00	00	02 (1,36%)
Dout./Prop./Func. Púb.	00	03 (6,00%)	10 (6,84%)
Desembargador	04 (5,79%)	00	00
Conselheiro	01 (1,44%)	00	02 (1,36%)
Negociante	01 (1,44%)	00	00
Diplomata	00	00	01 (0,68%)
Médico do Exército	00	00	01 (0,68%)
Oficial Militar⁵³	11 (15,94%)	02 (4,00%)	01 (0,68%)
Outras	00	02 (4,00%)	00
Total gerais	122	68	220
Total conhecido	69 (56,55%)	50 (73,52%)	146 (66,36%)

Fonte: Silva, op. cit.; Lago, op. cit.; Fés-de-Ofício; Processos de Reconhecimento de Cadetes, AHEx, RJ; material diverso reunido pelo autor.

Passando especificamente aos generais gaúchos (quadro VII), vê-se entre os anos de 1822 e 1853 o predomínio marcante de filhos de oficiais superiores (88,89%), em proporção muito superior àquela observada em nível nacional. Para os 9 generais informando a profissão do pai, sobre um total de 12, 8 eram filhos de oficiais e apenas 1 filho de "doutor". Com respeito às patentes dos oficiais do Exército pais de generais (quadro VIII), 4 possuíam patente de oficial-general (1 marechal, 2 generais e 1 brigadeiro), 1 era coronel, 2 eram tenente-coronéis, e ainda para 1 não foi possível determinar sua graduação. Além disso, Entre esses filhos de oficiais, encontram-se vários membros de "grandes famílias" ligadas à "carreira das armas", como é o caso de 4 generais pertencentes ao grupo familiar dos Menna Barreto, Entre os quais o seu "fundador", marechal João de Deus, filho de um coronel de Dragões português que participou das primeiras expedições de colonização do extremo sul e que "gozava de muito prestígio e valor junto ao Governo do Centro", tendo sido inclusive "determinado que governasse interinamente o Rio Grande, o que não veio a acontecer" (Menna Barreto,

⁵³Informação fornecida pela patente de cadete apresentada pelo filho, sem maior especificação de sua qualidade.

1950: 100). Há também 3 generais da "família" Marques de Souza, representando três gerações sucessivas de comandantes do Exército, destacando-se sua constante relação direta com a "política" (o primeiro dos "Marques de Souza" foi presidente do governo interino da capitania em 1820) e com a alta burocracia imperial.

Quanto àqueles generais que ascenderam ao posto entre 1854 e 1889, vê-se uma pequena redução dos filhos de oficiais militares e a presença de 2 filhos de pais classificados como "proprietários"⁵⁴. Dos 10 generais do período para os quais se obteve informações, de um total de 13, 8 eram filhos de oficiais superiores de alta patente, ou seja, 3 filhos de oficiais-generais (2 marechais e 1 brigadeiro), 1 de coronel, 2 de tenente-coronéis e ainda 2 oficiais com a patente superior não especificada. Entre os generais desse período, ressalta-se a presença de mais três membros da "família" Menna Barreto, além de um parente próximo de outro general do período anterior, José Antônio Corrêa da Câmara (Visconde de Pelotas), que foi Ministro da Guerra e governador do Estado do Rio Grande do Sul. Também consta o pai de um general, que além de ser tenente-coronel do Exército e "encarregado de exercer o cargo, de alta responsabilidade, da Pagadoria do Exército", possuía "certa fortuna" (diversas propriedades) e tinha estadas freqüentes na Corte, tendo sido "comissionado para ir à capital assistir ao casamento de D. Pedro II". Era também "amigo de juventude" de Manuel Araújo Porto Alegre, futuro Barão de Santo Ângelo, e fora "padrinho" de seu filho o então major Manoel Marques de Souza, futuro Conde de Porto Alegre.

Mesmo sem fornecer grande riqueza de detalhes para esse período, o material disponível permite visualizar com bastante clareza, assim como para os anos anteriores, o predomínio de oficiais oriundos de famílias de "tradição" militar, possuindo vários antepassados "notáveis", e portanto com grande proximidade das esferas central e

⁵⁴Para um deles, pai do general José Luiz da Costa Júnior, sabe-se que era criador de gado.

regional de poder, muitas vezes tomando parte formalmente em postos políticos (ver quadro IV em anexo). A trajetória do general Manoel Luiz Osório (Marquês do Herval) - filho de um tenente-coronel e pequeno estancieiro, e pelo lado materno (Osório) descendente de uma família de militares -, cuja "carreira gloriosa" alternou-se indistintamente entre a "política" e as "armas", vindo a assumir a liderança do partido liberal na província, é notadamente expressiva dessa estreita relação entre as lógicas da "política" e a da "carreira militar", sob muitos aspectos indissociáveis.

Com respeito ao último período em foco, 1890-1930, os dados apontam para uma tendência semelhante à apresentada em nível nacional, porém em intensidade bastante menor, isto é, um acentuado decréscimo da presença de filhos de oficiais superiores, ao lado de um aumento significativo de filhos de subalternos e de outros, especialmente de pais cujas profissões teriam garantido o reconhecimento de soldado particular aos filhos. Sendo que o cadetismo havia desaparecido com a República, os 5 registros que aqui aparecem sob a categoria genérica de "doutor", proprietário ou funcionário público, referem-se a remanescentes presentes ainda nos primeiros anos do novo regime. Dessa forma, dos 47 generais para os quais se pôde obter informações, de um total de 54, praticamente a metade (23) tratava-se de filhos de militares de alta patente, onde 10 eram filhos de oficiais-generais (5 marechais, 4 generais e 1 brigadeiro), 3 de coronéis, 2 de tenente-coronéis, 6 de majores, e ainda 2 sem indicação exata de suas graduações. Entre os 14 filhos de oficiais de menor patente (29,78%), 1 era filho de capitão, 4 de tenentes, 2 de alferes, além de 7 não possuírem a patente do pai especificada. Observa-se igualmente a presença de 5 soldados particulares, já mencionados, 2 de "proprietários", 2 de funcionários públicos, e ainda 1 general era filho de um médico do Exército.

Quadro VII: Generais gaúchos - profissão do pai

Profissão/Período	1822-1853	1854-1889	1890-1930
Oficial Superior	08 (88,89%)	08 (80,00%)	23 (48,93%)
Oficial Subalterno	00	00	14 (29,78%)
Doutor	01 (11,11%)	00	00
Proprietário	00	02 (20,00%)	02 (4,25%)
Funcionário Público	00	00	02 (4,25%)
Dout./Prop./Func. Púb.	00	00	05 (10,63%)
Médico do Exército	00	00	01 (2,12%)
Total gerais	12	13	54
Total conhecido	09 (75,00%)	10 (76,92%)	47 (87,03%)

Fonte: Silva, op. cit.; Lago, op. cit.; Fés-de-Ofício; Processo de Reconhecimento de Cadetes, AHEx, RJ; material diverso reunido pelo autor.

Detalhando-se um pouco mais a composição social desses gerais (ver quadro V em anexo) - tentando, pois, escapar à ilusão inevitável embutida em toda categorização⁵⁵, e de modo particular em uma categorização profissional dentro de um contexto como o que está em pauta -, tem-se Entre os gerais gaúchos da Primeira República para os quais se dispôs de informações e que eram filhos de oficiais superiores: 3 membros da "família" Menna Barreto" (2 filhos de marechais e 1 filho de tenente-coronel), havendo um deles, João de Deus, que era homônimo do "fundador" da "família"; 2 gerais "Andrade Neves", "família" de longa "tradição" no Exército, sendo um deles filho de general honorífico e neto do Barão do Triunfo, e o outro, filho de um major da Guarda Nacional, descendente, pelo lado materno, de três gerações de oficiais; 2 irmãos da "família" Bittencourt, filhos de marechal e possuidores de muitos parentes militares; 2 irmãos e 2 sobrinhos da "família" Telles, da qual 6 eram militares, sendo o pai além de tenente reformado do Exército e major da Guarda Nacional, também proprietário de uma estância de criação de gado; 1 sobrinho e homônimo do general Osório, filho de major; 1 filho de general de "tradição" militar, de ascendência européia "nobre", cuja mãe fundou um colégio de prestígio na Corte e o pai era detentor de "íntimas relações com o Imperador"; 1 filho de coronel e neto do Barão de São Lucas, "abastado fazendeiro"; 1

⁵⁵Com respeito aos problemas colocados pela categorização profissional no contexto francês, ver em especial Bourdieu & Saint-Martin (1987), Bodiguel (op. cit.) e Merllié (op. cit.)

filho de coronel e cirurgião do Exército, que foi também encarregado da Embaixada brasileira em Montevidéu, neto paterno de um Conselheiro português e descendente materno do "primeiro povoador do continente"; 1 filho de general, de "tradição" militar em ambos os lados da "família", tendo ascendência portuguesa "nobre" pelo ramo paterno, e "importantes famílias de bandeirantes" pelo lado materno, além de ter um irmão que foi deputado estadual e federal, senador, Presidente da província e Ministro no Uruguai.

Quanto àqueles generais cujos pais foram incluídos nas categorias de "proprietário" e de funcionário público, vê-se um general filho do proprietário de uma cervejaria, mas que também ocupava o "posto" de major da Guarda Nacional e de Conselheiro Municipal; e outro, cujo pai havia sido inicialmente comerciante mas "fracassou", vindo posteriormente a se dedicar ao magistério e ainda a ser funcionário municipal da Alfândega e escrivão provincial da Mesa de Rendas de Uruguaiana, aposentando-se como "administrador".

Quadro VIII: Generais gaúchos - patente dos oficiais militares pais de generais

Patente/Período	1822-1853	1854-1889	1890-1930
General	04 (50,00%)	03 (37,50%)	10 (27,02%)
Coronel	01 (12,50%)	01 (12,50%)	03 (8,10%)
Tenente-Coronel	02 (25,00)	02 (25,00%)	02 (5,40%)
Major	00	00	06 (16,21%)
Capitão	00	00	01 (2,70%)
Tenente	00	00	04 (10,81%)
Alferes	00	00	02 (5,40%)
Superior (não especificada)	01 (12,50%)	02 (25,00%)	02 (5,40%)
Subalterno (não especificada)	00	00	07 (18,91%)
Total	08	08	37

Fontes: Silva, op. cit.; Lago, op. cit.; Fés-de-Ofício, AHEx, RJ; Material diverso reunido pelo autor.

De par com o exame desses indicadores mais gerais, os quais revelam, para o período que interessa a esse estudo, um recrutamento de generais cuja fonte encontra-se predominantemente no interior da instituição, ou seja, nas próprias "famílias" de oficiais

do Exército - sendo que no Rio Grande do Sul esse recrutamento permanece maior. Entre as famílias de oficiais de patentes mais elevadas, em contraposição ao padrão do país como um todo -, cabe também examinar as mudanças ocorridas no nível de instrução escolar dos oficiais ao longo desses anos.

Como se percebe, o aumento expressivo na escolaridade dos oficiais, resultado das leis de promoção introduzidas em 1850, revela uma subordinação crescente dos mecanismos de regulação da carreira à obtenção de um título escolar formalmente garantido e atestado legitimador da detenção de "qualidades", notadamente de "inteligência", "dedicação" e "disciplina". Uma comparação entre a profissão dos pais dos alunos da Escola de Porto Alegre (quadro II) e a dos pais dos generais gaúchos (quadro VII) demonstra que, se para o período de 1853 a 1890, 77,43% dos alunos matriculados eram filhos de oficiais militares (cerca da metade tinha patente superior), entre os anos de 1890 e 1930, período em torno do qual potencialmente aqueles alunos poderiam alcançar o generalato, 78,71% dos generais gaúchos eram igualmente filhos de oficiais militares (dos quais mais da metade ostentava patente superior), demonstrando uma equivalência bastante fiel entre a posição social de "entrada" e a posição militar (hierárquica) de "saída". Ou seja, se não é possível negar-se que uma maior padronização da formação militar tendia gradativamente a permitir que agentes desprovidos de um grande montante de capital de relações atingissem posições iniciais com base no estudo (a "entrada privilegiada" permitida pelo cadetismo foi abolida no início da República), e a partir de então passassem a um maior investimento no estabelecimento de contatos no interior da instituição, da mesma forma é inegável remarcar-se uma continuidade no padrão de reprodução de uma fração de agentes cujas propriedades sociais eram de início colocadas como dominantes.

Com respeito à escolarização dos oficiais, tomando-se algumas informações fornecidas por Schulz (op. cit., p. 210-211) e válidas em nível nacional, fica bastante

claro o que é afirmado sobre sua expressiva expansão. Apoiado nos almanaques militares, aquele autor indica que já em 1857 todos os oficiais de engenharia, artilharia e estado-maior de primeira classe acima do posto de segundo-tenente haviam concluído seus respectivos cursos de armas, porém isso não sendo válido para os oficiais de infantaria e cavalaria, visto que dos 62 oficiais superiores daquele ano apenas 5 haviam concluído seus cursos. Em 1910, por outro lado, sentindo-se com maior intensidade os efeitos das reformas militares, 131 dos 170 oficiais superiores da infantaria e da cavalaria haviam feito o curso que lhes cabia. Entre os generais na ativa em 1855, apenas 14, de um grupo de 29, haviam concluído o curso da arma, enquanto que por volta de 1891 esse número passou para 24, de um total de 43 generais, e desde então continuou a crescer.

Mesmo que esse dados sejam um tanto discutíveis, posto que Schulz não é explícito em relação ao percentual de oficiais aí envolvidos, dando a entender que trabalhava com números absolutos - o que parece pouco provável -, eles permitem que se tenha uma idéia geral das transformações em curso. Confrontando-os com aqueles coletados para os generais gaúchos (quadro IX), chega-se a conclusões muito semelhantes. Se nas primeiras três décadas do Império, Entre 12 generais, apenas 1 possuía formação escolar militar, entre a década de 50 e o final do Império, sobre um total de 13 generais, quase a metade desses apresentava algum curso superior, sendo que essa tendência se acentua ainda mais nos primeiros anos do novo regime, onde a grande maioria, 48 sobre 54, havia passado pelas escolas militares e concluído algum curso.

Uma indicação visível nesses dados e que chama bastante a atenção é o fato de se encontrar, com respeito à formação escolar militar dos oficiais gaúchos que se tornaram generais entre 1890 e 1930, uma divisão equilibrada entre os cursos de infantaria, cavalaria e artilharia (46,29%), de um lado, e estado-maior, engenharia e de bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas (42,59%) de outro, mostrando uma polarização simétrica entre armas "combatentes" e "não-combatentes".

Quadro IX: Generais gaúchos - formação escolar militar

Curso/Período	1822-1853	1854-1889	1890-1930
Real Academia	01	01	00
Infantaria e Cavalaria	00	03	19
Inf./Caval./Artilharia	00	00	06
Estado Maior e Engenharia	00	00	05
Bel. Ciências Fís. e Mat.	00	02	18
Sem curso/não concluído/não inf.	11	07	06
Total com formação escolar	01 (8,33%)	6 (46,15%)	48 (88,88%)
Total generais	12	13	54

Fonte: Silva, op. cit.; Lago, op. cit.; Fés-de-Ofício, AHex, RJ.

Considerando-se como tendência geral a gradativa supremacia, em meio ao alto oficialato, dos militares chamados "científicos", isto é, detentores dos cursos das armas "não-combatentes", e em grande parte "doutores"⁵⁶, em oposição àqueles oficiais mais ligados à tropa e ao serviço arregimentado, os "tarimbeiros", em sua maioria possuindo alguma experiência de guerra (Carvalho, 1977: 196-197; Schulz, 1994: 24-33; Castro, 1995: 25-32), pode-se constatar que o Rio Grande do Sul reflete padrão similar. Um exame mais detido do material permite ver que a detenção de cursos "científicos" é maior. Entre os generais nascidos a partir da década de 70, ou seja, entre aqueles em cujas trajetórias profissionais não se encontra nenhuma participação em grandes conflitos armados (ver quadro V em anexo). Logo, à medida que se encerra o século XIX e cessam as guerras na região platina e os próprios conflitos internos ao Estado, como a Revolução Federalista, diminuem as possibilidades de serem realizadas "carreiras" baseadas no envolvimento direto com a aplicação da prática militar, na qual as chances de ascensão por "bravura" e "mérito" são aumentadas, vindo a crescer, por sua vez, o investimento em percursos pautados pela aquisição de trunfos escolares, sobretudo nas armas que passavam a ganhar maior prestígio no interior da instituição. No entanto, a fim de não cair em uma explicação fetichizada do papel da escolarização militar nos mecanismos de ascensão hierárquica, seria ainda necessário e valioso, como se pretende mostrar no

⁵⁶Como visto, a partir de 1929 o curso de estado maior passaria a ser condição indispensável de acesso ao generalato.

capítulo seguinte, relacionar a posição social dos agentes em questão com suas respectivas estratégias de investimento - seja estritamente na "carreira" ou também fora dela -, tornando assim explícita toda uma série de composições possíveis da carreira militar na qual recursos de natureza diversa são colocados em evidência.

CAPÍTULO II: A NOBREZA DAS ARMAS - DE SOLDADOS A GENERAIS

Tendo-se tratado, no capítulo precedente, de demonstrar alguns aspectos estruturais do Exército brasileiro ao longo do século XIX e início do século XX - tais como os efeitos da reapropriação e adaptação do cadetismo português a um outro contexto social e cultural, e as sucessivas tentativas de profissionalização da carreira militar por meio da introdução de regras formais prevendo a escolarização obrigatória do oficialato -, a intenção agora passa a ser de examinar com maior detalhe os mecanismos objetivos de recrutamento e formação da elite daquela instituição militar. Vale dizer, uma vez tendo sido analisadas, com o auxílio de um conjunto de dados quantitativos, as principais características sociais dos agentes envolvidos naquele processo, e comparadas as informações de nível regional com as de nível nacional, cabe em um segundo momento tentar pôr a claro quais são, e de que forma foram empregados pelos oficiais gaúchos que alcançaram o generalato, os recursos para a ascensão na hierarquia do Exército no período em questão.

Assim, tomando-se em conta uma série de níveis de análise sugeridos especialmente por Charle (op. cit.), Cailleteau & Bonnardot (op. cit.) e Pinto (op. cit.) no estudo de elites militares na Europa, ao lado de outros recursos analíticos postos em relevo por Miceli (op. cit), Pécaut (op. cit.) e Coradini (1995 e 1998) para o estudo de elites em um contexto como o brasileiro - sinteticamente apresentados e discutidos na parte introdutória a este trabalho -, pretende-se expor nesta seção o resultado do exame

das trajetórias sociais e profissionais dos generais gaúchos que se desenrolaram dentro do período em foco.

Como já se fez notar com respeito ao problema das fontes em geral, as limitações no material de pesquisa não permitiram que se dispusesse de informações homogêneas para todos os agentes estudados, havendo mesmo alguns para os quais não foi possível obter nenhuma informação de caráter mais qualitativo. Deste modo, das 56 trajetórias que interessavam diretamente à proposta do presente trabalho, ou seja, aquelas compreendendo os generais cujo ingresso na carreira deu-se a partir de 1850 (ou anos anteriores muito próximos), dispôs-se de informações substantivas, em grau variado, para cerca de 30 (ver quadro V em anexo).

2.1 - OS CAMINHOS PARA O GENERALATO: AS COMPOSIÇÕES DA "CARREIRA" MILITAR

O exame das trajetórias sociais e profissionais dos generais gaúchos aqui estudados revela, à primeira vista, uma quantidade bastante grande de possibilidades em suas composições, o que no entanto não impede que lhes sejam identificados claramente alguns traços comuns marcantes. Entre esses destaca-se, em primeiro lugar, uma forte proximidade daqueles oficiais, já nos primeiros postos da hierarquia, às instâncias de decisão e de comando, o que significava, em geral, a ocupação de cargos burocráticos permitindo o contato direto ou indireto com oficiais de altas patentes ou com seus círculos de relações. Em conseqüência, o estabelecimento de contatos e de relações no interior das altas esferas invariavelmente implicava o acúmulo de prestígio militar e a

possibilidade de utilização futura dessas relações ao longo da carreira, sendo tanto maior o valor desse prestígio quanto melhor fosse a posição daqueles a quem se estava próximo. Deste modo, como boa parte dos generais estudados, além de terem iniciado suas carreiras ainda bastante jovens, ocuparam posições com acesso às esferas mais altas de comando - Ajudante de Ordens ou de Campo de generais, comissão ou secretariado no Estado-Maior etc -, suas chances objetivas de progressão hierárquica foram multiplicadas⁵⁷. É de se ressaltar, ainda, que diversos são os casos de futuros generais que - quando ainda oficiais em início de carreira, e eles próprios filhos de generais -, serviram como "ajudantes", "secretários" ou "assistentes" de seus pais, aproveitando-se dos critérios essencialmente pessoais que regiam o preenchimento de cargos dessa natureza.

Este fato põe em relevo uma outra dimensão fundamental que pautava as dinâmicas de carreira dos oficiais em foco, que é a constante utilização de relações pessoais baseadas na reciprocidade, e o conseqüente acúmulo de capital simbólico personificado, como recurso para a progressão na hierarquia. Ou seja, apesar da crescente aquisição de uma "competência técnica" pelo oficialato, por meio dos cursos das armas, e da proclamação oficial do "mérito" como critério primordial para a obtenção de altas patentes, evidencia-se um peso muito forte de outros critérios, essencialmente pessoais, definidores dos mecanismos de ascensão. Por outro lado, ao contrário do que constata Coradini (1995: 4) com respeito às elites médicas brasileiras, no caso da instituição militar essas relações baseadas na reciprocidade não são "oficial e solenemente admitidas e até proclamadas", restringindo-se muito mais a regras tácitas e de conhecimento generalizado, porém oficialmente negadas em nome dos princípios "meritocrático" e de antigüidade. Dessa situação decorrem sérios problemas de explicitação daquelas relações,

⁵⁷De fato, ter servido sob as ordens diretas de Caxias, Osório, ou ainda de algum outro "grande" chefe, por exemplo - serviço que será registrado em caráter oficial (fé-de-ofício), e invariavelmente adjetivado por uma série de elogios ressaltando as "qualidades" do comandado -, poderia vir a fornecer rendimentos importantes no futuro, tais como promoções por "bravura" (previstas no regulamento) e indicações para cargos de confiança.

uma vez que na documentação de caráter oficial da instituição podem ser encontradas somente indicações muito gerais, sendo necessário, pois, proceder a um exame detido de material diverso, como *biografias* e *autobiografias*, *memórias*, documentos pessoais e outros, a fim de apreendê-las com maior precisão⁵⁸. Mesmo assim, à exceção dos documentos pessoais, tal material revela um grau bastante alto de eufemização a que são submetidas as respectivas "histórias" - devido em grande medida ao próprio emprego de uma linguagem permeada de expressões de uso militar, portanto revestida de uma ideologia fundada nos princípios de respeito à disciplina, à hierarquia e ao "merecimento".

Deste modo, na maior parte dos casos as referências à utilização de relações pessoais ou à aplicação de critérios externos ao "mérito militar", como indicações para cargos, preferência ou preterição nas promoções, concessão de "favores" a civis e outros, aparecem apenas de forma marginal nos textos, e geralmente em tom de condenação quando dizendo respeito a "outros", isto é, em casos de "injustiça" ou mesmo de "traição" sofrida. Ao falarem de sua "carreira" militar, pois, fundada sobre um conjunto muito particular, explícito e constantemente reafirmado de ideais a serem respeitados ("ser oficial militar implica obedecer a uma ordem hierárquica imutável, formalizada em patentes, assim como a uma determinada disciplina e normas de conduta universais" etc), esses agentes não poderiam mencionar a existência de outros princípios também válidos no "jogo" sem colocar em xeque, de alguma forma, a sua própria constituição como agentes definidos em relação àqueles princípios.

Ainda um terceiro traço marcante das trajetórias em pauta, em estreita conexão com os acima expostos, é o elevado nível de envolvimento dos agentes estudados com a "política". Mas isto não somente por meio da ocupação de cargos formais (eletivos ou

⁵⁸Ver, por exemplo, os procedimentos realizados por Saint-Martin (1980) com a documentação relativa aos descendentes da antiga nobreza na França.

não) e da filiação partidária, o que é largamente apontado pela bibliografia brasileira como um fenômeno generalizado, mas também por suas relações diretas ou indiretas com o Imperador/Presidente e com agentes de distintas esferas do poder. Além disso, ressalta-se as tomadas de posição dos agentes frente ao universo do "político" (seja mesmo pela sua negação) - e subjacentemente suas concepções da "política" e adesões a determinados valores ideológicos -, como recursos passíveis de reconversão em dividendos seja propriamente militares, como a ascensão na carreira ou o acúmulo de prestígio militar, por exemplo, seja de natureza mais diversa, como "títulos" ("nobreza", maçonaria, clubes restritos), cargos políticos formais ou outros (polícias, brigadas, comissões, administração), e ainda uma quantidade extremamente variada de "benefícios" pessoais ou de terceiros ("amigos").

Em suma, o que se pretende propor, seguindo uma hipótese central à pesquisa, é que para o contexto em pauta tem-se uma situação de complexa inter-relação e interdependência entre as esferas do "político" e do "militar", na qual a inexistência de esferas sociais relativamente independentes, com suas regras institucionalizadas e explicitadas, não permite a estruturação de uma carreira militar fundada sobre mecanismos próprios à instituição do Exército. Ou seja, tal condição, típica de sociedades "periféricas" e importadoras de modelos, propicia a intersecção de lógicas pertencendo originalmente a esferas distintas (política, militar, econômica, artística), resultando na realização de trajetórias que mesclam a utilização de regras e de recursos válidos (reconversíveis) em diversos níveis.

2.1.1 - As intersecções na esfera militar

Como mencionado mais acima, o envolvimento dos agentes estudados com a "política" e a utilização de relações pessoais baseadas na reciprocidade constituem traços estruturantes da carreira militar no período focalizado. Com efeito, para além das vagas referências contidas na literatura brasileira de natureza mais acadêmica⁵⁹ - incluindo-se aí trabalhos reconhecidos como os de José Murilo de Carvalho (1977 e 1996) e o de John Schulz (1994) -, a análise procedida sobre um conjunto de documentações pessoais disponíveis para certos oficiais diretamente implicados nesse estudo, e também para outros, revela uma multiplicidade muito grande de mecanismos "extra-militares" interagindo com a lógica institucional do Exército.

Por detrás dessa multiplicidade de mecanismos, o mais importante a se destacar, de início, é o caráter eminentemente pessoal dos vínculos estabelecidos entre oficiais militares e outros agentes inseridos em diferentes atividades - e muito especialmente na "política" - concretizada por meio da manutenção de relações de troca recíproca, tais como o *clientelismo político*, a *patronagem*, o *compadrio*, o *parentesco*, a *amizade instrumental*, além de outras. Ainda que a complexidade das formas de que se revestem essas relações represente dificuldade considerável tanto a uma aplicação conceitual precisa e integrada ao seu estudo, quanto à sua descrição, algumas características centrais são identificadas nos casos analisados.

⁵⁹Emprega-se este termo em contraposição às obras de cunho "histórico" do Exército, produzidas quase invariavelmente por militares da ativa ou da reserva.

Tratando-se basicamente de relações pessoais de troca mútua entre agentes detentores de recursos desiguais, estando subjacente a noção de reciprocidade⁶⁰, há, no entanto, diferentes níveis em que aquelas se desenrolam. Em um primeiro nível, mais interno à instituição militar, porém obedecendo a uma lógica não exclusivamente "militar", tem-se as trocas de favores envolvendo unicamente militares - geralmente relativas a nomeações, promoções, transferências ou punições de outros militares. Na maior parte destes casos a demanda passa por um agente intermediador, o qual permite a ligação de um demandante cuja posição impede o contato direto com aquele agente capaz de lhe dispensar os recursos necessitados, mas não sem lhe extrair benefícios próprios. É perfeitamente possível supor que a necessidade da intermediação (ou mesmo de várias intermediações) na troca é tanto maior quanto mais distante hierarquicamente estiverem os agentes envolvidos, como por exemplo o caso de um tenente que planteia uma promoção "por merecimento", decisão que compete às altas instâncias do Exército, e que portanto acionará suas relações com oficiais de postos intermediários dispondo de canais que forneçam o acesso desejado entre os agentes⁶¹. Em contrapartida à essa dispensa de "favores", o bem mais comum fornecido pelos agentes em posições inferiores é a lealdade e o compromisso de aumentar o prestígio e a notoriedade daqueles que lhes "beneficiam", cabendo aos intermediários tirar proveito do melhor gerenciamento possível dos recursos em jogo, o que significa saber utilizar as dívidas que ambos os lados lhe devem nas trocas realizadas⁶².

Um caso explicativo do que foi brevemente exposto, entre muitos outros existentes, pode ser observado em um "pedido" do general José Bernardino Bormann ao

⁶⁰Um dos conceitos desenvolvidos pela antropologia para o estudo de relações de reciprocidade em sociedades complexas é o de *aliança diádica*, entendida como "acordo voluntário entre dois indivíduos que visa à troca de favores e à ajuda mútua quando necessário" (Landé, 1977: XIV).

⁶¹Como afirma Landé (Ibid.: XVI), "na verdade, a construção da aliança diádica é uma estratégia óbvia de primeira escolha e, às vezes, como último recurso - para o indivíduo sozinho enquanto persegue uma variedade de interesses privados".

⁶²Ver Landé (op. cit.) e Weingrod (1985).

também general Bibiano Costallat, feito por carta e cujo conteúdo transcrevemos aqui. Sendo ambos gaúchos e "velhos amigos", Bormann inicia sua carta solicitando ao seu superior "recrutas, uma lancha a vapor, arriamentos e remonta". Em seguida, pede-lhe que promova "o nosso Joaquim Ignácio", que "deseja o cargo de ajudante do 13º", e que Bormann crê seja uma pretensão justa. Além disso, lembra ao "amigo" que não se esqueça do citado Joaquim na "próxima promoção por merecimento, pois bem sabes que ele foi um dos que mais trabalhou pelo advento da República e serviu com lealdade ao Marechal Floriano". E aproveita ainda o momento para pedir a promoção de um outro oficial, major Luz, "pelos seus bons serviços", dizendo que se trata de seus dois "afilhados" (Curitiba, 23.09.1903, IHGB, lata 298, doc. 65).

Esse caso, não escolhido fortuitamente, remete a pelo menos três aspectos importantes implicados nas relações que se pretende focar. Em primeiro lugar, há a invocação explícita de uma "antiga amizade" entre os dois generais, os quais foram contemporâneos na Escola de Porto Alegre e tiveram uma ascensão sincronizada na carreira. Mas ao mesmo tempo que a expectativa de realização da demanda baseia-se nessa "amizade de anos", são também expostas duas outras razões: os "bons serviços" prestados por oficiais ("trabalho pelo advento da República e "dedicação e lealdade" ao marechal Floriano, no caso de um deles), e a condição de serem "afilhados" do demandante. Portanto, não somente a adesão a um determinado conjunto de valores morais e políticos, mas igualmente o pertencimento a um grupo unido por relações de *compadrio*, aparecem como recursos legítimos a serem postos em ação dentro da esfera militar.

Com respeito à intervenção do parentesco em situações extra-familiares, Wolf (1980: 27-28) observa a possibilidade de transformação de relações privadas, baseadas na confiança, em relações de cooperação no setor público, mencionando, por exemplo, o nepotismo. No caso do Exército brasileiro, e em particular no contexto do Rio Grande do

Sul, onde há a reprodução de "grandes famílias" de militares ao longo de muitas décadas, a prática do "favoritismo" entre parentes adquire um peso muito grande, como ficará mais evidente no capítulo seguinte, havendo quantidade expressiva de documentação capaz de o demonstrar.

Uma exemplificação disso pode ser encontrada na intervenção do marechal José Luiz Menna Barreto, membro do maior grupo familiar de militares do país, junto ao Barão de São Borja, marechal Vitorino José Carneiro Monteiro, pai do futuro marechal Bento Manoel Ribeiro Carneiro Monteiro e um dos principais chefes do Partido Conservador no Rio Grande do Sul. Diz Menna Barreto que, tendo ele sabido de "intolerância, abuso e perseguições" por parte do brigadeiro Augusto Pacheco com alguns oficiais, e "entrando nesse número o meu cunhado o alferes Antônio Adolfo da Fontoura Menna Barreto, a quem mais que todos procura o comandante sacrificar o seu futuro", pede ao Barão que transfira seu cunhado como adido a algum outro corpo militar (Porto Alegre, 06.09.1873, IHGB, lata 450, doc. 44).

Cabe aqui também recorrer à diferenciação estabelecida por Wolf (op. cit., p. 28-31) quanto a duas classes de amizade - a "amizade emocional" e a "amizade instrumental" - para explicar relações sociais de intercâmbio de favores. Segundo o autor, enquanto a primeira classe implica "uma relação entre um *ego* e um *alter* na qual cada um satisfaz alguma necessidade emocional do outro", a segunda tem como elemento consubstancial a busca ao acesso de recursos (naturais ou sociais), ainda que este não seja seu objetivo principal. Além disso, a "amizade instrumental", não se limitando à díade envolvida, permite que cada um dos componentes da mesma atue como elo potencial de conexão com outras pessoas do exterior, extrapolando os limites dos grupos já existentes e possibilitando o estabelecimento de relações com novos grupos. Com efeito, ainda seguindo as observações propostas por aquele pesquisador (op. cit., p. 32-33), as próprias condições de isolamento social das grandes organizações burocráticas, como as empresas

industriais e o exército, tendem a fazer que a "amizade instrumental" venha a se confundir paulatinamente com a formação de "claques" ou de "grupos informais" similares, o que parece ser bastante plausível considerando-se o sistema organizacional militar, baseado na concentração geográfica e na formação de um "espírito de corpo"⁶³.

Mas retornando um pouco sobre os vínculos da carreira militar com a "política", e enfocando um momento de alta imbricação entre essas duas esferas, que é o período em torno da Proclamação da República em 1889, parece esclarecedor trazer um caso que ilustra bem suas conexões. Trata-se de uma carta dirigida por três oficiais subalternos ao então tenente-coronel (futuro general) Frederico Solon de Sampaio Ribeiro, um dos principais oficiais articuladores do movimento republicano de 1889, "abolicionista", e militar muito próximo de Deodoro⁶⁴. Por reunir em um pequeno espaço uma grande quantidade de referências interessantes à análise, também encontradas em vários outros documentos, faz-se uma transcrição mais extensa do texto, preservando-se seus termos originais. Iniciam os oficiais falando de sua "profunda frustração com a República":

"Quando fizemos a República tivemos a veleidade de julgar *estava acabado para sempre o vício do filhotismo imérito, do patronato escandaloso*; (...) estamos convictos que foi um sonho inocente que tivemos no calor e entusiasmo das nossas intenções e idéias de justiça".

"Temos passado pela *decepção amarga de sermos preteridos e deixados de parte, pelos homens que então necessitavam de nós*".

"(...) *Esperávamos que nos contemplassem em uma das últimas promoções*; mas qual não foi a nossa decepção quando vimos promovidas todas as crianças da Escola Militar, que nada fizeram, que foram nossos recrutas, (...), e que nos acontecimentos de 15 de novembro só faziam o que nós lhe ditávamos, porque éramos os seus guias, os seus diretores reconhecidos".

⁶³Sobre as condições de socialização dos agentes militares, o ambiente escolar e os processos de constituição de uma "identidade militar", ver Castro (1990).

⁶⁴Quanto ao papel de Solon na articulação do movimento republicano na Corte, diz o general gaúcho Antônio Ilha Moreira, na época oficial íntimo de Deodoro: "Em consequência da autorização que lhe dera o Marechal Deodoro, de poder servir-se do seu nome entre os companheiros de armas, (...), começou o Major Frederico Solon de Sampaio Ribeiro a trabalhar para obter entre os oficiais da guarnição da corte adeptos da causa republicana, secundado pelo capitão Adolfo Menna Barreto, 1º Tenente Sebastião Bandeira e outros, de sorte que em poucos dias a maioria dos oficiais estava incondicionalmente sob as ordens do Marechal (...)" (Moreira, 1947: 47).

"Em vista de tudo isto vemos que *hoje predomina mais do que nunca o abuso, o filhotismo, o patronato sem limites* e tomamos a resolução de nos afastarmos da nossa norma de proceder para não sermos ludibriados, pois esquecidos já o somos, e como conhecemos bastante o vosso caráter e sentimento de justiça e sabemos que vós pensais como nós outros, *resolvemos fazer um apelo ao vosso caráter (...), e pedir-vos, sem mais preâmbulos, para que nos dispenseis uma pequena parcela do vosso prestígio, da vossa proteção que não sabe negar-se e que não tem limites para os oprimidos, para os que são desprotegidos; pedimos a vossa excelência para sermos promovidos;*"

"Certos de que patrocinando a nossa causa vós estareis baseado na justiça, antecipamos o nosso reconhecimento e vos oferecemos (...) os nossos préstimos de cidadãos" (Rio de Janeiro, 1890, IHGB, lata 558, pasta 71; grifos meus, sublinhado no original).

O aspecto central para o qual se quer chamar a atenção aqui é a intersecção da dinâmica da carreira militar com aquela do universo político, isto é, a relação entre uma tomada de posição frente à "política" e a possibilidade de reconversão dos lucros daí originários em vantagens dentro da instituição militar, tudo isso com base em relações de cunho pessoal. No caso em pauta, como também o será em torno da Revolução de 1930, a adesão a um conjunto de valores ("o movimento republicano"), por mais difusas que fossem as percepções aí implicadas, trazia consigo a perspectiva de uma ascensão na carreira, facilitada pela troca dos serviços prestados em "nome da causa", como a lealdade pessoal aos chefes e a contribuição para seu prestígio político e militar, a propaganda política, além de outros. Daí o sentimento de "traição" que querem fazer sentir os oficiais que escrevem a Solon - os quais se julgam "merecedores de promoção" - mas que no entanto se vêm obrigados a continuar jogando o jogo, mesmo que suas regras não tenham mudado (*permanecem os vícios do patronato e do filhotismo*).

Mas ainda além desse nível, mais interno ao Exército, de relação com a "política", é possível que se identifiquem, para o período enfocado, pelo menos dois outros importantes níveis de desenvolvimento dessas relações. O primeiro deles pode-se resumir nas estreitas ligações de oficiais militares com políticos detentores de altos cargos, como

presidente, governadores, interventores, senadores e deputados. O segundo é quase idêntico ao anterior, diferindo unicamente pelo fato de aqueles ocupantes de altos cargos políticos serem ao mesmo tempo oficiais militares de alta patente, configurando uma situação um tanto ambígua, porém nada extraordinária, na qual se dá a maior visibilidade de sobreposição das lógicas política e militar.

De acordo com a documentação examinada, o desenvolvimento dessas relações, ainda que as variações fossem muitas, seguia, de modo geral, quatro formas: uma primeira envolvendo diretamente oficiais militares e políticos civis; outra também envolvendo militares e políticos, mas nesse caso os serviços trocados eram mediados por outros oficiais dispostos de maior capital social; uma terceira implicando agentes civis que igualmente tinham suas demandas mediadas por oficiais militares bem posicionados; e por último, oficiais militares no exercício de cargos políticos intercambiando favores com agentes civis e militares. Apesar de os mecanismos de troca serem basicamente os mesmos em todos os casos, nota-se que no terceiro há uma formação específica, ou seja, tem-se agentes "não-militares" negociando bens "não-militares", sendo porém a mediação realizada por militares.

Entre as dezenas de casos que poderiam ser aqui expostos a fim de tornar mais claro o que está se tentando descrever, por motivos de espaço e também para evitar a repetição de casos semelhantes apresenta-se somente alguns cujas situações sejam representativas do conjunto.

Uma situação bastante comum revelando as ingerências do poder político dentro da esfera do Exército - vale dizer, a não-autonomia interna desta instituição frente à esfera da "política" -, era a utilização da influência de políticos de prestígio em decisões concernentes a nomeações, promoções e transferências de oficiais, além da prestação de muitos outros serviços. Ao examinar o Arquivo Pessoal de Borges de Medeiros, herdeiro

político do líder republicano Júlio de Castilhos e figura central da política rio-grandense durante a República Velha, diversos foram os documentos encontrados que permitem a afirmação feita acima. Uma exemplificação desses mecanismos em questão é a intervenção de Borges de Medeiros, Governador do Estado, e do senador Pinheiro Machado com vistas à permanência do general gaúcho Manoel J. Menna Barreto Godolfim no Distrito Militar de Porto Alegre, que foi efetivamente concretizada e pela qual o general agradece a Borges em carta, destacando o "interesse" que o Governador tem tomado pela sua "humilde individualidade, recebendo sempre do ilustre amigo provas da bondade característica que muito o dignifica" (Porto Alegre, 09.11.1906, ABM, doc. 4967).

Outro caso interessante é fornecido pela demanda do tenente Francisco Costa e Silva, "próximo" de Getúlio Vargas, que após ter sua matrícula na Escola Militar do Rio negada por três vezes, pede ao "amigo", Governador do Estado, que este obtenha junto ao general Nestor Sezefredo dos Passos, Ministro da Guerra, o necessário desimpedimento para efetuar seu ingresso na Escola. Vargas, por sua vez, remete o pedido ao deputado castilhista Flores da Cunha - que assim como Pinheiro Machado⁶⁵ havia recebido a patente honorífica de "general" -, dizendo que, se possível, seja ele cumprido (Rio Pardo, 09.07.1928, AFC, doc. 327).

Esse conjunto de relações e de mecanismos de favorecimento movidos por meio do acionamento de redes de agentes dispendo de alto capital político e social, mencionado nos casos acima, põe em relevo uma dimensão fundamental da condição de

⁶⁵"Filho de estancieiro e 'político' do Império nacionalmente reconhecido" (Grijó, 1998: 52), ainda quando adolescente chegou a combater como voluntário nas tropas que foram ao Paraguai. Foi também condecorado com as honras de "general-de-brigada", em 1894, pelo Presidente da República marechal Floriano Peixoto, por sua participação na Revolução Federalista. Conforme aponta Grijó (Ibid.: 42), pelo fato de a Revolução no Rio Grande do Sul ter confundido-se com a revolta de setores da Marinha brasileira, a qual foi explorada pelos governos regional e nacional como "monarquista", os títulos militares honoríficos conferidos aos líderes gaúchos representavam um reconhecimento de suas ações como relevantes ao país, "enquanto serviços prestados à 'causa republicana' brasileira, e não somente resultado de lutas político-partidárias restritas ao nível estadual".

entrelaçamento das lógicas da "política" e do Exército no Rio Grande do Sul durante a Primeira República. Com efeito, não há como separar a influência da "política castilhista" no interior da instituição militar - sobretudo ao considerar as ligações do "general" Pinheiro Machado com o alto oficialato -, do sistema político vigente no período, isto é, de um contexto de alta centralização e autoritarismo político no qual a lealdade incondicional e a submissão aos chefes da facção no poder funcionava como principal garantia de acesso aos recursos disponíveis⁶⁶. Algumas características da estruturação do PRR apontadas por Grijó (1998: 48) em estudo sobre as trajetórias dos políticos gaúchos membros da chamada "geração de 1907" parecem esclarecedoras:

"(...) um partido deste tipo - constituído em forma piramidal em cujo ápice se encontrava o líder do partido e do governo composto por uma constelação de estrelas de primeira grandeza que controlavam teias clientelísticas formadas por patronos menores, por parcelas da população urbana e por peões nas estâncias - é uma estrutura eminentemente segmentada. O PRR, pois, neste plano se estruturou em função de nichos de autoridades pessoais, de grandes patrões que controlavam segmentos do território e/ou da população do Estado ou certos órgãos burocráticos. Os primeiros mais independentes do chefe do governo e do partido - pois sua autoridade advinha em grande parte devido a recursos próprios - e os segundos absolutamente dependentes do mesmo - pois deviam-lhe diretamente suas posições atreladas à ocupação de cargos remunerados" (Id., *ibid*: 48).

Ao estar ligada, por uma série de laços - diretos ou não - aos principais agentes políticos no Estado, parte do alto oficialato dispunha de trunfos importantes que eram amplamente mobilizados em relações de troca, muitas delas implicando agentes externos ao meio militar. Assim, uma vez que eram capazes de mobilizar redes de relações sociais⁶⁷ dessa natureza, e isso especialmente no interior do Estado, esses oficiais tornavam-se ao mesmo tempo importantes elementos de ligação entre agentes carentes de

⁶⁶Sobre o sistema político gaúcho na República Velha e as bases de funcionamento da "máquina castilhista", ver particularmente Baretta (1985), Love (op. cit.) e Grijó (op. cit.).

⁶⁷"As redes sociais são a totalidade de relações diádicas ou de relações diádicas significantes que se encontram em um campo social" (Landé, op. cit., p. XIII).

determinados bens e os círculos regionais do poder, mesclando-se desta forma aos esquemas do clientelismo político, como atestam os "pequenos pedidos" mediados por oficiais do Exército junto a algumas autoridades políticas de alto cargo, encontrados em grande número em documentos dos arquivos pessoais examinados.

Podendo-se, pois, avançar mais além daquelas situações em que estão em jogo nas trocas bens relativos à instituição militar, como cargos, direito a matrícula em escolas etc, também são encontradas boas indicações de que a ocupação de uma determinada posição na hierarquia militar, associada ao volume e à estrutura do capital social detido - como rede durável de relações passíveis de serem acionadas - era capaz de proporcionar aos agentes em questão o estabelecimento de uma série de outras relações sociais externas ao meio militar. Com efeito, tais indicações dizem respeito à possibilidade de uso do prestígio social de agentes militares, acumulado em grande medida dentro do Exército e respaldado por uma patente corporativa socialmente conhecida e reconhecida, em espaços situados fora da órbita da instituição. Os tipos de uso desse capital simbólico e de relações são os mais variados, indo de nomeações para cargos públicos até o apoio para alguma candidatura política, porém não diferem em sua forma personalizada e restritiva.

Nesse sentido, parece bastante esclarecedor apresentar-se uma situação que invoca alguns dos traços de que está se tratando. É um caso em que inicialmente o então coronel Frederico Solon de Sampaio Ribeiro, membro há muitos anos da *Maçonaria* (possuía o grau de Mestre desde 1871), após ter intervindo decisivamente em uma questão judicial envolvendo uma pessoa com fortes ligações dentro daquela sociedade, consegue que seja obtida sua libertação⁶⁸. Como forma de "agradecimento", é oferecido ao oficial o título de

⁶⁸Tudo isso havia sido intermediado pelo alemão naturalizado brasileiro João de Frankenberg, que fora lente da Escola Normal de Porto Alegre e redator do jornal alemão naquela capital. Frankenberg tivera grande atividade no Partido Conservador, sendo próximo de Deodoro, porém, "fora vitimado por intrigas" que o obrigaram a se mudar para a Argentina, onde era membro ativo e graduado da *Maçonaria*.

"membro honorário" de uma loja maçônica argentina⁶⁹. Porém, ao mesmo tempo em que lhe são feitos "agradecimentos" e "homenagens", surge uma nova demanda, em nome de uma terceira pessoa (Frederico Schmidt), a qual foi feita portadora da correspondência entregue a Solon e a quem os demandantes "devem muitos favores prestados durante a adversidade". Aquela demanda consistia, basicamente, na "ajuda" de Solon com vistas a que Frederico Schmidt - proprietário de uma cervejaria no Rio Grande do Sul e desejando iniciar uma produção de cerveja com base em métodos mais modernos, tais como os existentes na Europa -, obtivesse o crédito necessário para iniciar o empreendimento. Posto que haveria sérios obstáculos colocados pelas empresas importadoras do ramo, as quais teriam seus interesses ameaçados por aquele projeto, dificultando "pela surdina" a concessão de empréstimo bancário à Schmidt, pede-se ao coronel que, se possível, intervenha em seu favor (Humaitá, 1871 e Porto Alegre, 1888 e 1890; IHGB, lata 557, pasta 07 e lata 558, pastas 84 e 168, respectivamente.).

Casos semelhantes de busca de recursos por civis para fins pessoais junto a oficiais militares bem posicionados também foram encontrados em grande profusão quando da análise do Arquivo Pessoal do marechal Setembrino de Carvalho. No entanto, há que se remarcar a maior intensidade daquelas relações ao longo do período no qual o oficial acumulou funções formalmente políticas como Interventor Federal nomeado para o Ceará, durante uma crise política regional em 1914. Ocupando um cargo que lhe punha à disposição o acesso facilitado a recursos de natureza diversa, em um contexto de conflito político e social (violência, saques, perseguições), Setembrino rapidamente passou a se encontrar no centro de uma instância capaz de prover bens a interesses privados. Novamente tinha-se aí uma variedade bastante grande de bens em jogo, predominando os cargos públicos - na polícia e em secretarias notadamente -, mas

⁶⁹Juntamente com a carta que enviam a Solon, o beneficiado e sua esposa agradecem-lhe por haver lhes enviado seu retrato, o qual ocupa "lugar de honra" em sua casa.

sobremodo a "proteção e garantia de condições de vida a famílias ou a indivíduos perseguidos politicamente" no Estado⁷⁰.

Ao lado de indicações e nomeações para cargos e também para promoções no Exército, estando envolvido muitas vezes o senador Pinheiro Machado, chama a atenção no material observado a quantidade e o conteúdo das correspondências trocadas entre o oficial interventor⁷¹ e o padre de Juazeiro Cícero Romão Batista⁷². Sabendo-se do grande prestígio de que gozava aquele padre em todo o Estado do Ceará, não parece difícil compreender o interesse de Setembrino em manter com ele relações estreitas e "amistosas", como faz ver a documentação.

Em meio a vários outros casos encontrados ao se examinar a documentação de caráter pessoal disposta para Setembrino, pode-se mencionar uma carta do padre Cícero enviada ao oficial, na qual expunha os seguintes termos:

"Confianto nas inequívocas provas de consideração com (sic) V. Exc^a. me tem honrado, animo-me a escrever-lhe esta, esperando merecer-lhe um obséquio que me penhoraria grandemente".

"O meu amigo Dr. Carlos Livínio de Carvalho, Juiz de Direito do Crato, tem atualmente precisado de (sic) fazer tratamento em sua saúde, bastantemente arruinada aqui no Cariri, onde o clima lhe tem feito grande mal".

"Ora, atendendo ao seu passado, à maneira pela qual ele atravessou o período sombrio do Governo, ao qual V. Exc^a. tão honrosa, digna e competentemente sucedeu, atendendo ao muito que ele sofreu por causa dos nossos, tendo mesmo em grave perigo sua vida e por mais de uma vez; considerando tudo isso, lembrei-me de pedir-lhe, como já o fiz ao Dr. Floro⁷³, ao Dr. Hermínio e ao Cel. Thomaz Cavalcanti, a nomeação do

⁷⁰Com respeito a esse tipo de situação, Landé (op. cit.) demonstra ser possível associar-se a busca de estabelecimento de relações baseadas na reciprocidade a um contexto social em que as instituições não conseguem suprir satisfatoriamente as necessidades da população, sendo postos em ação, assim, mecanismos alternativos que funcionam como *addendas* àquelas.

⁷¹Setembrino foi promovido a general, aos 52 anos, durante sua missão no Ceará.

⁷²Padre Cícero era o "líder espiritual" de um movimento milenarista religioso surgido no sertão do Ceará e seguido por milhares de devotos em todo o interior nordestino.

⁷³Floro Bartolomeu da Costa, médico baiano e "coronel cliente" da família Acióli, uma das facções na disputa pela supremacia política no Ceará, havia tornado-se o líder secular do movimento de Padre Cícero e soubera utilizar seus propósitos para fins políticos. Ver mais a respeito em Love (op. cit.).

referido Dr. Livínio para o lugar de Juiz de Direito dos Casamentos aí de Fortaleza (...) (Juazeiro, 27.04.1914, CPDOC, FSC 140424/1, grifos meus).

A partir desse referencial mais generalizado, que serve como um balizamento para o que se deseja demonstrar ao longo do estudo, pretende-se em seguida passar à apresentação mais detalhada da trajetória de três generais gaúchos.

2.2 - OS CONDICIONANTES SOCIAIS DAS TRAJETÓRIAS "MILITARES" DE TRÊS GENERAIS

2.2.1 - Mallet: a herança militar e as vantagens de um "bom nome"

Filho do "renomado" marechal do Exército brasileiro Emílio Luiz Mallet (Barão de Itapevi), francês de nascimento mas cuja "carreira" militar transcorreu-se no Brasil imperial, João Nepomuceno era o mais novo Entre quatro irmãos. Pelo lado paterno, sua família descendia de "antiga nobreza feudal e guerreira da França (origem histórica no século X), sendo seus ancestrais os Sires de Graville, destacados barões feudais da Alta Normandia" (Almeida, 1961: 147). Seu avô era armador de navios, proprietário de um estaleiro em Dunquerque (França) e "possuidor de fortuna", mas perdera tudo por ocasião da revolução nas Antilhas. Nessas condições, transferiu-se com a família para o Brasil em 1818, e "logo tratou de adquirir terras na baixada fluminense, para plantação de cana-de-açúcar. No ano seguinte, na Rua dos Barbonos", sua esposa, "dama de ilustração incomum" e "irmã do naturalista Pierre Denys de Monfort", funda o Colégio Mallet, "que

funcionou, com bom êxito, por muitos anos" (Ibid.: 175). "Este estabelecimento, (...), tornou-se logo famoso e, em suas salas de aula, passou a abrigar as meninas das mais importantes famílias da Corte" (Alves, 1979: 44).

Remonta a esse período o estabelecimento de relações da "família" Mallet com o Imperador e seus círculos mais próximos, as quais seriam mantidas e reforçadas pelos familiares ao longo de todo o Império. Jean Antoine, avô de João Nepomuceno, através de reuniões de caráter maçônico entrara em contato com o Príncipe Regente, vindo a se tornar "seu amigo", assim como de outras "einentes personalidades da época". Inicialmente, "essa amizade iria refletir-se sobre o Colégio, não tardando que ele começasse a receber bolsistas da Casa Imperial" (Ibid.: 44), porém ainda muitos outros benefícios seriam dispensados em seu nome.

Emílio Luiz, filho de Jean Antoine, havia iniciado seus estudos na França e na Bélgica, onde cursara as primeiras letras e humanidades, vindo posteriormente a ingressar na Escola Militar de Saint-Cyr (França), concluindo o curso de matemática. No Brasil, antes de ingressar nas fileiras do Exército, começara a trabalhar como professor no Colégio fundado por sua avó. No entanto, não demoraria a lhe surgir a "oportunidade de seguir o seu caminho". Sua entrada na carreira que lhe levaria ao mais alto posto militar deu-se a partir de um convite direto do Imperador, o qual, "ao prestigiar o casal Mallet com sua presença em uma festa de formatura", conhecera o jovem professor Emílio pessoalmente, "muito alto, extrovertido e bem falante". "Sabendo de sua vocação para a carreira das armas desde a França, convidou-o logo a juntar-se ao florescente exército brasileiro, em vias de organização" (Ibid.: 44 e segs.), o que se deu de fato em 1822, quando Emílio assentou praça como 1º Cadete.

Vindo a servir no sul do país, Emílio casou-se seis anos mais tarde em Bagé, com Joaquina Castorina de Medeiros, filha do coronel Antônio Medeiros da Costa, "abastado

fazendeiro". Ao ser demitido do Exército em 1831, pelo efeito da lei que impedia a permanência de estrangeiros nas fileiras da instituição, passou então a administrar uma das fazendas de seu sogro naquela cidade, iniciando com a produção de alfafa e em seguida montando uma olaria. Em pouco tempo torna-se uma "figura de destaque", e "na comunidade é reconhecido como elemento de cultura superior, com a mente orientada para o progresso e a civilização" (Ibid.: 74). Do matrimônio houve quatro filhos: os três homens foram militares, e a filha casou com um coronel "possuidor de muitas terras". Os dois irmãos mais velhos não tiveram o mesmo "êxito militar" que João Nepomuceno, filho mais novo da família. Um deles, Pedro Félix, deixou o Exército no posto de capitão, porém assumiu, no posto de tenente-coronel, o Comando Superior da Guarda Nacional em São Gabriel. Era também o proprietário da "antiga fazenda do Itapevi", e "destacado membro do Partido Liberal nas regiões de Cacequi, São Vicente e Rosário". Casou com Bernardina Leocádia dos Santos, natural do Uruguai, filha do coronel Serafim José dos Santos, de Jaguarão, e proprietário fundiário no Uruguai. Seu outro irmão, Júlio Antônio, chegou ao posto de major.

De modo semelhante à "entrada" de seu pai na carreira das armas, também João Nepomuceno teve a possibilidade de prosseguir seus estudos e "tomar contato com a vida na Corte imperial" a partir do uso do capital de relações acumulado pelo grupo familiar. Tendo iniciado os estudos em Bagé, onde frequentou o curso primário e parte do secundário "com real proveito", foi levado pelo pai à Corte em princípios de 1856, com destino ao Colégio Episcopal de São Pedro de Alcântara, onde "ficou aos cuidados do velho amigo da família" tenente-coronel João Carlos Pardal, que futuramente seria seu sogro. Não podendo escapar à "vocação militar, vinda de gerações na família", João Nepomuceno teve seu ingresso como praça em 1857, e já a esta altura, após vinte anos de afastamento, seu pai havia sido readmitido no Exército.

Ao lado das ligações com o Imperador, sem dúvida um dos maiores trunfos de que dispunham os "Mallet" em meio ao conjunto de relações apresentadas, - determinante no "sucesso" das carreiras tanto do pai quanto do filho, ambos militares que chegaram ao topo da hierarquia do Exército -, era a "amizade" entre Emílio Luiz e Osório. Esta remontava ao tempo em que Emílio Luiz viera servir no Rio Grande do Sul - "onde se conheceram e se tornaram grandes amigos" quando ainda eram oficiais nos primeiros postos - e era igualmente transpassada por uma relação de parentesco indireto e de *compadrio*. Osório era casado com Francisca Fagundes, filha de Zeferino Fagundes de Oliveira, fazendeiro e Juiz de Paz de Bagé, o qual era concunhado do coronel Antônio de Medeiros (sogro de Mallet), pois suas esposas eram irmãs. A noiva de Osório era, portanto, prima-irmã da esposa de Emílio Luiz Mallet, e este foi seu *padrinho de casamento*.

Como foi possível constatar para uma parcela muito expressiva dos oficiais militares estudados, a constituição de uma aliança matrimonial implicando o entrelaçamento de "famílias de militares" detinha um espaço importante. Entre as estratégias de reprodução e de ampliação do capital social com base na "família"⁷⁴. Assim como nos casos de seu pai e irmãos, os dois matrimônios de João Nepomuceno permitiram-lhe acumular uma gama crescente de relações dentro e fora do meio militar. Em seu primeiro casamento, desposara a filha do então coronel (futuro marechal) João Carlos Pardal, "amigo antigo de seu pai e de infância do Imperador", e que, entre outros cargos importantes, fora Presidente da província de Santa Catarina, Diretor do Arsenal de Guerra da Corte, Secretário do Conselho Supremo Militar e Governador das Armas da Corte. Desse enlace resultaram três filhos: João Carlos, escritor e jornalista; Emília, que casou com o coronel Francisco de Castilhos Jacques; e Ana, que casou com o marechal

⁷⁴Quanto à utilização de estratégias matrimoniais e suas relações com a reprodução social, ver Desrosières (1978), Charle (op. cit.) e Bourdieu (1980b e 1989).

Antônio Geraldo de Souza Aguiar. Em suas segundas núpcias, em 1880, novamente João Nepomuceno une-se à família de um militar de alta patente. Casou com Maria Carolina Veloso Pederneiras, filha do marechal gaúcho Inocêncio Veloso Pederneiras (Barão de Bojurú), ex-Comandante da Escola Militar de Porto Alegre e por duas vezes eleito deputado.

Tendo realizado seus estudos militares e obtido os cursos de engenharia geográfica e militar, artilharia e ainda o "título" de "Bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas", João Nepomuceno também teve a oportunidade de ir ao campo de batalha durante a Guerra do Paraguai, onde serviu no posto de capitão junto ao seu pai e ao general Osório. Este último, ao ser escolhido para assumir o Ministério da Guerra, em 1878, tratou em seguida de convidar o então major João Nepomuceno para seu Gabinete, pois "Osório, a cujas ordens servira no Paraguai, muito o apreciava, pela inteligência e valor pessoal e desejava também assim prestar uma homenagem ao velho Emílio Luiz Mallet, ainda brigadeiro e a quem confiara o comando da fronteira Quarací-Livramento" (Almeida, op. cit., p. 194). E ainda além disso, o Ministro, "que sempre procurou recompensar a todos os bravos do Paraguai", elevou-o ao posto de tenente-coronel, "por merecimento". Vindo Osório a falecer em 1879, o Presidente do Conselho de Ministros, que o substituiu na pasta da Guerra, nomeou o tenente-coronel Mallet segundo Comandante da Escola Militar da Praia Vermelha (Ibid.: 159-160).

Tendo tomado parte nas deliberações do Clube Militar no período que antecedeu ao golpe de 1889, e sendo "amigo" de Pedro II - posto que herdara um conjunto de relações com a Coroa que remontava ao avô paterno, e que soubera entreter e ampliar -, Mallet foi incumbido pelo grupo de "proclamadores" de falar com o Imperador deposto para que embarcasse na mesma noite do golpe republicano. "Dias depois, Mallet era nomeado Governador do Estado do Ceará, e graduado em coronel (...) por *serviços relevantes ao regime* (Ibid.: 161, grifos meus.). Poucos anos depois, já no posto de

general e envolvido na agitação política contra o governo do marechal Floriano Peixoto, assinou o "manifesto dos 13 generais", sendo reformado "por motivos políticos", porém revertendo à ativa dois anos mais tarde, vindo ainda a acupar altos cargos como o de Ministro do Supremo Tribunal Militar e o de Ministro da Guerra.

2.2.2 - Setembrino de Carvalho: da caserna local ao cenário nacional

Diferentemente do procedido com respeito a João Nepomuceno Mallet, cuja fonte principal de informação foi uma obra de homenagem do Exército ao seu pai, patrono da arma de artilharia, editada pela Biblioteca do Exército, o material de maior conteúdo disposto para o estudo da trajetória de Fernando Setembrino de Carvalho foi seu livro de *memórias*, editado em 1950. De forma complementar, também foram encontradas informações de boa qualidade em seu Arquivo Pessoal, principalmente em uma "caderneta de notas" que lhe servira de base para diversos apontamentos sobre sua "carreira".

Muitas são as semelhanças entre as trajetórias de Mallet e a de Setembrino - e de um modo geral as dos demais oficiais compreendidos no período -, ressaltando-se entre elas a utilização do capital de relações sociais da família como recurso para ascensão na "carreira". No entanto, há que se remarcar a condição mais regional em que estava inserido inicialmente o conjunto das relações dispostas pela família daquele último, sem contatos importantes com o centro do poder nacional, o que em certa medida foi compensado por intensas ligações com a "política" partidária no Rio Grande do Sul. Nesse sentido, chama a atenção o envolvimento precoce de Setembrino com a "política" -

quando ainda ocupava uma patente militar subalterna - efeito da herança política legada a ele pelo pai.

Nascido em Uruguaiana em 1861, Setembrino era filho de Fernando Vilela de Carvalho e de Felicidade Ferreira. À modéstia das condições financeiras da família Setembrino destaca a "honradez" e o "alto conceito" de que sempre gozaram na sociedade local. Seu pai iniciara a vida ainda muito jovem como professor de colégios particulares em Porto Alegre, tendo em seguida uma experiência fracassada como comerciante em Pelotas, antes de voltar ao magistério em Uruguaiana. Mais tarde, obteve a nomeação para funcionário da Alfândega, vindo ainda a ocupar o cargo de escrivão da Mesa de Rendas da cidade, no qual aposentou-se como Administrador.

Sua mãe era natural de Santa Maria e "pertencia a um dos ramos da grande e conhecida família Carneiro da Fontoura, cujo tronco principal foi o antigo Marechal Carneiro da Fontoura, do Brasil Colônia", e que era "avô" de Setembrino. Mulher de "virtudes peregrinas", teve a vida devotada às causas beneficentes, sendo dama benemérita da Santa Casa de Caridade de Uruguaiana, o que sempre lhe rendeu "excepcional relevo na sociedade uruguaianense" (Carvalho, 1950: 13).

A "preocupação" com os estudos do filho é bem lembrada por Setembrino. Apesar da "pobreza" do pai, este sempre dispendera as sobras de seu ordenado com a educação do filho, e por isso nunca lhe faltara recursos para estudar. Iniciou os estudos com o pai, primeiro em casa e depois em um colégio por ele fundado. "Aos 12 anos de idade, terminava o curso primário e iniciava rudimentos de francês". Dois anos mais tarde foi para Pelotas e se matriculou no Colégio Reis, cujo diretor havia sido companheiro de seu pai, e com quem mantinha "estreitas relações de amizade". Sua vida naquela cidade era sustentada por dois médicos amigos do pai, o qual queria fazer do filho "orador e político", pois era ele próprio "político" (Ibid.: 20-21). No ano seguinte, uma vez

terminados os "preparatórios", Setembrino foi com um colega - José Barbosa Gonçalves, futuro Ministro da Viação no governo Hermes da Fonseca -, para a capital do Estado a fim de prestar exame na Instrução Pública, sendo plenamente aprovado. Matriculou-se, então, no Colégio Sousa Lobo, vindo a ser em regime de internato "*condiscípulo de Ernesto Alves, Borges de Medeiros e de outros rapazes, que mais tarde representaram papel de destaque na propaganda republicana, tornando-se figuras de relevo na política nacional*" (Ibid.: 22, grifos meus).

A essa época, descontente com o internato e atraído pelos "dourados" dos oficiais da Escola Militar - ainda que não tivesse "pendores naturais para a carreira das armas" - Setembrino decide optar por esta, mas não sem ter de convencer o pai, que "lhe havia destinado à medicina", e à mãe, "que o queria ver advogado". Finalmente teve seu desejo satisfeito e pôde ingressar na Escola Militar, porém "à condição de estudar engenharia militar" (Ibid.: 23). De fato, a carreira de oficial do Exército representava uma via importante de ascensão social àqueles agentes relativamente desprovidos de capital econômico, ("*o título de Alferes-aluno tornara-se a grande atração dos moços que, sem grandes recursos financeiros, sonhavam com risonho futuro*") dispostos a pagar por meio do esforço e do empenho sua posição social menos privilegiada, mas por outro lado também capazes de mobilizar relações de base pessoal. Com poucas chances de realizar estudos superiores fora do Estado, a engenharia militar lhe parecia um "caminho de certo futuro"⁷⁵.

Seu ingresso no Exército deu-se em 1877, aos 16 anos de idade, matriculando-se na Escola Militar no ano seguinte, e pouco tempo levaria para se defrontar com os mecanismos "pouco claros" de regulação da "carreira" de militar, sendo-lhe necessário

⁷⁵"Não era um soldado de raça. Mas, logo ao ingressar na Escola Militar senti-me dominado pelo espírito militar que mais e mais se desenvolveu na caserna. A profissão militar adquiriu para mim um caráter venerável e quase como sagrado. Era um sacerdócio, a cujas imposições sempre me submeti com abnegação e devotamento" (Carvalho, op. cit., p. 78).

acionar pessoas do relacionamento de seu pai para obter uma promoção de rotina. Como o próprio oficial comenta em suas anotações:

"Era-me, nessa época, de relativa facilidade obter a promoção de Alferes ou 2º Tenente (...), uma vez satisfeitas as exigências legais: meu pai era político. Tinha bons amigos. Entre eles o preclaro Barão de Ijuí, General Bento Martins Menezes, um valente da campanha do Paraguai. Ofereceu-se espontaneamente a meu pai, declarando que conseguiria facilmente com seu grande amigo, General Osório, Marquês do Herval, então Ministro da Guerra, minha promoção. Mandou dizer algo nesse sentido" (Carvalho, *ibid.*: 24).

Tal situação, já brevemente mencionada no primeiro capítulo deste estudo, referia-se à nomeação de Setembrino como sargenteante, condição necessária para chegar ao primeiro posto da hierarquia. Sendo-lhe exigido o título de Cadete, ao qual não tinha direito, para preencher tal condição, e vendo aí a possibilidade de um bloqueio em sua carreira, Setembrino "não hesitou em socorrer-se, em tão dura conjuntura, do auxílio do Presidente da Província⁷⁶". Assim é descrito seu contato pessoal com o chefe do governo:

"Ao anunciar-me em Palácio, declarando ser aluno da Escola Militar e filho de Fernando Vilela de Carvalho, de Uruguaiana, tive a imediata e carinhosa acolhida da parte do Presidente. Interessou-se vivamente pelo meu caso: 'Vou nomear já seu pai Coronel da Guarda Nacional⁷⁷, por ser este o posto que compete pelos seus serviços ao partido, além de outros títulos que muito o recomendam" (Id., *ibid.*: 25).

Com o êxito de sua demanda, prosseguiu seus estudos em Porto Alegre até 1882, obtendo o curso das três armas, dando-lhes continuidade na Escola da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, de onde saiu com o curso de engenheiro militar e o grau de "Bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas".

⁷⁶"O senador do Império Henrique D'Ávila ocupava a cadeira de Presidente da Província do Rio Grande do Sul. A situação era liberal. Meu pai era correligionário. Tinham relações. Conheceram-se quando foi ele - Henrique D'Ávila - então deputado geral, à Uruguaiana defender o Barão de Ijuí, chefe do partido local (...)" (Id., *ibid.*: 25).

⁷⁷Não havendo vaga para o posto de coronel na Comarca de Uruguaiana, foi-lhe concedida a patente de capitão.

Em 1887 casou-se na cidade onde nasceu com Leontina Damasceno Vilela, vindo a ter 8 filhos, dos quais 5 mulheres casaram-se com oficiais militares⁷⁸ - 4 generais e 1 coronel - 2 filhos foram engenheiros e 1 foi bacharel em Direito e Procurador da Justiça no Estado da Guanabara. Este último, Fernando Vilela de Carvalho, o "Carvalhinho", constantemente mencionado nos documentos examinados, foi um interlocutor importante de seu pai, com quem Setembrino "comentava", por meio de longa correspondência, a situação política do país. Pela posição ocupada pelo pai, obteve grandes benefícios em sua "carreira profissional" e igualmente ajudou "amigos", valendo-se das "influências" de que aquele dispunha.

À semelhança do constatado nas trajetórias "profissionais" da grande maioria dos oficiais estudados, Setembrino teve um início de "carreira" pautado pelo serviço junto a oficiais bem posicionados, postos normalmente ocupados com base em "indicações" e "convites". Assim, em 1888 é nomeado Secretário do Regimento de São Gabriel, junto ao tenente-coronel Bernardo Vasquez, futuro Ministro de Prudente de Moraes, como tenente de Estado-Maior de 1ª Classe, e em seguida é convidado pelo Comando da Guarnição e Fronteiras de Uruguaiana para servir como Secretário. Mesmo que não seja possível determinar com certeza em que medida estas nomeações se deviam às ligações de Setembrino - e sobretudo de seu pai, homem da região -, com o Partido Republicano de Júlio de Castilhos, há algumas indicações explicitadas pelo próprio oficial em questão e que revelam os vínculos políticos aí subjacentes.

Um caso esclarecedor refere-se ao "convite" por ele recebido, em 1890, para assumir a Secretaria do Comando da Guarnição e Fronteiras de São Borja. Sendo esse tipo de Comando, nessa época, geralmente exercido por generais honorários e oficiais da

⁷⁸A filha primogênita, Zaida, casou-se com Francisco Ramos de Andrade Neves, chefe do Estado-Maior do Exército de 1930 à 1931, militar gaúcho pertencente a um grupo familiar de "grande tradição" no Exército.

Guarda Nacional, tratava-se de um cargo revestido de caráter político⁷⁹. Tendo aderido ao Partido Republicano, ao ser nomeado Comandante, o general honorário Francisco Rodrigues de Lima "solicitou dos amigos políticos a indicação do nome de um oficial do Exército, para seu secretário, cujas convicções republicanas fossem penhor seguro de alta confiança". Dadas as ligações de Setembrino com aquele partido, iniciadas com maior intensidade quando servira em São Borja e aderira a um clube de propaganda republicana, foi ele recomendado ao citado general por dois "amigos seus da época propagandista". "Júlio de Castilhos, em telegrama, pediu-me atender ao convite, não regateando meus serviços à República" (Ibid.: 32).

A intensificação do envolvimento de Setembrino com o Partido Republicano deu-se a partir daí. Ao voltar para sua cidade natal, já então declarando-se "republicano histórico", tomou parte ativa na reorganização do partido ao lado do coronel Antônio Azambuja Cidade que, "por sua atuação relevante na fase da propaganda e recursos financeiros, empunhava o bastão de mando em Uruguaiana". Deste modo, pela "confiança e empenho" demonstrados, tornou-se seu "assessor na direção da política local", dirigindo a primeira campanha eleitoral do período republicano (Ibid.: 32-33). Tendo sido incluído na chapa liderada por Castilhos, obteve uma cadeira na Assembléia Constituinte de 1891, permanecendo após isso na Assembléia dos Representantes.

Suas "atividades políticas" não duraram muito, pois romperia em pouco tempo - mesmo que "não publicamente", como o diz -, com as "atitudes discricionárias" do líder republicano, "a quem todos deviam submissão absoluta". O oficial considerava finda sua breve "carreira política", e era agora "um desiludido da sinceridade política dos homens". "Desencantado com a política" e convencido da "incompatibilidade do exercício

⁷⁹"Com a ascensão (*sic*) ao poder de um dos partidos militantes - liberal e conservador - aqueles comandos passavam aos generais honorários da facção que subia. Eles, em geral, eram chefes de partidos nas localidades em que residiam, sede dos Comandos da fronteira" (Carvalho, op. cit., p. 31).

simultâneo da profissão militar e da atividade política", retoma suas atividades como engenheiro militar (Ibid.: 44). Ainda que aparentemente mal-sucedida, a reconversão operada por Setembrino ao interior do "jogo político", traduzida no acúmulo de um capital político dentro de uma facção política ascendente lhe traria uma série de dividendos futuros em sua "carreira militar".

Ao eclodir a Revolução Federalista em 1893, assume o Comando do Batalhão "Defensores da República", e é em seguida convidado a se incorporar à divisão comandada pelo general Hipólito Antônio Ribeiro, que o comissiona em tenente-coronel. Promovido a major de engenheiros em 1900, vai servir em um batalhão de engenharia criado em Rio Pardo. "Interessado em desenvolver" seu batalhão, Setembrino planeja empregá-lo na construção da estrada de ferro Porto Alegre-Uruguaiana, e para tanto lançará mão de algumas de suas "amizades" desenvolvidas ao longo dos anos.

Neste caso, valeu-se das "relações" que mantinha com o então tenente-coronel Bento Manoel Ribeiro Carneiro Monteiro e seu irmão o bacharel José Vitorino⁸⁰. Sabedor das ligações daqueles conterrâneos com o marechal Mallet, Ministro da Guerra, solicitou-lhes sua "interferência" na questão, sendo atendido e recebendo Bento Manoel o Comando das obras a serem realizadas. A propósito de sua "amizade" com os Carneiro Monteiro, em um trecho bastante revelador do caráter das relações pessoais que haviam longamente mantido, Setembrino presta-lhes uma espécie de tributo em suas *memórias*, começando por lembrar do contato que iniciaram na Escola Militar e em seguida falando em um tom de homenagem:

⁸⁰Eram filhos do general Vitorino José Carneiro Monteiro (Barão de São Borja), militar de "grande prestígio e poder". Bento Manoel chegou ao generalato e era "ligado por laços de sangue, de amizade e relações pessoais a grandes vultos da política republicana brasileira" (Porto Alegre, 1922: 139). José Vitorino, Bacharel em Direito, teve uma "brilhante" carreira política como republicano, chegando a ser deputado estadual e federal, duas vezes senador, Presidente do Rio Grande do Sul e ainda Ministro do Brasil no Uruguai.

"Deixo aqui consignada imortal saudade de tão grandes amigos, à (sic) *cuja influência devo uma parte dos progressos realizados na carreira militar. Servi-os igualmente*, especialmente ao querido Marechal Bento Ribeiro, pela comunidade profissional, com dedicação, amizade e *desinteresse*. Constata-se seu reconhecimento aos serviços que lhe prestei no documento já transcrito [elogio ao então major Setembrino publicado no Aviso do Ministério da Guerra nº 273, em 1914], e em outros constantes de minha fé de ofício" (Id., *ibid.*: 23, grifos meus).

Situação muito semelhante à precedente ocorreria alguns anos mais tarde, novamente tratando-se do interesse de Setembrino em construir uma estrada de ferro, desta vez uma que ligasse Cruz Alta ao rio Uruguai. Feitos os estudos, o oficial fez o projeto chegar ao conhecimento do Governador pelo "intermédio do grande patriota senador Pinheiro Machado", a quem em uma carta eram demonstradas suas "conveniências, apelando para o seu alto prestígio junto ao poder público" (*Ibid.*: 72). Mais uma vez teve sucesso em seu intento o tenente-coronel e futuro general Setembrino, que também veio a ser nomeado para chefiar as obras, acumulando assim os cargos de Comandante e de Engenheiro Chefe.

A essa altura de sua "carreira" - até então uma sucessão de êxitos que muito pouco devia ao acaso - passava ele a desfrutar de certo "prestígio" em seu meio. A "reputação de um bom soldado", que segundo ele próprio formara-se "naturalmente" em torno de sua "obscura individualidade" (*Ibid.*: 78), e que na verdade revelava a detenção de recursos com base em suas relações pessoais - com agentes de alto capital político e social, militares e civis -, chegava assim ao ponto de lhe permitir encetar uma trajetória em nível nacional, próxima às altas esferas do poder. De fato, a probabilidade de se galgar aos mais altos postos na hierarquia era muito superior uma vez que se dispusesse do acesso e de contatos dentro dos níveis centrais da instituição, isto é, daqueles círculos mais diretamente imbricados com a lógica da "política". Nesse sentido, em uma passagem bastante elucidativa, as próprias palavras de Setembrino o traem ao comentar os

mecanismos reais de funcionamento da "carreira" de oficial - suas "injustiças e favoritismos" - que aliás sempre o beneficiaram:

"Fora do Rio de Janeiro os esforços e abnegação dos servidores do país não são aquilatados devidamente pelos poderes públicos. Militares e civis que servem em longínquas paragens, arredados, portanto, do ambiente governamental, afastados dos círculos da grande metrópole, em que têm proeminência as reverências cobiçosas e gestos lisonjeiros, criadores de méritos, embora fictícios, são sempre esquecidos quando se trata de galardoar serviços. *O devotamento, o sacrifício e a inteligência dos ausentes não experimentam de ordinário os estímulos da justiça.* O acesso aos postos elevados não é um incentivo ao fortalecimento de energias. *O interesse de ordem geral, que deveria sempre primar, é obscurecido pelo de origem privada, sentimental. Em uma palavra, o filhotismo é o princípio dominante*" (Id., *ibid.*: 87-88, grifos meus).

Convidado pelo marechal e então candidato à Presidência da República Hermes da Fonseca a assumir a Chefia do Gabinete do Ministro da Guerra, general Antônio Adolfo da Fontoura Menna Barreto⁸¹, após as eleições Setembrino é chamado ao Rio pelos Ministros da Guerra e da Viação⁸², junto aos quais havia "providenciado" o "seu grande amigo" general Bento Ribeiro, nessa época Chefe da Casa Militar do Presidente Nilo Peçanha" (*Ibid.*: 89). Alguns meses depois, era nomeado por Hermes para o posto de coronel no Corpo de Engenheiros, e em seguida indicado pelo presidente para o Gabinete do conterrâneo Menna Barreto⁸³. A esse respeito, diz Setembrino que havia uma circunstância a mais para o general Menna Barreto ter aceito sua indicação como Chefe, pois "na qualidade de riograndense (*sic*), seu patrício, portanto, bem que não partidário, mantinha eu excelentes relações com os próceres da situação política dominante em nosso Estado natal. Ele estava ligado a esta política. Era íntimo amigo do senador Pinheiro Machado (...)" (*Ibid.*: 91).

⁸¹De acordo com o autor, Hermes lhe dissera: "É necessário que você vá servir no Rio. É tempo de lá exercer sua atividade. Precisa progredir na carreira" (Carvalho, *op. cit.*, p. 79).

⁸²Era então Ministro da Viação o seu "amigo e colega de juventude" José Barbosa Gonçalves.

⁸³Possuíam um parentesco distante, sendo a mãe de Setembrino parente dos Carneiro da Fontoura.

Quatro anos após ter chegado ao centro do país, e consolidada sua "notoriedade", começaria a ter o oficial gaúcho confiadas a si importantes "missões político-militares". Em 1914, com o apoio de Pinheiro Machado, é nomeado Interventor Federal com "plenos poderes" para pacificar o Estado do Ceará, imerso em uma crise política. Exitoso no cumprimento da tarefa, e promovido ao generalato, convoca eleições que elegem o candidato por ele apoiado, o coronel de Engenharia Benjamin Liberato Barroso. Este sucesso como Interventor rendeu-lhe vários convites para cargos e comissões, inclusive a oferta de uma cadeira de senador da República pelo Estado do Ceará, porém recusou a todas as ofertas. No mesmo ano, é também nomeado para assumir o Comando das operações na Campanha do Contestado. O resultado é o mesmo, e novamente teve recursos políticos ofertados⁸⁴.

Em 1916 é eleito pela primeira vez Presidente do Clube Militar, e em 1923, depois de ser nomeado Chefe do Estado-Maior do Exército - primeiro posto inferior ao de Ministro, e finalmente Ministro da Guerra de Artur Bernardes⁸⁵ -, recebe um segundo mandato para a presidência daquela instituição. Ainda naquele ano, atuou como intermediador nas negociações de paz nos conflitos do Rio Grande do Sul, cujo resultado foi a garantia da legitimidade do poder de Borges de Medeiros, eleito pela quinta vez consecutiva. Exercendo o cargo de Ministro até 1926, e tendo mesmo sido cogitado para concorrer à Presidência da República, Setembrino de Carvalho afasta-se da "vida pública", graduado em marechal do Exército.

⁸⁴Diz o general que "podia contar com o Paraná para satisfação de qualquer aspiração política que por ventura (*sic*) alimentasse". Colocaram também à disposição de seu genro, que o acompanhou na campanha, um lugar na Câmara Federal ou o Comando da Força Pública do Estado (Carvalho, op. cit., p. 217).

⁸⁵Quando servindo na 4ª Região Militar, em Minas Gerais, Setembrino mostrara-se "simpático" à candidatura de Bernardes, com quem travou diversos contatos e cujo nome apoiou no episódio das *cartas falsas*.

2.2.3 - Bertoldo Klinger: a "ética da farda"

O estudo da trajetória de Bertoldo Klinger revela condições sociais de realização "profissional" que diferem em certa medida daquelas apresentadas pelo restante dos agentes estudados. Os principais recursos utilizados para a ascensão à condição de elite do Exército continuaram a ser basicamente os mesmos até agora vistos, ou seja, as relações personificadas com os componentes da elite militar e com agentes ligados às esferas mais altas do poder político. No entanto, o que há a ser destacado no caso em pauta, é a forma como tais recursos, além de outros mais específicos, foram obtidos e mobilizados, figurando uma situação particular.

Contrariamente ao que ocorre na maioria dos casos examinados, em que de modo geral os agentes eram, já de início, detentores de um montante relativo de capital social herdado cuja estrutura fundamental baseava-se em relações do grupo familiar - tratando-se muitas vezes de "famílias de tradição militar" -, com agentes próximos ao poder político e à burocracia estatal, tem-se no caso de Klinger uma situação um pouco diversa. Ao passo que a maior parte das trajetórias dos componentes da elite estudada seguia uma direção que ia da utilização de relações com agentes socialmente bem posicionados - políticos e militares de alta patente em especial - à sua reconversão em trunfos militares e também de outras naturezas, vê-se em seu caso, marcado pela ausência relativa de um capital sólido de relações, um investimento muito grande na aquisição de recursos de origem escolar e cultural, orientado desde cedo pelos pais, e a adoção de estratégias de carreira mais arriscadas. Assim, à medida que seus "sucessos", e em particular sua concepção marcante frente à "profissão", permitiam-lhe acumular um certo "prestígio" militar, teve a possibilidade de desenvolver gradativamente "boas" relações internas e externas à instituição, as quais seriam fundamentais para seu progresso futuro. Por fim, ao

atingir uma posição saliente no seio do Exército, dá-se seu envolvimento mais direto com a "política", como no "movimento de 30" e na revolução paulista de 32, de onde resultam tanto sua promoção ao generalato quanto sua reforma precoces.

Um dos indícios mais evidentes do esforço empreendido por Klinger na obtenção de recursos culturais e escolares, mas também da transmissão doméstica de um determinado capital cultural pelos pais e sua forte orientação ao filho para os estudos⁸⁶, encontra-se em suas disposições à escrita e, de modo geral, a atividades ligadas à literatura e ao jornalismo. Ao longo da vida, produziu uma quantidade extraordinária de material escrito, chegando a um total de 24 livros, entre traduções de obras alemãs e participação em coletâneas e outros, e mais de 140 artigos, incluindo notas, editoriais e traduções. Suas *Narrativas autobiográficas*, que serviram como principal fonte para este trabalho, são compostas de 7 longos volumes, e foram editadas entre 1944 e 1953, cada volume correspondendo a um posto na hierarquia militar. Além disso, Klinger defendia uma *Ortografia Simplificada Brasileira*, por ele criada em 1940, cuja idéia central era "simplificar" e "racionalizar" a língua portuguesa, estabelecendo para cada fonema apenas um único grafema (letra). Toda sua publicação a partir daquela data, incluindo a *autobiografia*, foi escrita de acordo com aquelas regras.

Bertoldo Klinger nasceu em Rio Grande, em 1884, filho de um imigrante austríaco e de uma descendente de alemães. Seu pai trabalhou como colono e professor até 1883, tornando-se então proprietário de uma cervejaria e em breve ampliando o negócio com a produção de malte. Em 1891, pouco depois da promulgação da Constituinte que permitia a nacionalização dos imigrantes, foi nomeado capitão da Guarda Nacional, chegando ao posto de major e também vindo a ocupar o cargo de

⁸⁶A respeito das relações entre a posição social dos agentes, a transmissão do capital cultural e o incentivo familiar ao investimento em diferentes recursos escolares e culturais, ver Pierre Bourdieu, "L'école conservatrice. Les inégalités devant l'école et la culture", in: *Revue Française de Sociologie*, 7 (3), 1966, p. 325-347), e idem, "Les trois états du capital culturel", in: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 30, nov. 1979, p. 3-6.

Conselheiro Municipal. Alguns anos mais tarde, Antônio Klinger fechou suas duas fábricas e se transformou em representante de uma poderosa cervejaria, sediada em Pelotas e pertencente aos seus dois cunhados, ao mesmo tempo que abria uma fábrica de sabão e de velas, depois transformada em fábrica de gelo. Além dos cunhados, outros parentes próximos possuíam cervejarias em Porto Alegre e São Lourenço. Pelo ramo materno, descendia da "família" Ritter, a quem mais tarde, quando já reformado, Klinger dedicará uma (última) obra intitulada *Uma família Ritter no Brasil desde 1846*, na qual escreve que em um século de existência no país esta já "somava 385 famílias, com cerca de 2000 pessoas".

A ênfase nos estudos, desde pequeno, é um dos traços marcantes de sua infância e adolescência, o que futuramente lhe traria benefícios importantes na carreira que vislumbrava. Em casa, falava alemão com os pais e tomou aulas particulares para aperfeiçoar a língua, tendo também recebido um "bom ensino" de francês. Fez os estudos básicos em dois "colégios alemães" e um "francês", em Rio Grande, onde permaneceu até os 15 anos de idade, quando então entrou para a Escola Preparatória e de Tática de Rio Pardo. Atraído pelo Exército "desde que era criança", sem "jamais ter pensado em outra profissão", teve seu ingresso na carreira em 1899. Segundo Klinger, esse lhe "foi facilitado (...) porque me apresentei carregado de 'preparatórios', pois aos treze anos e quatorze fizera, com bom êxito, na delegacia da instrução pública, (...), exames de português, francês, alemão, geografia, história, aritmética, álgebra e geometria". E além disso, "essa bagagem me permitiu fazer em dois anos o curso daquela escola, que normalmente era de três" (Klinger, 1944: 18). De "estatura muito baixa", temendo não ser aceito no Exército, levou consigo duas "cartas de recomendação" - cuja origem não revela - uma ao Comandante da Escola e outra a um capitão professor.

Tendo sido aceito, destacou-se rapidamente em meio aos colegas, recebendo o prêmio de "melhor aluno da Escola". Dá continuidade aos estudos militares na Escola da

Praia Vermelha, mas é excluído em 1904 por tomar parte na Revolta da Vacina, onde é preso e em seguida anistiado. Transferido para o Realengo, pode então concluir os cursos de Engenharia e de Estado-Maior. Terminada sua formação como oficial, após servir em diversas comissões de engenharia, "surge-lhe a oportunidade" de tomar parte em um grupo de oficiais que estagiariam na Alemanha, conseguindo uma vaga.

A partir deste estágio, do qual "tirou grande proveito pela familiaridade com a língua" e "recebeu grandes elogios de seus superiores alemães", a "carreira" de Klinger se pautaria pela constante defesa da utilização dos esquemas organizacionais e avanços técnico-bélicos "importados" da Alemanha. Ao retornar do estágio, juntamente com outros oficiais fundou e foi redator-chefe da revista militar *A Defesa Nacional*, que se tornaria o principal meio de divulgação daqueles princípios. Ao lado de uma defesa da adoção das técnicas e materiais empregados pelo exército alemão, colocava-se igualmente ênfase na aplicação da lei do recrutamento por sorteio, na ampliação do ensino militar secundário e superior, e na "modernização" do Exército como um todo⁸⁷.

Valendo-se habilmente desse trunfo, Klinger dedicaria grandes esforços, especialmente através de artigos na revista e em jornais, em divulgar suas posições com respeito à "identidade militar" e às "tarefas do Exército nacional". Inicialmente centrado em defender as técnicas e os armamentos alemães, enfim, a constituição de uma instituição militar "moderna", à medida que adquiriu maior notoriedade e alcançou postos mais elevados na hierarquia passou a tomar posições mais explícitas e marcadas frente aos mecanismos de ascensão militar e ao "universo da política". Em suma, dado o desfavorecimento imposto por suas condições sociais, cujos recursos tinham pouco valor real no interior da esfera militar, Klinger tendia a adotar estratégias de maior risco, como

⁸⁷Pela influência da doutrina alemã em suas argumentações, os oficiais agrupados em torno da revista passaram a ser chamados de *joventes turcos*, em alusão aos militares turcos que, depois de estagiarem na Alemanha, introduziram reformas políticas e militares em seu país. Ver mais a respeito em McCann (op. cit.).

fica claro em seu incessante questionamento das regras que regulavam a carreira de oficial. Com efeito, não há nada de fortuito no fato de ele se opôr com tanta veemência a mecanismos que valorizavam recursos dos quais não dispunha, ou seja, aqueles com base em relações pessoais e materializados no "favoritismo", "filhotismo", "apadrinhamento" e outros equivalentes. Em contrapartida, lançava-se na "luta" (era a expressão que utilizava) pela valorização do "oficial de tropa" e do "serviço arregimentado", da "instrução" e preparação técnica" e daquilo que chamava de "religião" e "higiene" do "trabalho".

"(...) A tropa era ociosa, descurada pelo governo, menoscabada pelos oficiais habilitados, de modo que os jovens cheios de sabença, egressos da escola, procuravam comissões de engenharia, militar ou civil, ou o magistério militar, ou, como **pis aller**, a burocracia reiúna ou lugar junto a algum alto comando. Só os 'malucos, ou os de todo 'pagãos', sem padrinho, iam dar à praia como náufragos, nalgum batalhão ou regimento, para se entediarem, jogar damas ou gamão, tomar café e palestrar, vencer antigüidade como meros canhões nos parques" (Id., *ibid.*: 183).

"Um clássico exemplo do crônico desamor dos dirigentes às classes armadas têm-lo no manejo das promoções por seleção. Não pode o bom senso admitir, sequer deixar conceber, a simplória hipótese de que a folga das malhas da regulamentação possa ser usada senão com o critério superior da justiça e do interesse supremo do serviço, possa ser explorada, malversada, ao talante das disposições pessoais de munificência para uns ou de postergação para outros. Entretanto esse abuso, esse desregramento das promoções por seleção, é comum" (Idem, 1948: 383).

"A cura de seu descalabro [do Exército], obra e glória da bacharelise civil e fardada que nos tem desvalido, exige simplesmente isto: *a higiene do trabalho*" (Id., *ibid.*: 439, grifos no original).

A intensidade das "críticas" e "comentários" de Klinger à "realidade" do Exército, crescente a partir da criação de *A Defesa Nacional*⁸⁸, teve impacto forte sobre sua posição no interior da instituição. Em 1918, ao se pronunciar contrário à escolha de ministros civis para pastas militares e ao contrato de uma missão militar francesa que seria encarregada de promover uma reorganização institucional, teve seu nome excluído do

⁸⁸Foi seu redator-chefe de 1913-1915 e de 1918-1920. Também escrevia com regularidade na imprensa civil, "mais assiduamente na 'Gazeta de Notícias', graças às relações que o nosso companheiro de redação Pantaleão Pessoa estabeleceu com o simpático secretário Cândido Campos, relações jornalisticamente concretizada em 'sultos' militares que Pessoa fornecia" (Klinger, 1946: 141).

quadro de promoções para o período. Particularmente quanto à Missão Francesa, fazendo parte da comissão de oficiais encarregada de a receber, manifestou "restrições sobre alguns aspectos da instrução" e a "incapacidade de preencher certas lacunas em seus objetivos". A este posicionamento frente à Missão seguiu-se seu envio como Adido Militar ao Peru, afastando-o temporariamente do centro das discussões militares.

De volta ao Brasil em 1922, opôs-se ao levante *tenentista* eclodido no Rio de Janeiro e no Mato Grosso, constituindo-se aos poucos em um de seus maiores opositores. Segundo o oficial gaúcho, este movimento - como será também o caso com o "clube" *3 de Outubro*, núcleo militar do golpe de 1930 -, era senão a expressão de "interesses meramente pessoais" perpassados por "ambições de caráter político". No entanto, ao mesmo tempo em que condenava o envolvimento de militares com a "política" em um dado plano, sustentava-o em outro, "mais elevado", "pessoalmente desinteressado". E para isso, aproximando-se cada vez mais de uma posição nitidamente *militarista*, no sentido da concepção de um oficialato militar como fração social e politicamente privilegiada a uma participação na política nacional, Klinger procedia em seus textos a uma redefinição da concepção de "política", dividindo-a entre a "verdadeira política" e a "politicagem". Da primeira, e exclusivamente desta, deveriam ocupar-se por excelência os militares, posto que seriam "melhor preparados" para executar as tarefas de "interesse nacional", "sem particularismos" e "interesses de outra natureza".

"(...) Chega-se à conclusão irrefutável de que a profissão militar é precisamente aquela que, intrinsecamente, maior aptidão cria no cidadão para o *julgamento dos interesses coletivos nacionais* e o *exercício dos cargos diretores da política nacional*. Em vez do tão reclamado afastamento dos militares, inclusive com o ingênuo argumento ao parecer paternal, de sua inexperiência dos 'processos' políticos, (...), deve-se justamente considerar as *Forças Armadas como as fontes ideais para o recrutamento de bons políticos*".

"*Os homens da defesa nacional* são pois, por dever de ofício, os que *acima de seus interesses pessoais*, dilatados até a classe, visam sempre em suas ações e cogitações os *interesses conjuntos de todas as classes que formam*

a nação. (...). Assim habituados, são pois *eminentemente aptos para os altos cargos políticos*, subentendido que já tenham atingido a necessária maturidade de espírito, a imprescindível experiência da vida".

"Têm os chefes militares uma base incomparável para o exercício dos cargos diretores do país. E a investidura para o supremo posto de direção é verdadeiramente um magno *problema de defesa nacional*. A quem mais do que aos militares pode então, e deve, interessar esse problema? Não é bem certo até, que aí se trata de *alta questão de Estado maior*? (...)"

"(...) Os militares devem ter horror à *politicagem*, e (...) são particularmente bem dotados para participarem da *verdadeira atividade política*" (Id., *ibid.*: 379-381, grifos meus).

Ao tentar definir os limites do legítimo e do ilegítimo quanto à participação dos militares na "política", por meio de categorias tais como *defesa e interesse nacional*, *politicagem* e *verdadeira atividade política*, Klinger passava também a afirmar a "vocação" das Forças Armadas para o papel de liderança do país, identificando-as com os "mais altos valores da nação". Entretanto, ainda que apresentasse tais concepções, seu envolvimento mais direto em movimentos de cunho político só se daria no período próximo às mudanças ocorridas em 1930, das quais foi um dos protagonistas. Até lá, seria procurado em diversas oportunidades para liderar levantes e conspirações contra a situação política em vigor, notadamente pelos líderes *tenentistas* Joaquim e Juarez Távora, com quem o oficial manteria contato ao longo de anos. Por suspeita de colaboração com os rebeldes que ocuparam São Paulo por três semanas em 1924, Klinger foi julgado e preso, embora negasse a acusação, afirmando somente ter sido procurado durante a fase conspirativa⁸⁹.

Nesse período, viria a aumentar suas atividades jornalísticas, iniciando "colaboração" no periódico "O Jornal", mediante "recomendação sua ao Dr. Chateaubriand", feita pelo major Leitão de Carvalho, e ainda retornando à redação de *A Defesa Nacional*. Com respeito às suas atividades no que denomina a "frente" da

⁸⁹Em suas *Memórias*, Juarez Távora afirma que a participação de Klinger fora bem mais expressiva, pois teria ele integrado o estado-maior do general Isidoro Lopes, seu conterrâneo.

imprensa - no sentido militar de "frente de batalha" - Klinger escreve que "de qualquer modo eram ainda, a bem dizer, serviço militar: com a pena, utilizando a mais ampla publicidade, eu prolongava e aumentava a minha atuação profissional, com tendências de doutrinação, para além e acima do estreito raio das minhas funções militares" (Idem, 1950: 101-102). De fato, amplamente conhecido por suas publicações, estas lhe forneciam um canal importante de contato com os principais líderes políticos do país. Em 1929, Klinger recebe o convite de Assis Chateaubriand para conversar com Osvaldo Aranha e Afrânio de Melo Franco - dois líderes oposicionistas pertencentes à Aliança Liberal -, e apoiar a chapa Getúlio-João Pessoa. Inicialmente avesso à idéia, meses mais tarde, após entendimento promovido por seu "velho amigo" general Malan, um dos sub-chefes do Estado-Maior do Exército, Klinger veio a assumir a chefia do estado-maior do 1º Grupo de Regiões Militares (sediado no Rio), comandado pelo general gaúcho João de Deus Menna Barreto, a quem diz Klinger ter convencido a aderir ao movimento.

Uma vez realizada a destituição do então Presidente Washington Luís e dominada a situação pelos "revolucionários", Bertoldo Klinger passa a comandar o estado-maior das autodenominadas "forças pacificadoras", isto é, os contingentes da capital comprometidos com o golpe, e é também nomeado Chefe de Polícia do Distrito Federal. Porém, em pouco tempo viria a romper com os "ideais" da revolução, segundo ele "traídos" em nome de todos os vícios que sempre condenara, mas principalmente a aplicação de regras externas na gestão das carreiras de oficiais do Exército, como ocorreu com as rápidas promoções de oficiais "revolucionários", e em particular no caso dos primeiro-tenentes promovidos "por merecimento"⁹⁰.

⁹⁰Cabe lembrar que desde a introdução do regulamento de 1850, as promoções até o posto de capitão deveriam ser exclusivamente regidas pelo princípio da antigüidade, subentendida a posse do curso das armas.

Ele próprio fez parte da primeira leva de generais escolhidos pelo novo governo - ao lado de Góis Monteiro, ainda tenente-coronel em 1931, promovido a coronel e general no espaço de dois meses (!) -, tornando-se um dos mais jovens generais do Exército brasileiro de toda a República, aos 47 anos de idade. Em seguida à promoção, é nomeado para servir em Mato Grosso ("Far West"), como "forma de afastá-lo do centro do poder" (Idem., 1951: 23), demonstrando-se então cada vez mais hostil à corrente hegemônica dos "tenentes".

Quando no Mato Grosso, estabeleceu contatos no Rio de Janeiro com oficiais igualmente contrários ao *tenentismo* e ao Governo Provisório, os quais organizaram a *União da Classe Militar* (UCM), para "defender o reforço da disciplina e o afastamento das forças armadas da vida política". A partir desse núcleo, formaram-se os primeiros entendimentos entre correntes militares dissidentes e as forças paulistas que também combatiam o governo central e defendiam a devolução da autonomia estadual e a reconstitucionalização do país, liderados pelo general gaúcho Isidoro Dias Lopes. Klinger adere ao movimento e assume o comando das "forças constitucionalistas" que desencadearam sua ação em São Paulo em 1932:

"Essa minha invariável, inflexível orientação constitucionalista, anti-ditatoriana, não me demandava nenhum esforço de elaboração de opinião pessoal".

"Os oficiais das Forças Armadas eram vítimas, diretas ou afins, dos desrespeitos aos fundamentais princípios das instituições militares; eram alvo predileto dos requestos (*sic*) e seduções, mas também das perseguições; e em grande número fraquejavam, optando pela adesão ao sinistro bando, mal-intencionado, aproveitador - mascarado de idealismo".

"*Eis porque os chefes militares, de par com sua personalidade a zelar, tinham que, um dia, tomar posição, envolver-se, ainda que sem querer, para defesa de suas prerrogativas e para honrar suas responsabilidades, estas perante os comandos e perante a nação*" (Id., *ibid.*: 35, grifos meus).

Com a derrota da revolução, Klinger foi preso e exilado em Lisboa, onde juntamente com outros oficiais "constitucionalistas", criou um conselho de generais para

reorganizar o movimento⁹¹. Depois do exílio, dedicou-se com intensidade à literatura, redigindo suas *memórias*, traduzindo publicações alemãs e ainda realizando estudos genealógicos da família materna e de uma nova ortografia para a língua portuguesa.

2.3 - MILITARES E INTELECTUAIS: DUAS VOCAÇÕES?

Apresentados os aspectos mais relevantes dos condicionantes sócio-culturais implicados no espaço social em que foram compostas as trajetórias dos oficiais gaúchos aqui estudados, caberia voltar a tratar com maior atenção de uma dimensão já observada ao longo deste capítulo, que contudo parece ainda merecer alguns comentários. Trata-se de retornar à questão das intersecções entre o espaço militar e o espaço da "política", ou mais especificamente, das representações que tinham os oficiais militares do fenômeno político e das respectivas tomadas de posição que alguns deles lograram expressar com maior intensidade e reverter em trunfos profissionais.

Como procurou-se demonstrar, a participação direta ou indireta de oficiais do Exército no "universo da política" - seja em partidos, movimentos ou apenas através de ligações pessoais mais ou menos explícitas com agentes detentores de recursos políticos -, constituiu um traço estruturante da "carreira" de oficial militar ao ocupar espaço importante no conjunto das estratégias passíveis de serem adotadas visando à ascensão hierárquica. Se desde o período colonial até pelo menos o final do Império fora bastante significativa a presença de oficiais graduados na ocupação de altos cargos políticos

⁹¹Klinger e outros oficiais que tomaram parte na revolução de 32 redigiram um "livro-depoimento" sobre os episódios que protagonizaram, intitulado "Nós e a ditadura" e editado em 1933.

(deputado, presidente de província, senador) e da burocracia administrativa, sua redução nas primeiras décadas seguintes não traduziu propriamente uma diminuição na intensidade daquele envolvimento, mas sim uma mudança em sua forma. O surgimento dos movimentos *republicanista* e *abolicionista* que marcariam as últimas décadas do regime imperial seria largamente incorporado pelo ideário de boa parte do oficialato do Exército brasileiro, o qual após seu último grande conflito bélico no Paraguai desenvolvera um maior sentimento de unidade corporativa, de sua importância para o país e ao mesmo tempo de frustração frente ao *bacharelismo* civil (Fausto, 1997: 230-232; Schulz, 1971: 252). De fato, a percepção de uma progressiva perda de importância social do oficialato militar durante o Império, que ia de par com a ascensão política de frações sociais cada vez mais legitimadas pela apresentação de um título de bacharel em Direito, mas também com um certo descaso do governo central em relação à instituição do Exército (criação da Guarda Nacional, redução de quadros e de verbas), entraria por uma boa parte nas razões que levariam uma fração do oficialato a reivindicar a substituição dos valores vigentes naquele regime.

Ao lado disso, há de se considerar, sem no entanto sobrestimá-la, a influência das adaptações da doutrina positivista de Comte sobretudo nos meios militares mais intelectualizados, isto é, nas escolas preparatórias de oficiais, e sua relação com determinados ideais republicanos e com o conjunto das representações do mundo social que tinham aqueles militares. Conforme mostra Castro (1995: 63-84) com respeito ao ambiente intelectual na Escola Militar da Praia Vermelha ("O Tabernáculo da Ciência"), a incorporação pelos alunos e jovens oficiais militares daquilo que se chamava de *positivismo* - mas que não se restringia aos escritos do filósofo francês, agregando vários outros pensadores evolucionistas -, devia-se em primeiro lugar à importância que aquelas idéias atribuíam à matemática e às ciências; em segundo lugar, "pela oposição tenaz ao espírito legista encarnado idealmente pelos bacharéis em direito"; e em terceiro, "pelo

lugar de destaque reservado à nova elite 'científica' no estágio positivo que se avizinhava" (Ibid.: 67). Também essas influências, vindas do Rio de Janeiro e introduzidas por alguns professores, tiveram expressão na Escola Militar de Porto Alegre, a qual no período 1874-1889 serviu como foco de difusão da propaganda republicana na região, chegando a abrigar em 1883 um clube (*Federação*) voltado para aqueles fins (Medeiros, op. cit., p. 54-55)⁹². Segundo Ferreira (1975: 121), por essa época a Escola havia se constituído, "a exemplo das faculdades de Direito de São Paulo e Recife e da Escola Central da Corte, em núcleo de fermentação cultural e irradiação de idéias", função que cumpriu "nos mais variados setores da vida mental, política e social do Rio Grande do Sul".

Outro índice significativo dessa interpenetração entre o "mundo da oficialidade militar" gaúcha e as questões políticas e sociais que se colocavam à época é igualmente percebido na criação, também por oficiais da Escola, da *Sociedade Científica e Literária Culto às Letras*, cujo porta-voz era a *Revista Mensal* (1880). Através de publicações de textos ensaísticos, traduções e poesias, propunham seus membros, como demonstra a apresentação em seu primeiro número, abordar à luz das idéias do "progresso" e da "razão científica" os "grandes temas" que se faziam presentes nas "sociedades modernas":

"Ao transpor o limiar da vasta arena, onde se debatem as grandes idéias filosóficas do século, em que a mentalidade positiva, num progressivo desenvolvimento, simboliza a síntese da atividade racional, na vasta escala dos conhecimentos, a *Revista da Sociedade Literária e Científica Culto às Letras*, sente que lhe falecem as forças ante a enormidade da luta que se trava entre o espírito filosófico dominante da época e os anacronismos teológicos que ainda infelizmente medram nas sociedades modernas".

⁹²Também já em 1880 havia sido fundada em Porto Alegre, por alunos-oficiais em sua maioria, a *Sociedade Emancipadora Rio Branco*, cuja finalidade principal consistia em lutar pelo fim do regime de escravidão no país. Tendo inclusive realizado algumas de suas reuniões no interior daquela escola, promovia com frequência eventos sociais com vistas à obtenção de fundos para a libertação de escravos, recebendo relativo destaque na imprensa local com artigos e convites endereçados à população. Paulo Moreira salienta que as formas de obtenção dos recursos necessários às alforrias parecem indicar que os militares envolvidos pretendiam mais enaltecer suas posturas emancipacionistas do que proceder a efetivas libertações. Sou grato ao pesquisador Paulo Roberto Staudt Moreira, doutorando em História junto à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pelo fornecimento de material de pesquisa pessoal ainda inédito, bem como pelas observações pertinentes.

"Ela representa no grande mundo jornalístico do nosso país um tentame na cruzada empreendida pelos representantes do progresso e da civilização hodiernos; é apenas um minguido produto dos esforços duma pequena fração da mocidade acadêmica brasileira que, inspirando-se nas idéias regeneradoras dos grandes mestres, vem contribuir, (...), para a propagação das luzes que se refletem no grande prisma da ciência universal, cujas múltiplas faces são os grandes atletas da Razão e da Ciência" (Apud. Ferreira, op. cit., p. 117-118, grifos no original).

Sem citar em sequer uma passagem sua condição de oficiais militares ou mesmo fazer qualquer referência ao Exército, tais militares identificavam-se no entanto como parte da "mocidade acadêmica brasileira", ou seja, como *intelectuais* tratando de temas amplos e demonstrando apreço por uma "cultura erudita" baseada na "filosofia", nas "ciências" e na "literatura". Integrando uma camada reduzida de pessoas com acesso à educação formal e à cultura, ao evocarem tais temáticas, pelo prisma da "razão", e ao se expressarem por um vocabulário reconhecido e valorizado como saber social por amplos setores da sociedade (Pécaut, 1990: 33), propunham aqueles oficiais estar totalmente de acordo com o "espírito da época", vindo a atingir grande notoriedade não apenas no âmbito regional como também em nível nacional (Ferreira, op. cit., p. 125). Essa extrapolação dos limites do estritamente militar, dispondo-os a "pensar cientificamente" todo o social, serviria de subsídio a um envolvimento mais efetivo na vida política.

Como visto, a introdução de um certo *positivismo* nas escolas militares, e em particular na Escola Militar de Porto Alegre, teria papel importante como elo de ligação entre uma fração mais escolarizada do oficialato militar e uma série de manifestações político-ideológicas cujo conteúdo principal giraria basicamente em torno da abolição do regime escravocrata e da noção de república, representando sobretudo uma mudança nas elites políticas imperiais. Porém da mesma forma ligaria com maior intensidade parte dessa oficialidade ao Partido Republicano de Júlio de Castilhos, levando muitos oficiais a tomar parte na fundação de clubes e centros de propaganda republicana por toda a

província do Rio Grande do Sul, e mesmo implicando-os diretamente na disputa política, tal como mostra o caso de Setembrino de Carvalho.

A crença em um progresso baseado na ciência, sustentada principalmente por um ensino teórico voltado para o cálculo e formador de engenheiros militares e de bacharéis em ciências físicas e naturais, aliado ao contato com doutrinas científicas como o *positivismo* e o *evolucionismo* europeus, forneceria pois as bases para um engajamento militar que punha sua ação em nome de um conjunto de princípios "modernizadores". Mais do que uma troca de regime político, o republicanismo que defendiam continha uma noção de "modernização" que se estendia desde a necessidade da construção de ferrovias, portos e meios de comunicação em geral até a abolição da escravidão e a mudança nas elites políticas, incluindo uma regeneração moral da sociedade (fim do nepotismo) (Schulz, op. cit., p. 254). Ao se colocarem no mesmo plano que o restante da população civil, os oficiais defendiam a possibilidade de ter direitos políticos e sociais como qualquer outro cidadão. Ou ainda, segundo José Murilo de Carvalho (1977) caracteriza isso que ele chama de "ideologia intervencionista do *soldado cidadão*":

"A idéia do soldado-cidadão, ao mesmo tempo que era instrumento de afirmação militar, refletia o sentimento de marginalidade e o ressentimento da organização em relação à sociedade civil, especialmente a elite política. Implicava na (*sic*) suposição de que o soldado, por ser militar, era um cidadão de segunda classe e que devia assumir a cidadania plena sem deixar de ser militar, ou, nas formulações mais radicais, exatamente por ser militar" (Id., *ibid.*: 210).

É a partir daí que se pode melhor entender a reconversão de alguns oficiais, como Frederico Solon, em líderes e porta-vozes de causas tornadas comuns tanto aos civis quanto aos militares, sem ainda ser exposta nitidamente uma diferenciação entre eles que colocasse os segundos enquanto representantes exclusivos e legítimos daquelas aspirações, mesmo que já existissem algumas indicações nesse sentido, como lembra José Murilo. As palavras de Solon em um discurso na sessão oficial de inauguração da

Confederação Abolicionista Paranaense deixam ver, além do próprio reconhecimento social do militar como um agente *legítimo*, isto é, *autorizado a falar* sobre um determinado assunto do mundo social (no caso, a questão da abolição), também a forma como esse era elaborado e expresso como *interesse comum*:

"(...) A concepção que preocupa atenciosamente o espírito dos vultos mais adiantados da atualidade é de maior alcance porque afeta de frente os interesses gerais da humanidade, envolvendo particularmente os brios, a honra, e a liberdade de nossa Pátria: trata-se da abolição imediata dos escravizados no Brasil, cujo desenvolvimento moral e material depende exclusivamente da pronta solução de tão instante e grandioso problema, que acentuando-se de modo altamente eloqüente no ânimo de quase todos os habitantes deste Império transformou-se em ardente aspiração nacional" (IHGB, documento da coleção, sem data e referências, sublinhados no original).

Se o caráter mais "civilista" da primeira intervenção dos militares na política nacional durante as últimas décadas do Império parecia não traçar uma distinção clara entre a corporação e a população civil, unindo a todos sob a denominação genérica de cidadãos, o mesmo não seria válido para as propostas de tom *militarista* surgidas ao longo da República Velha. Nesta ocasião a representação dos militares como "classe privilegiada", "naturalmente dotada" para assumir uma posição-chave no governo da nação, aparece explicitamente nas manifestações de seus líderes, Entre os quais destacou-se, como visto mais acima, o oficial gaúcho Bertoldo Klinger.

A proclamação de uma "vocação militar para elite dirigente" - utilizando a expressão de Daniel Pécaut para os intelectuais brasileiros - estaria desta vez centrada na própria condição do "ser militar", ou seja, o que licenciaria legitimamente o oficialato militar a reclamar para si as tarefas de organização e administração do país era justamente o fato de a corporação reunir constitutivamente as qualidades fundamentais e indispensáveis, em sua visão, para o "bom governo público". Quando Klinger afirma que "a profissão militar é precisamente aquela que, *intrinsecamente, maior aptidão* cria no

cidadão para o *juízo dos interesses coletivos nacionais* e o *exercício dos cargos diretores da política nacional*" (Id., 1948: 379, grifos meus), há toda uma concepção meritocrática da profissão de militar que se opõe aos "vícios" e "fraquezas" das frações dirigentes civis. Por assentar-se formalmente sobre a disciplina hierárquica, o respeito à ordem e a regras válidas para todos - mesmo que em um paradoxo aparente Klinger e outros oficiais questionassem os mecanismos pouco claros e nada impessoais de regulação da carreira -, o sistema militar representaria o papel de formador de cidadãos especialmente capacitados em defender os "interesses nacionais", identificando ao mesmo tempo um *mérito militar* com um *mérito social* e a função do Exército com um *imperativo nacional*. Da mesma forma que se propugnava a preparação de oficiais profissionalmente qualificados (Klinger e os outros "jovens turcos" insistiram muito nesse ponto) também sustentava-se a legitimidade de sua intervenção na política, porém o sentido desta intervenção diferenciava-se daquele proposto pela ideologia do *soldado-cidadão* contido nos movimentos do final do século passado e de certa forma nos levantes tenentistas. Carvalho (op. cit., p. 213-214) chama atenção para o fato ao dizer que enquanto os tenentes defendiam uma intervenção reformista, "a ser feita pelo militar independentemente, ou mesmo contra a organização", "Klinger propunha uma intervenção controladora ou 'moderadora', a ser levada a efeito pela organização como tal, orientada por seu órgão de cúpula, o estado-maior". Ou seja, de um lado oficiais de baixas patentes sem perspectivas de alcançar graduações mais altas - devido à estrutura organizacional do Exército que produzia gargalos de estrangulamento nos primeiros postos - e que punham em xeque o próprio sistema promocional; e de outro, oficiais bem posicionados na hierarquia e influenciados pela realidade dos exércitos modernos da Europa, sustentando o envolvimento mais efetivo de apenas uma parcela qualificada de membros da oficialidade.

Essa revelação de uma "vocação militar para a direção do país" não pode ser desvinculada do contexto mais geral de desilusão com a República que começa a tomar forma e a ocupar espaço no universo social e cultural dos anos vinte. Os comentários de Pécaut (op. cit., p. 21-22) sobre as condições sociais em que os intelectuais brasileiros da época passaram a reivindicar uma posição de elite dirigente são bastante reveladores das questões que estavam também em jogo para os militares:

"Estavam [os intelectuais], acima de tudo, desiludidos com a República, não por ela ter arruinado a influência das oligarquias, mas, ao contrário, por ter permitido que essa influência se prolongasse indefinidamente no quadro das transições regionais. Aspirando   organização da nação pelo poder, reagiram contra a "oligarquizaç o" das instituições. E sua politização não foi um pretexto para promover interesses próprios, mas, antes de tudo, expressava sua conversão   a o política".

"No Brasil dos anos 20, os projetos dos intelectuais eram inseparáveis da vontade de contribuir para fundamentar o cultural e o político de uma forma diferente. Tudo estava em jogo ao mesmo tempo. Instituição alguma escapou à necessidade de assumir uma nova legitimidade: tanto a Igreja como o Exército, tanto o Estado como os estabelecimentos de ensino superior. A intervenção política dos intelectuais inseriu-se em uma conjuntura de recriação institucional" (Id., *ibid.*: 21-22).

A menção ao Exército   oportuna. De fato, tanto os *tenentes* quanto os oficiais *moderadores* incluíam em suas concepções a tarefa fundamental de redefinir a questão da legitimidade política, e para tanto tinham de redefinir primeiramente a eles próprios. Ambos afirmavam, assim como o fizeram os intelectuais, sua presença como categoria socialmente desvinculada, portanto sem compromissos com nenhum outro interesse que aquele pertencendo a toda a nação brasileira. No caso dos defensores da "intervenção moderadora"   ainda mais patente a semelhança entre as estratégias de militares e intelectuais, pois também aqueles sustentavam a posse de um saber social legítimo fundado no conhecimento profundo da nação e voltado para a garantia de sua unidade. O caráter de única instituição realmente nacional, presente em todo o território, aliado aos já mencionados aspectos peculiares à carreira militar profissional e supostamente

conferidores de uma série de qualidades - Entre as quais a noção de *patriotismo* tinha grande importância - eram invocados como fundamentos para a ocupação pelo Exército (na verdade, somente por uma cúpula de oficiais) de um papel proeminente no controle dos desígnios da nação. A aplicação mais evidente destes recursos foi vista na articulação do golpe que depôs Washington Luís em 1930, realizado pelo chamado "Movimento Pacificador", cujo planejamento e execução coube aos altos escalões do Exército e da Marinha, estando Bertoldo Klinger na chefia do Estado-Maior das "Forças Pacificadoras". Foi ele próprio quem redigiu a intimação que exigia a saída do Presidente, e em suas *memórias* escreveu que havia chegado o momento de "entregar os destinos do Brasil aos generais de terra e mar" (Klinger, 1950: 151).

CAPÍTULO III: A *ESPADA NO BERÇO* - AS "GRANDES FAMÍLIAS" E O EXÉRCITO

Após ter-se centrado o foco da análise, ao longo do segundo capítulo, nas intersecções da esfera militar com outras esferas sociais, e em particular a da "política", tentando tornar explícitos os mecanismos objetivos de seleção e formação da elite do Exército no Rio Grande do Sul, pretende-se nesta parte do trabalho explorar as relações daqueles mecanismos com o fenômeno da reprodução de "grandes famílias" no interior da instituição militar. Assim sendo, a intenção principal desta etapa constitui-se em demonstrar quais as bases sociais e culturais dos vínculos estabelecidos entre esses grupos familiares e o Exército - isto é, os recursos específicos que foram aí mobilizados e empregados pelos agentes implicados -, examinando-se ao mesmo tempo o elenco das estratégias através das quais os grupos familiares reproduzem-se e se mantêm no interior daquele. Evidentemente, posto que se trata de características estruturantes da "carreira" militar, muitos dos aspectos até aqui discutidos serão retomados, cabendo, porém, colocá-los em relação com as respectivas trajetórias interessando ao estudo.

Como visto no primeiro capítulo com respeito às origens sociais dos generais gaúchos, a tendência ao seu recrutamento Entre famílias de oficiais, em sua maioria de altas patentes, permaneceu valendo ao longo da segunda metade do século XIX até o início dos anos 30, ainda que no período republicano houvesse um aumento significativo no percentual de filhos de oficiais subalternos, em detrimento dos filhos de oficiais superiores, assim como uma maior representação de filhos de profissionais liberais e

funcionários públicos. Ao lado desse recrutamento endógeno, conforme mencionado, observa-se igualmente a presença de vários representantes de famílias possuindo grande número de componentes tendo exercido, não necessariamente de forma exclusiva, atividades militares seja em milícias, exércitos "revolucionários", Guarda Nacional ou nas tropas regulares da Colônia e/ou do Império.

A existência dessas "famílias de militares" - geralmente entrelaçando membros de outros grupos familiares com as mesmas características ao longo de sucessivas gerações -, que logram reproduzir-se no seio do Exército fornecendo-lhe elementos à composição de sua elite de oficiais, coloca em evidência certos aspectos que merecem atenção particular. Notadamente, o principal deles refere-se ao fato de o fenômeno da reprodução de grandes grupos familiares no interior da instituição militar não desaparecer a partir da metade do século XIX e nem mesmo após o advento do regime republicano, ao contrário do que seria teoricamente esperado pelo efeito da introdução de princípios formais e explícitos de regulação da carreira com base no "merecimento", percebida na expansão do sistema escolar e na escolarização obrigatória dos oficiais. Vale dizer, ao permanecerem condições objetivas de ascensão hierárquica favorecendo agentes detentores de recursos de natureza "extra-escolar" - como um determinado montante de capital de relações e um capital simbólico conhecido e reconhecido, tal como o pertencimento a uma determinada "estirpe" e a apresentação de um determinado "nome" de "tradição nas armas" -, estabelece-se uma contradição entre dois princípios de hierarquização social (e militar) que são excludentes, mesmo que nunca venham a se impor com exclusividade. De um lado, critérios adscritivos, inatos, herdados de uma condição "natural" ("a nobreza é a virtude") e garantidos pela invocação de uma "história familiar" cujos "feitos" dos antepassados são simbolicamente transmitidos aos descendentes. E de outro lado - baseado em um conjunto de valores originários do meritocratismo europeu - o "mérito", adquirido pelo "estudo" e o "empenho" pessoal e referendado pela escola, traduzido no

"trabalho", na "dedicação", na "obediência às regras" e na "identificação" com o "espírito militar", esta última reveladora da "vocação".

Entretanto, a dinâmica própria de coexistência desses dois princípios deve ser apreendida dentro da condi o "periférica" e importadora de bens simbólicos em que se situa o Brasil, ou seja, um contexto no qual os efeitos de adapta o e reelabora o da ideologia meritocrática não permitem que se desenvolva, tal qual em seu contexto europeu de origem, uma racionalidade propriamente fundada na idéia do "mérito" e pautada pela lógica escolar com seu *ethos* e regras próprios. Dessa forma, já de início impõe-se uma situa o muito mais complexa do que aquela estabelecida em alguns países da Europa p s-revolu o, como   o caso da França, em que os ideais burgueses expressos genericamente pelo princípio da "meritocracia" sobrepõem-se paulatinamente aos critérios de legitima o sustentados pelo "aristocratismo", sem no entanto eliminar os "antigos" determinantes sociais que continuam a valer em algumas esferas (Charle, op. cit., p. 30-43; Durandin, 1991: 364)⁹³. Por outro lado, conforme demonstra Bourdieu (1984: 70-71 e passim e 1989, especialmente p. 531-559) em seu estudo sobre a estrutura o do campo escolar na França, os próprios descendentes da antiga nobreza e outras fra oes sociais mais próximas do poder econômico e de origem social elevada encontram em determinados cursos (especialmente direito e medicina), nas chamadas "grandes escolas" francesas (que incluem as "escolas do poder"), um mecanismo de reprodu o atestador de uma competência técnico-científica juridicamente assegurada por um título universitário legitimador de uma posi o social dominante. Porém, se no

⁹³Como mostra Charle (op. cit., p. 31), o modo de reprodu o dos *notáveis* franceses como classe dirigente permaneceu por muito tempo tendo como núcleo a auto-reprodu o de famílias tradicionais. Segundo o autor, "no momento em que as tendências de base do modo de reprodu o do sistema podem atuar sem serem perturbadas pelos acasos dos eventos políticos, o capital econômico herdado (...) e o capital social (...) são a chave de acesso, e em parte de promo o, ao seio da administra o, muito mais do que os critérios de ordem técnica ou intelectual (...)" (Id., *ibid.*: 31). Nesse mesmo sentido, Durandin (op. cit., p. 364) assinala que a República não democratizou radicalmente o exército francês, o qual "tem um recrutamento no conjunto das categorias sociais e conserva uma propor o não negligenciável de oficiais de origem nobre", havendo em sua composi o e forma o uma "mistura surpreendente de tradi o nobili ria e de vontade democrática".

contexto francês o campo escolar tem seu eixo centrado basicamente em dois pólos, um deles ligado aos determinantes mais diretamente com base no capital escolar ou científico, e outro mais "mundano" e portanto menos escolar, determinado "pela origem e posição social e respectivas relações com a cultura dominante e o poder (econômico, político, cultural etc)", no caso aqui estudado o primeiro pólo representando "o *ethos* e as regras próprias da racionalidade escolar está ausente" (Coradini, 1995: 6).

No caso brasileiro para o período em pauta, a principal forma de legitimação de uma posição social privilegiada já anteriormente ocupada era a obtenção do "título" de bacharel em Direito - trunfo particularmente importante no acesso a postos políticos -, o que para os membros dos grupos mais favorecidos foi durante muitos anos realizado na Faculdade de Coimbra, em Portugal (Carvalho, 1996: 55 e segs.). Com respeito ao Exército, dadas as condições de fraca institucionalização da "profissão" militar durante a primeira metade do Império - alvo das constantes reformas aplicadas a partir de 1850 - sua utilização como meio de ascensão e reprodução social, como demonstra o exame da composição social do oficialato brasileiro, estava em grande parte determinada pela transmissão mais ou menos direta de um capital acumulado pelas "famílias de militares" dentro da instituição. Se é verdade que pouco a pouco a "nobreza" imperial era "plebeizada" pela inflação descontrolada de "títulos" distribuídos pela Coroa, Entre os quais o de *cadete* era um índice, há de se também ter em conta que a carreira das armas propiciava a manutenção de clãs familiares controlando posições importantes dentro do oficialato, compondo o que seria uma espécie de "nobreza das armas".

De fato, como apontam Schulz (1971: 241-242 e 1994: 24-30) e Carvalho (1977: 186-188) em seus trabalhos, por suas promoções mais lentas e relativa baixa remuneração, o Exército deixava, ao longo do Império, de atrair aos membros das camadas mais abastadas, os quais passavam a preferir em sua maioria as escolas de Direito ou ainda, no caso de um serviço militar, a Guarda Nacional. A carreira militar no

Exército constituiria, portanto, um atrativo maior aos membros oriundos de famílias de recursos modestos, dispostos a realizar grandes esforços a fim de obter uma patente de oficial, ou ainda àqueles filhos de oficiais, pertencentes muitas vezes a "famílias de tradição militar". Nesse último caso, como sugere Charle (op. cit., p. 79), a herança profissional de pai para filho tenderia a ter um peso muito grande na carreira militar, devido ao estímulo gerado pela maior possibilidade de ascensão através das promoções internas, e em consequência a perseverança das gerações subseqüentes na profissão do pai, com chances objetivas de verem sua posição igualada ou mesmo ultrapassada. Em contrapartida, dadas as condições de estruturação da "carreira" no contexto em questão, como se tem buscado explicitar, parece indispensável considerar-se igualmente o peso do conjunto das relações sociais (mas não somente no interior da instituição) acumuladas pelos membros familiares ao longo do tempo e potencialmente mobilizáveis como trunfos de carreira pelos seus descendentes (indicações e nomeações para o exercício de cargos junto a esferas mais altas ou a "grandes figuras militares", favorecimento nas promoções etc), o que não pode ser desvinculado de sua capacidade de acúmulo e de entretenimento desse capital.

Lamentavelmente, as limitações do material disponível para o estudo dessas "famílias" de tradição militar no Rio Grande do Sul colocam obstáculos consideráveis ao seu exame mais aprofundado. À exceção dos Menna Barreto - cuja condição peculiar no interior do Exército permitiu a produção de um vasto material de consagração social - as fontes disponíveis para o restante dos grupos em questão, além de escassas, geralmente apresentaram-se incompletas e até mesmo bastante vagas, o que tornou dificultosa a coleta de subsídios consistentes a uma análise capaz de apreender com maior precisão suas respectivas trajetórias. De uma forma geral, o que se encontra são referências de caráter mais ou menos genérico em materiais esparsos e de natureza diversificada, tais como compêndios e dicionários biográficos, além de publicações jornalísticas ou

literárias de cunho encomiástico. Apesar de todas essas dificuldades, optou-se por tratar inicialmente de visualizar os traços mais gerais das condições histórico-sociais dentro das quais alguns grupos familiares gaúchos lograram estabelecer e manter relações com o Exército ao longo do tempo, passando em um segundo momento ao exame mais detido do caso específico de uma "grande família" de militares, que é a dos Menna Barreto.

3.1 - AS "FAMÍLIAS DAS ARMAS"

Um dos aspectos centrais ao qual está relacionado o fenômeno da reprodução de "famílias" no interior do Exército no Rio Grande do Sul diz respeito às condições peculiares de formação da sociedade gaúcha ao longo dos séculos XVIII e XIX, durante o chamado "ciclo pastoril-militar" (Félix, 1987: 22-32). Conforme apontado anteriormente, a estreita conexão entre a ocupação da terra e os imperativos de ordem militar e geopolítica que se colocavam à Coroa portuguesa teve como um de seus principais efeitos a criação de uma estrutura social na qual a figura do *militar-estancieiro* detinha posição dominante e inquestionável⁹⁴. Acumulando recursos econômicos a partir das terras a eles doadas, onde a criação extensiva do gado era a atividade fundamental, tais proprietários - munidos de peões e armamentos - cumpriam ao mesmo tempo as tarefas de defesa dos territórios mal demarcados do então chamado Continente do Rio Grande de São Pedro do

⁹⁴Analisando os aspectos centrais do denominado "ciclo pastoril-militar" vivenciado nos territórios situados no extremo sul da Colônia/Império e relacionado diretamente ao processo de ocupação daquela região, escreve Félix (op. cit., p. 24) que se tratava de uma ocupação "marcadamente de caráter econômico-militar, ligada à concessão de sesmarias, para o estabelecimento de *estâncias de gado*, e de fundação de fortes militares que pudessem garantir a manutenção e/ou dilatação da fronteira. No mesmo sentido, ver em especial o primeiro capítulo, intitulado *Estrutura da sociedade gaúcha*, do trabalho de Joseph Love (op. cit.).

Sul, o que de certo modo significava garantir a posse de suas próprias terras. Segundo escreve Ferreira Filho (Apud. Barbosa, 1983: 65), estes terratenentes eram muitas vezes membros de "corpos de milícias", cujos membros oficiais tinham seu recrutamento "entre os homens brancos, sem mesclas, que fossem proprietários rurais ou estabelecidos em algum ramo do comércio". Muitos também apresentavam patentes do Exército regular português, e Entre aqueles de melhor posição hierárquica saíam os aquinhoados com porções mais abastadas de terra.

Dado o contexto de baixa institucionalização do poder político e administrativo na região, válido de modo geral a toda a extensão colonial e imperial, as relações entre os proprietários - *militares-estancieiros* - e aquelas atividades estabeleceram-se no sentido de uma sobreposição do poder fundado na propriedade e nos recursos privados às esferas propriamente governamentais de administração. Como diz Saint-Hilaire, "nesta capitania não há lugar em que os magistrados e os funcionários civis gozem de menos importância, como aqui. Todos evitam as formalidades judiciárias - e é ao general que entregam a decisão de quase todas as questões" (Saint-Hilaire apud. Bento, 1994: 19). Com efeito, a notoriedade e o prestígio acumulados por aqueles agentes dispendo de tais propriedades sociais, quais sejam, a posse de determinada extensão de terras próprias à criação de gado - denominadas geralmente como "estâncias" - e os recursos a ela associados, como a capacidade de mobilização dos "peões" ou "agregados" em caso de conflito etc, a detenção de uma patente militar, seja do Exército, Guarda Nacional ou de alguma milícia, e o poder de exercer uma autoridade sobre grande número de questões locais⁹⁵, podem em grande medida explicar o alto grau de imbricação de certas linhagens familiares com a

⁹⁵Com respeito à fusão dos poderes civil e militar no Rio Grande do Sul, escreve Oliveira Vianna: "Porque, no extremo-sul - especialmente na região das fronteiras - não havia, com efeito, separação entre o governo civil e militar. O comandante da guarnição fronteiriça era também representante do poder civil. Falando do posto da fronteira do Rio Pardo, diz Betâmio que - 'suposto que também está debaixo da ordem do governador, a distância obriga a ter ali um comandante, que deve ser uma pessoa cheia de honra, que debaixo das ordens do governador, contenha o povo (*sic*) e a tropa na precisa obediência'" (Vianna apud Bento, op. cit., p. 19).

"carreira" das armas⁹⁶. Ou seja, dentro de uma sociedade estruturada em tais bases, as possibilidades de acúmulo e manutenção de um capital simbólico (objetivado na posse de um "nome" socialmente reconhecido) e transmissível ao longo de gerações eram redobradas pelos efeitos de reprodução social que se mesclavam com instituições formais tais como o Exército e a Guarda Nacional, o que se reforçava amplamente pelas condições estruturais de fraca profissionalização da "carreira" militar e pela utilização de trunfos de origem diversa, isto é, não somente "militares", como recursos válidos para a ascensão interna. De fato, muitos dos descendentes de famílias oriundas desse "mundo da estância", como o denomina Grijó (op. cit., p. 27-34), cujos ancestrais desenvolveram um "nome de respeito" ligado às atividades bélicas - formais ou não - e a um poder local⁹⁷, foram incorporados com o passar do tempo àquelas instituições, ocupando postos de destaque e assim mantendo e reforçando uma tradição que tende a ser percebida como inscrita na própria natureza daqueles agentes pertencentes a determinadas linhagens de "guerreiros" (falar-se-á, por exemplo, nas características intrínsecas aos "Marques de Souza", aos "Corrêa da Câmara", aos "Andrade Neves" ou aos "Menna Barreto").

⁹⁶Ainda que se possa questionar a afirmação feita por Loiva Félix (op. cit., p. 29-30) de que "a formação da oligarquia militar no Rio Grande do Sul foi resultado de um processo *imprescindível* para assegurar o domínio da região fronteiriça, com o beneplácito do Governo Central que, dela precisando, permitia a sua continuidade", são numerosas as indicações que demonstram a estreita relação entre a posse da terra e o exercício de funções político-militares. "Em geral, o estancieiro assumia o papel de caudilho militar, colocando-se ostensivamente como cabeça do grupo. Sua ascendência sobre a massa se dava essencialmente por sua capacidade de organização do grupo social e militar e pelo adestramento que possuía para a luta. Se, de um lado, esse clima de guerra levava à necessidade de líderes militares, em geral estancieiros-caudilhos, de outro levava à necessidade de ordem, disciplina, obediência e respeito à hierarquia" (Id., *ibid.*: 29-30, grifo meu).

⁹⁷Conforme aponta Grijó (op. cit., p. 33-34), "a condição de militar, entre os oficiais, poderia trazer em retribuição a serviços prestados a concessão de sesmarias, ao mesmo tempo em que a condição de estancieiro poderia também ser seguida de um posto de oficial nas milícias e, depois de 1831, na Guarda Nacional. O título de coronel, primeiro das milícias organizadas e depois da Guarda Nacional, ou um título vinculado a uma posição no Exército que poderia mesmo ser honorífica, passou também a ser o designativo destes líderes político-guerreiros locais. Os coronéis, pois, reforçavam sua legitimidade frente ao domínio que exerciam sobre os seus clientes-peões e ampliavam-na na medida em que passavam a atuar no plano provincial. Pela patronagem exercida socialmente abaixo em relação aos seus peões e pela legitimidade político-militar que recebiam do Estado, tornavam-se mediadores por excelência entre estes dois planos. E era enquanto tais que se relacionavam com os demais coronéis e com as instâncias formais do poder".

Entre as estratégias de reprodução social adotadas por essas linhagens, tais como as estratégias sucessoriais, educativas e econômicas, sem dúvida é central a parte ocupada por aquelas de caráter matrimonial, como "parte das estratégias mais amplas de investimento social" (Bourdieu, 1994: 6). Tomadas como um instrumento importante de manutenção e ampliação especialmente dos capitais econômico e social - dos quais é indissociável o capital simbólico - as alianças matrimoniais unindo descendentes de famílias "tradicionais" de proprietários e/ou de militares (do Exército ou não), ou ainda duplicando laços de parentesco já existentes entre membros de um mesmo grupo familiar amplo, são postas em relevo como um recurso que permanece largamente mobilizado por frações da classe dominante em pauta. Como já ressaltado, um dos principais lucros obtidos por meio da prática do entrelaçamento de "famílias com tradição" militar no Exército, mas não apenas com essas "famílias", era o aumento na extensão das redes de relações pessoais disponíveis, que a partir dessas alianças também transformavam-se em *obrigações* duráveis subjetivamente percebidas ou institucionalmente garantidas (direitos), isto é, em capital social e em capital simbólico (Id., *ibid.*: 6). Por um lado, podia-se usufruir de um número maior de ligações com outros oficiais dentro da instituição, as quais invariavelmente contribuía para o conhecimento e reconhecimento de um dado "nome de família" e constituía um trunfo passível de ser ativado ao longo da "carreira". Por outro, consideradas as múltiplas intersecções da lógica militar com as lógicas de outras esferas sociais, e muito especialmente com a da "política", tais alianças também traziam embutidas em si um acréscimo no montante total do capital de relações entretidas, as quais, por sua vez, também podiam ser reconvertidas em benefícios aplicáveis dentro da esfera profissional militar.

Com o intuito de tornar mais claros os traços gerais até aqui expostos, sem no entanto pretender esgotar toda sua multiplicidade e variações, são tomados sucintamente como casos explicativos três grupos familiares - os "Telles", os "Andrade Neves" e os

"Ribeiro Carneiro Monteiro" - tendo fornecido vários membros à elite do Exército no Rio Grande do Sul no período estudado.

Entre as semelhanças encontradas entre as trajetórias sociais dessas três "famílias", ressalta-se em primeiro lugar uma relação do grupo familiar amplo com as atividades militares que envolve várias gerações. Dos "Andrade Neves", dois oficiais chegaram ao generalato no Exército - ambos já no período republicano (1918 e 1926) - porém foram muitos os seus antepassados ligados de alguma forma "às armas". Essas relações remontavam, com efeito, ao seu trisavô, um tenente de Dragões nascido em Portugal. Eurico de Andrade Neves (1861-1936), um dos generais da República, herdara estrategicamente o "nome" da linhagem materna, muito mais rica em vultos militares. Pelo lado paterno, era filho do major da Guarda Nacional Miguel Pereira de Oliveira Meireles, neto do coronel Pedro Maria Xavier de Oliveira Meireles e bisneto do major José Joaquim de Figueiredo Neves. Seu pai, após retornar dos conflitos no Uruguai, onde servira como Secretário ao Conde de Porto Alegre (Manoel Marques de Souza), dedicou-se à carreira política, vindo a se eleger deputado pelo Partido Liberal em 1859. Ao lado da política, exerceu igualmente intensa atividade literária, com publicações em um periódico da capital, tendo escrito poesias e prosas, dramas e ainda dois romances. Dos irmãos de Eurico, um era o "general" José de Andrade Neves Meireles - cuja patente era provavelmente honorífica - que se casou com Alice Borges da Conceição, filha dos Barões da Conceição, de Pelotas, e uma irmã casou com o "doutor" Antônio Augusto de Carvalho. Foram também seus tios o "general" José Joaquim de Andrade Neves⁹⁸, filho de seu homônimo o Barão do Triunfo, e do coronel Carlos Luís de Andrade Neves.

O outro general, Francisco Ramos de Andrade Neves (1874-1951), primo paterno de Eurico, era filho do "general" José Joaquim de Andrade Neves - que combatera no

⁹⁸Verificando sua fé-de-ofício no Arquivo Histórico do Exército, consta que foi para a reserva no posto de coronel. É possível que se trate de uma patente "honorífica".

Paraguai sob as ordens do próprio pai e também fora eleito deputado estadual pelo Partido Liberal - e neto do Barão do Triunfo. Casou com Zaida Vilela de Carvalho, filha primogênita do marechal gaúcho Setembrino de Carvalho, e dos quatro descendentes diretos que tiveram dois realizaram alianças endogâmicas e ainda uma filha casou-se com um oficial militar. Outra filha desposou o médico Miguel Meireles, filho de seu primo-segundo "general" José de Andrade Neves Meireles (irmão do general Eurico); outro filho, o "doutor" bacharel José Joaquim de Andrade Neves, "notável poeta, prosador e orador fluente", casou com sua prima Ana Carolina de Andrade Neves, filha do coronel Carlos Luís de Andrade Neves. Além desse, ainda o quarto filho, Osório de Andrade Neves, foi bacharel em Direito.

Quanto à "família" Telles, em que pese a carência de fontes contendo informações de boa qualidade, é possível que se apreenda de modo geral os recursos sociais por ela disponíveis e empregados na realização de uma trajetória social pautada pela transmissão de uma herança militar cujo resultado principal foi a elevação de quatro de seus membros à condição de elite do Exército, além do fornecimento de vários outros oficiais àquela instituição.

De acordo com as informações levantadas, a constituição da "família" Telles no Rio Grande do Sul deu-se com a vinda de São Paulo para Porto Alegre, nas primeiras décadas do século passado, do tenente reformado do Exército e major do Corpo Policial Jayme da Silva Telles de Queiroz, o qual, ao se casar com Maria Joaquina Amália da Cunha, "jovem de Caçapava, decidiu construir uma vivenda para abrigar a família que sonhava constituir" (Santos, 1984: 1). A partir da aquisição de extensas terras no que seria a região periférica da então capital da província, Jayme Telles iniciaria o estabelecimento de uma estância destinada à criação de gado. Do seu matrimônio com Maria Joaquina resultaria uma extensa prole de treze filhos, dos quais sete homens e seis mulheres. Todos

os sete filhos homens foram orientados para a carreira das armas, e Entre eles dois (João Batista e Carlos Maria) obtiveram os galões de general do Exército.

Parece perfeitamente possível estabelecer uma relação entre o número elevado de filhos e a sua orientação para atividades militares, o que é tanto mais compreensível quando se considera o período altamente conflituoso com que coincidem as idades de "escolha de profissão" dos militares em questão. Por terem nascido em intervalos temporais muito curtos, todos os filhos homens tomariam parte nas principais operações de guerra em que estava implicado o Exército Imperial na região do Prata, o que por um lado constituía-se em um grande atrativo àqueles jovens desejando encetar uma rápida e gloriosa carreira como oficial. Igualmente, há de se registrar que, posto que os recursos paternos - basicamente uma estância com cabeças de gado - tornar-se-iam relativamente escassos em caso de divisão entre seus numerosos descendentes (sete filhos eram homens), a entrada no Exército em tal contexto - e tomando em conta a posição de oficial militar do pai -, poderia surgir como um mecanismo mais seguro de reprodução social do grupo familiar.

Com respeito aos sete filhos que ingressaram no Exército, cinco receberam patentes de oficiais, sendo dois generais, um major e um capitão, além de um ter combatido como "voluntário da Pátria" no Paraguai e outro cuja referência à patente não foi encontrada. Todos combateram seja na Guerra contra o Uruguai, seja no Paraguai, ou ainda em ambas, caso de João Batista, um daqueles que chegou ao generalato. Tendo sido "o mais jovem Ajudante de Ordens" do Duque de Caxias no Paraguai, João Batista da Silva Telles, o único dos irmãos para quem se encontrou a indicação do matrimônio, casou-se com Francisca Georgina de Mesquita, filha do general gaúcho e Comandante da 3ª Região Militar Carlos Frederico de Mesquita. Porém, mais dois membros do grupo familiar amplo, pertencentes à geração seguinte, lograram atingir os mais altos postos no Exército. Trata-se de Joaquim Pantaleão Telles de Queiróz, filho do capitão Jayme Telles

- e portanto sobrinho de dois dos "Telles" que eram generais - e Pantaleão Telles Ferreira, pertencente àquela "família" pelo ramo materno, cujo pai, Joaquim Cruz Ferreira Soares, também havia servido como oficial subalterno ao Exército⁹⁹. Ao lado da "carreira" de oficial militar, Pantaleão também teve um envolvimento direto com a "política", elegendo-se deputado estadual no Ceará em 1915.

À diferença dos outros dois grupos familiares acima tratados, os "Ribeiro Carneiro Monteiro" não tinham suas origens diretamente ligadas à região sul do país, da mesma forma que também não apresentavam grande quantidade de seus membros pertencendo ao alto oficialato militar no período aqui focado. Contudo, ao se observar sua constituição a partir da união de dois troncos familiares originários de regiões distintas que se estabeleceram no Rio Grande do Sul no decorrer do século XIX, pode-se compreender as condições sociais e culturais em que foram acumulados os recursos disponibilizados por alguns de seus descendentes na realização de suas trajetórias. Entre esses, o único membro do grupo familiar restrito (Ribeiro Carneiro Monteiro) a ter alcançado a condição de elite do Exército depois de 1850 foi Bento Manoel Ribeiro Carneiro Monteiro (1856-1921), oficial que entre outros cargos serviu como Chefe dos Estados-Maiores da Presidência da República e do Exército, além de ter sido nomeado Prefeito do Distrito Federal. De acordo com o que foi visto anteriormente ao se tratar da trajetória do marechal Setembrino de Carvalho, um dos irmãos de Bento Manoel, e que também estudara na Escola Militar de Porto Alegre, lograra posição proeminente na política regional e nacional como "propagandista republicano", tendo ocupado os cargos de deputado estadual e federal, senador, presidente do Rio Grande do Sul e de Ministro do Brasil no Uruguai. Tomando o grupo familiar amplo, no entanto, constam ainda pelo menos dois oficiais militares que obtiveram destaque no Exército, o tio materno de Bento

⁹⁹Essa informação foi obtida através do exame dos processos de *reconhecimento de cadetes*, no Arquivo do Exército, onde consta que o pai de Pantaleão recebera os distintivos de 2º cadete, o que significa, por sua vez, que seu avô também possuía alguma patente inferior do Exército ou da Guarda Nacional.

Manoel, coronel Vitorino José Ribeiro, que vindo se casar com a filha de um marechal¹⁰⁰ foi pai do segundo oficial em questão, o general da República Frederico Solon de Sampaio Ribeiro.

Com efeito, há que se ressaltar em primeiro lugar que tanto o pai de Bento Manoel quanto seu avô materno e homônimo, todos os dois oficiais de patente máxima do Exército imperial, ainda que não tenham nascido no Rio Grande do Sul tiveram suas carreiras centradas nessa região em um época altamente conflitiva, portanto estavam em condição de transmitir um conjunto de propriedades sociais aos seus familiares diretos ou indiretos. Aliado a isso, deve-se notar que ambos os ramos familiares igualmente apresentavam ligações com as atividades militares há mais de uma geração, e que no caso do ramo materno tratava-se de uma longa linhagem com ascendência remontando ao século XVI. Assim, pelo lado da mãe de Bento Manoel, vê-se que seu avô nascera em São Paulo, sendo filho de um comerciante de mulas possuidor de origem paterna nobre (portuguesa), que no Brasil iniciava-se com um Secretário de Estado do 7º Governador Geral da Colônia, ao passo que sua progenitora descendia de "importantes famílias de bandeirantes"¹⁰¹. Chegando ao Rio Grande do Sul em 1788, com apenas cinco anos de idade, aí desenvolveu toda sua atribulada carreira de militar, a qual inclui uma participação bastante polêmica na Revolução Farroupilha de 1835¹⁰², fato que muito contribuiu, como atestam amplamente várias fontes, para a consolidação de um "nome" conhecido e respeitado dentro e fora do Exército. Não sendo possível estimar com maior

¹⁰⁰Trata-se de Ana Emília de Sampaio, filha do marechal português Antônio Manuel da Silveira Sampaio, em cujo primeiro matrimônio havia desposado o coronel José Luiz Menna Barreto, um dos filhos do casal "fundador" da "família" Menna Barreto.

¹⁰¹Dentro da linhagem materna, uma de suas tias casara com o general pernambucano Francisco de Arruda Câmara.

¹⁰²Bento Manoel Ribeiro iniciou a campanha do lado das tropas revoltosas, porém voltou aos contingentes legalistas a convite do Presidente da província. Tempos depois retornou às fileiras farroupilhas e abandonou a guerra, vindo novamente a ser incorporado, desta vez a pedido de Caxias. Seu "conhecimento da região e dos principais líderes combatentes, de ambos os lados", rendeu-lhe a reputação de ter sido um dos militares mais importantes na Revolução. Ver mais a respeito em Silva (1940: 49-84) e Spalding (1936).

precisão o montante de recursos econômicos de que dispunha, sabe-se que já antes do início dos combates de 1835 Bento Manoel, "que se tornara vantajosamente conhecido como militar experimentado", possuía "alguns bens de fortuna [estância], que soube acumular com o louvável intuito de garantir o futuro de seus descendentes" (Silva, 1940: 63-64). Também alguma noção do conjunto de relações pessoais com que contava na província são mencionados, sobressaindo-se os "laços de parentesco desenvolvidos em quase toda a *campanha*"¹⁰³ (Id., *ibid.*: 63, grifo no original).

Não muito diversas eram as origens familiares apresentadas pelo ramo paterno de Bento Manoel Ribeiro Carneiro Monteiro. Assim como seu avô materno, também seu avô paterno, natural de Pernambuco, havia sido oficial do Exército, tendo alcançado o posto de major nas tropas regulares. Já o pai de Bento Manoel, Vitorino José Carneiro Monteiro, após uma iniciação ainda como adolescente nos combates em sua província natal como membro da Guarda Nacional, foi posteriormente incorporado às tropas de primeira linha que iriam combater os revoltosos no Rio Grande do Sul. Ocorrendo-lhe de servir sob as ordens de Bento Manoel Ribeiro, Vitorino então travaria contato com seu futuro sogro, com cuja filha Benvenuta Amália Ribeiro viria a ter cinco filhos, dos quais um foi Bento Manoel Ribeiro Carneiro Monteiro, futuro general da República. Assim como visto para boa parte do oficialato gaúcho aqui tratado, ao lado da carreira de oficial também Vitorino desenvolvera intensas atividades político-partidárias e outras que atestam o prestígio e notoriedade por ele alcançado no interior da sociedade gaúcha. Segundo consta, ainda quando coronel participava de uma sociedade literária que veio a se tornar secreta e ser incorporada à Maçonaria, chamada *Philantropia e Liberdade*, da qual fizeram parte "os próceres mais destacados da Revolução", vindo José Vitorino a ser seu primeiro "venerável" (Cavalcanti, 1934: 353). Porém ainda maior destaque teria

¹⁰³Região que se estende do centro ao sudoeste da província, tradicionalmente ocupada por grandes proprietários fundiários criadores de gado denominados estancieiros.

dentro do Partido Conservador na província, onde tornou-se um dos mais prestigiosos chefes políticos da época, ficando também conhecido pela apelação nobiliárquica de Barão de São Borja, de acordo com o título imperial que recebera em 1870. A incorporação e reelaboração estratégica desses trunfos acumulados pelo pai seria especialmente remarcada no caso de seu filho bacharel José Vitorino, irmão de Bento Manoel, cuja carreira política nas fileiras do Partido Republicano teria resultados de muito êxito.

Apresentados alguns dos aspectos gerais envolvendo as condições de reprodução de linhagens familiares relacionadas à instituição militar, o que ainda poderia ser estendido a vários outros casos que foram estudados, tem-se a intenção de desenvolver neste último ponto do trabalho uma análise mais detalhada e profunda do caso mais representativo de uma outra "grande família" de militares gaúchos, a "dinastia" dos Menna Barreto.

3.2 - OS MENNA BARRETO: *SEIS GERAÇÕES DE SOLDADOS*

Sem dúvida alguma o grupo familiar que forneceu maior quantidade de oficiais ao Exército brasileiro em toda sua história, os *Menna Barreto* constituem um fenômeno impressionante de reprodução social de um grupo familiar no seio de uma instituição fazendo parte da estrutura governamental de um país. As condições sociais de constituição da "família", inseparáveis do processo de estruturação do Exército brasileiro - mas também do próprio empreendimento de ocupação e povoamento das terras mais ao sul da então colônia portuguesa -, tornam o estudo de sua trajetória social um recurso

analítico valioso para a apreensão dos determinantes sociais e culturais agindo sobre os mecanismos de formação e seleção da elite daquela instituição militar. Ao serem examinadas as origens da relação entre o grupo familiar amplo e o Exército, bem como a natureza dos trunfos e os tipos de estratégias sociais valorizados e empregados pelos agentes ao longo do tempo, é ampliada a possibilidade de se estabelecer elos entre a reprodução social do grupo familiar e a da instituição militar, visualizando-se assim suas variações e constantes no decorrer de cerca de dois séculos.

A principal fonte de informação tendo servido de base para esse estudo foram os dois volumes dedicados à "família" e escritos por um de seus membros - homônimo do "fundador" dos Menna Barreto" e também ele filho de outro general, todos portadores do mesmo nome -, um oficial militar que foi para a reserva no posto de general. O primeiro livro, intitulado *Os Menna Barreto: seis gerações de soldados*, teve sua publicação em 1950, quando o autor ainda estava na ativa e possuía a patente de tenente-coronel, o que, além de cumprir uma função de consagração social da "família" e de sua "particular estirpe", confere ao seu empreendimento igualmente uma condição de recurso aplicável para a ascensão na carreira, posto que se trata de um "trabalho" que é também consagrador do Exército brasileiro¹⁰⁴ e que tem peso no currículo do oficial¹⁰⁵. O segundo volume, uma continuação no levantamento das "carreiras" profissionais dos membros mais "ilustres" da "família", isto é, aqueles tendo obtido altas patentes militares, apareceu vinte anos mais tarde - o autor já como general de divisão reformado - sob o título *Ainda os Menna Barreto (1919-1969)*, encerrando assim a tarefa de retrazar as biografias, os

¹⁰⁴Como escreve nas primeiras páginas: "Este livro é, genuinamente, uma homenagem ao EXÉRCITO BRASILEIRO, cuja história é a própria história da PÁTRIA" (Menna Barreto, 1950: 11, maiúsculas no original).

¹⁰⁵São frequentes as publicações de pesquisas de natureza "histórica" realizadas por oficiais superiores - fundamentalmente pautadas por projetos de enaltecimento e de homenagens ao Exército e aos seus símbolos -, os quais lucram com o fato de terem seus nomes divulgados e mais conhecidos dentro, e às vezes até mesmo fora, da instituição. Muitos desses "oficiais pesquisadores", membros da Academia Militar de História (RJ), também fazem parte de outros institutos de pesquisa histórica, notadamente dos Institutos Histórico e Geográfico.

"feitos" e as "glórias" familiares" até a primeira geração posterior à do autor (final da década de 60). O fato de o autor ter incluído sua própria *biografia* na obra, como componente da quinta geração de militares, confere a uma parte do livro um forte cunho autobiográfico e memorialístico, posto que em diversos momentos trata de situações nas quais esteve envolvido pessoalmente, fazendo dele "testemunha insuspeita", como por exemplo na articulação do movimento que resultou na revolução de 1930.

A propósito da produção desse tipo de obras por descendentes de linhagens tradicionais, as observações feitas por Monique de Saint-Martin (1980: 4 e 1982) em sua pesquisa sobre os remanescentes das famílias da antiga nobreza na França parecem bastante sugestivas. De acordo com a autora, a elaboração de materiais contendo a reconstituição "histórica" dessas "grandes famílias" (livros, genealogias, diários etc), desde as gerações mais remotas até aquela incluindo o próprio autor, assim como de episódios, pessoas e outras famílias com os quais aquelas estiveram relacionadas, pode cumprir a função de manifestar que tais linhagens continuam a existir e que o "chefe atual do nome", incumbido de perpetuá-las socialmente, cumpriu o seu dever de "manter e honrar o nome". Posto que funciona como um índice social remetendo a toda a história familiar, que por sua vez acumula décadas e às vezes séculos de ligações com outras "grandes famílias" de nobres, o "nome de família" permanece sendo um dos principais trunfos a ser constantemente valorizado por seus detentores, ao mesmo tempo que honrosamente defendido em caso de qualquer ataque ou outra vicissitude que venha a sofrer, e portanto corra o risco de ser desvalorizado.

Essas considerações parecem bastante pertinentes para o caso em questão. Valendo-se de vasta documentação genealógica, ao reconstituir desde sua "fundação" as origens e a "evolução" de sua "família", pretende o autor simultaneamente relacioná-las com a "evolução da história brasileira", "que também é a do Exército", destacando fatos e episódios históricos protagonizados por seus ascendentes familiares. Deste modo,

considerando o contexto em que se desenrolaram as trajetórias daqueles agentes - grande parte deles oficiais comandantes tendo participado de guerras, conflitos e movimentos político-militares como as chamadas "revoluções" -, há todo um esforço de exaltação dessas "personalidades" que seriam portadoras de virtudes herdadas e postas ao serviço do Exército, isto é, da "pátria", como se vê abaixo em passagem escrita pelo "oficial-autor":

"Esse é o sentido alto do nosso trabalho, conquanto consiste em fazer conhecida a estirpe dos MENNA BARRETO, notadamente os militares, que haviam de destacar-se pelas suas atuações históricas, espadas sempre postas ao serviço da honra e da segurança do Brasil".

"(...) Impunha-se naturalmente para completar a empresa: enquadrar a vida dos MENNA BARRETO no tempo e no espaço. Destarte, pela devida definição do momento histórico em que atuaram os biografados, mais exatamente ressalta o seu merecimento, o significado duradouro de suas obras valerosas, conquanto nem sempre reconhecidas ou, às vezes tendenciosamente silenciadas" (Menna Barreto, 1950: 11 e 21, maiúsculas no original).

Essa perspectiva histórico-evolutiva presente na obra, em que pese a série de pressupostos racionalizantes nela embutidos e que necessariamente devem ser identificados e analisados do ponto de vista sociológico, conforme indica Bourdieu (1986), servem por sua vez como uma boa fonte ao exame comparativo das mudanças introduzidas na regulação da "carreira" militar e dos efeitos objetivos nela surtidos.

3.2.1 - A "fundação" da "família" e as origens militares

Assim como ocorre para praticamente todas as "antigas famílias" do Rio Grande do Sul, a "fundação" da "família" Menna Barreto remonta ao tempo da conquista militar

da região sul e ao estabelecimento dos primeiros núcleos povoadores da província, atraídos pela distribuição de terras organizada pelo brigadeiro José da Silva Paes, no século XVIII. De acordo com Borges Fortes (1931: 26), "incluíam-se entre aqueles que recebiam terras os militares que maiores folhas de serviços vinham prestando", e nesse meio encontravam-se o pai do "fundador" dos Menna Barreto, o coronel de Dragões Francisco Barreto Pereira Pinto, português filho de um capitão-mor, e sua esposa Francisca Veloso da Fontoura, natural de Minas Gerais e filha do português João Carneiro da Fontoura, que também tinha dois filhos oficiais dos Dragões. O casal Carneiro da Fontoura fizera parte dos primeiros colonizadores a habitarem a Colônia do Sacramento, em 1737, vindo posteriormente para o Forte de Rio Grande e por fim a Rio Pardo, onde se instalou definitivamente. Tendo galgado alguns postos do oficialato militar em uma época de intensas lutas por ocupação e defesa de territórios, em 1762 Francisco Barreto Pereira Pinto foi nomeado Comandante do Regimento de Dragões em Rio Pardo¹⁰⁶, como tenente-coronel - sendo encarregado de conquistar e distribuir terras que iam sendo incorporadas à Coroa Portuguesa - e "tal era o seu prestígio e valor que o Governo do Centro lhe determinou que tomasse posse interinamente do Governo do Rio Grande. Esse ato, porém, não se realizou, não só por serem necessários os seus serviços em Rio Pardo, mas também pela vinda imediata do Governador nomeado" (Menna Barreto, op. cit., p. 100).

Do casal Francisco Barreto e Francisca Veloso houve doze filhos, e Entre eles o "fundador" da "estirpe" - João de Deus Pereira Pinto - que ao se casar com Rita B. Corte de Figueiredo Menna, natural do Rio de Janeiro e filha de um tenente português, adotou o sobrenome *Menna Barreto*, dando origem, pois, à "família Menna Barreto". O único irmão homem de João de Deus foi Francisco Barreto Pereira Pinto Filho, que se tornou

¹⁰⁶Para Bento (op. cit.), o Regimento de Dragões do Rio Grande foi a "célula mater" da atual organização do Comando Militar do Sul (CMS), com sede em Porto Alegre e articulado com as grandes unidades da Região Sul (PR, SC e RS).

tenente-coronel do Exército e desposou Eulália J. de Oliveira Roriz, filha do tenente Manuel Pereira Roriz, que faria parte daquelas famílias agraciadas pela repartição inicial das propriedades fundiárias na região¹⁰⁷. De suas dez irmãs, quase todas realizaram matrimônios com militares, "na maioria oficiais do Regimento (de Dragões) comandado pelo pai", como é o caso de Maria Inocência, que "casou com o capitão Miguel Pedroso Leite, oficial paulista, que muita glória adquiriu para o seu nome e que também deixou uma geração ilustre" (Id., *ibid.*: 29-30).

Nascido em Rio Pardo em 1769, cidade em que seu pai servia como oficial, João de Deus veio a se instalar mais tarde em São Gabriel, município do qual "foi um dos fundadores" - organizando o 1º Regimento de Cavalaria Miliciana destinado à guerra com o Uruguai - e onde possuía "as estâncias do Céu e do Batoví, doadas pelo Imperador" (Id., *ibid.*: 30). Seu pai e seu sobrinho Sebastião Francisco, futuro marechal do Exército, já haviam sido concessionários das terras em forma de estâncias na futura São Gabriel, dentro da estratégia portuguesa de conquista e reconquista daqueles territórios junto aos espanhóis. João de Deus e seu filho primogênito Gaspar Francisco, também militar e futuro marechal, fizeram parte dos "povoadores" contemplados na "nova distribuição de terras feitas pelo governo, mais particularmente entre os militares que se haviam destacado na última campanha, aproveitando os campos deixados pelos espanhóis, considerados devolutos" (Figueiredo, 1980: 77).

A partir da detenção desses recursos econômicos e sociais, como a propriedade de extensas terras destinadas à criação de gado e uma certa rede de relações herdadas de seus familiares (inclusive com ligações junto às esferas do poder central), quase em sua totalidade oficiais militares e proprietários fundiários igualmente possuidores de laços

¹⁰⁷Como escreve Borges Fortes (1931: 27), "recebendo a dádiva graciosa das terras, grande parte dos felizes agraciados não se demoravam em transmiti-las, de sorte que poucos foram os que se transformaram em troncos seculares da geração riograndense (*sic*). Neste número estão incluídos: Francisco Barreto Pereira Pinto, João Carneiro da Fontoura, Antônio Simões, Antônio de Souza Fernando, João Garcia Dutra, Luís Gonçalves Viana e Manuel Pereira Roriz".

com outras famílias de militares, estariam dadas as bases iniciais para a constituição de um grupo familiar que se fundaria essencialmente em uma relação com as atividades militares do Exército, sem excluir, é certo, a possibilidade de reconversão dos trunfos aí acumulados em outros de natureza diversa. De par com a transmissão de um montante de capital econômico (funditário) e de capital social, a reprodução do grupo teria como um de seus pontos centrais igualmente a transmissão de um tipo particular de capital cultural ligado às atividades militares e aos seus valores próprios - tal como o contato direto, precoce e constante com um universo militar (linguagem, gestos, indumentárias, símbolos, moral, disciplina etc) em que quase todos os homens da "família" eram oficiais de alta patente. Do mesmo modo, ao lado dessa transmissão de caráter mais doméstico, o posterior direcionamento às escolas militares também cumpriria a função de propiciar aos descendentes a aquisição de disposições sociais e culturais voltadas à sua orientação para a carreira das armas, determinante para o acúmulo e manutenção de um capital de notoriedade e de prestígio, também socialmente legitimado pela escola, de grande peso na perpetuação do grupo e da "tradição familiar" conquistada ao longo dos anos por seus antepassados. Ao estarem inseridos desde muito cedo em ambientes marcados pelo emblema militar, e enfim por todo o conjunto de características que os tornam peculiares, não apenas eram muito grandes as chances de seus descendentes serem capazes de receber a herança do grupo - reconhecendo-a e reforçando sua crença nela como um bem legítimo, posto que "inscrita na natureza", digno de respeito e mesmo de sacrifícios -, como também de a transmitir efetivamente, ao seu turno, em um momento seguinte, garantindo assim sua perpetuação. É essa crença originária na detenção familiar de atributos particulares e especiais e que os diferenciam do restante do universo social, expressos por palavras como o "dom", o "talento", ou ainda mais comumente a "vocação" para as atividades militares, que se encontra no fundamento dos longos e sucessivos investimentos sociais realizados individual e coletivamente por agentes que são capazes de perceber o valor de determinados bens a perseguir e manter. Dentro desses

investimentos também teriam grande peso nos esquemas de reprodução as estratégias matrimoniais postas em ação pelos agentes considerados, estratégias estas que os uniriam em intensidade e profundidade impressionantes (vide esquema em anexo) - ao longo de sucessivas gerações e com níveis muito altos de endogamia - a membros pertencentes a outros grupos detentores de recursos sociais semelhantes aos seus, e muito em especial um forte capital simbólico (como um "nome" de "tradição") e social associados aos domínios praticamente indissociáveis do Exército e da "política".

A tentativa de explicitação dos condicionantes sociais e culturais imbricados na formação dos grupos familiares enfocados nessa pesquisa - e em particular os *Menna Barreto*, grupo este que logrou constituir ao longo de seis gerações uma verdadeira "dinastia das armas", conhecida e reconhecida socialmente como tal -, deve incondicionalmente passar por sua vinculação às condições estruturais de formação e regulação do Exército brasileiro. Vale dizer, somente pode-se apreender os fundamentos sociais e culturais dos mecanismos permitindo que determinados grupos familiares com base no Rio Grande do Sul viessem a estabelecer vínculos permanentes com o Exército e as atividades militares em geral ao se evidenciar o contexto específico no qual o Exército teve estruturada sua dinâmica como instituição militar oficial. A se destacar nesse procedimento está o esforço em expor as bases das relações a partir das quais os agentes em questão extrairiam parte essencial dos recursos materiais e simbólicos necessários à sua ascensão e reprodução social - desta forma escapando-se às explicações correntes fundadas em uma crença na posse de "virtudes" e "dons" inatos ao "sangue", cuja lógica é própria ao senso comum. Conforme tem-se procurado demonstrar ao longo do trabalho, desde suas origens até pelo menos o primeiro período republicano, o Exército brasileiro manteve em graus variados uma lógica institucional permeada por outras lógicas sociais que não somente aquelas restritas à "carreira" militar. Isto é, apesar das sucessivas modificações oficiais nos mecanismos reguladores de entrada e ascensão hierárquica no

oficialato, incluindo uma subordinação maior da "carreira" à aquisição de trunfos escolares, permaneceram amplamente válidos e legítimos a mobilização e o emprego de recursos cujos fundamentos não se encontram exclusivamente na "profissão", como as estratégias visando ao acúmulo do capital simbólico personificado e do capital social com base em relações de reciprocidade.

3.2.2 - A reprodução da "vocação": *a espada de pai para filho*

Contabilizando até o final da década de 60 desse século um total de 103 militares, dos quais 28 tendo obtido as mais altas gradua es na hierarquia do Exército (marechal, general ou brigadeiro - ver quadro III em anexo), sem contar os que alcançaram outras patentes do oficialato superior, o nome *Menna Barreto* - como atestam tanto a bibliografia de caráter acad mico quanto a literatura histórico-militar, além da própria documenta o examinada (elogios, homenagens e considera es encontradas nas f s-de-ofício, por exemplo) -, tornou-se símbolo e garantia de "qualidades especiais" ligadas ao domínio militar.

O exame das trajetórias sociais e "profissionais" dos membros da "família" que chegaram à condi o de elite do Exército, juntamente com o estudo mais amplo da trajetória familiar, revela características muito próximas daquelas j é salientadas para o conjunto dos agentes focalizados até ent  o. No entanto, h é algumas particularidades que merecem destaque a fim de se dar conta do "sucesso" peculiar logrado pelo grupo familiar e que o diferencia do resto dos outros grupos. Um primeiro aspecto diz respeito às condi es iniciais de constitui o do grupo familiar amplo, conforme mencionado, as

quais colocavam seus primeiros membros em posição de acesso privilegiado a recursos fundamentais na época, como eram, por um lado, as terras distribuídas em larga escala (estâncias), e por outro, as relações com agentes detentores de postos na burocracia colonial e imperial. Conectado a isso, dada a interdependência entre as atividades político-administrativas e as militares, está igualmente o envolvimento desses agentes, desde as primeiras gerações, com ocupações políticas em cargos de relevância tal como o de Presidente de província.

Assim, para citar apenas aqueles agentes nascidos no século XVIII, além do pai do "fundador" da "família", Francisco Barreto Pereira Pinto, oficial militar encarregado de distribuição de terras na região sul e nomeado para assumir temporariamente o governo naquele território, o próprio João de Deus Menna Barreto foi eleito Vice-Presidente da Junta Representativa do Governo na província, vindo em seguida a assumir sua presidência, bem como o cargo de Governador das Armas. Já como marechal do Exército, em 1846 seria condecorado com o título nobiliárquico de *Visconde de São Gabriel*. Da mesma forma, seu sobrinho, filho do tenente-coronel de Dragões Francisco Barreto Pereira Pinto Filho, tendo sido nomeado Comandante das Armas em Pernambuco e São Paulo (porém recusando a essas duas nomeações) e no Rio Grande, ocupou mais tarde o cargo de Presidente da província de Minas Gerais, entre 1839 e 1840.

Um outro aspecto que merece ser posto em relevo, também já mencionado diversas vezes, é a adoção - sobretudo nas primeiras gerações - de estratégias matrimoniais voltadas essencialmente para a união com agentes bem posicionados na hierarquia do oficialato militar, inclusive parentes muito próximos, e com descendentes de grupos familiares de grandes proprietários fundiários. Afora a intensidade dessas alianças enlaçando agentes social e geograficamente pouco distantes entre si, interessa em grande medida ver a qualidade dessas uniões e quais os respectivos bens e lucros nelas implicados, seguindo-se assim as hipóteses de Desroisières (1978: 97), para quem "um

casamento ('que implica a totalidade da pessoa, isto é, um conjunto de atributos, de aquisições, que caracterizam uma classe ou uma fração: capital econômico sem dúvida, mas também 'educação', maneiras de ser, relações sociais, gostos e concepções do mundo') é uma troca que coloca na balança espécies variadas de capital", sendo "a probabilidade de uma união tanto mais forte quanto mais 'equilibrada' for a troca". Com a intenção de abordar os aspectos de maior relevância nessas relações de alianças, tentando-se evitar cair em um esquematismo meramente ilustrativo que compreendesse a totalidade das relações dos agentes interessando ao estudo (uma esquematização consta em anexo), optou-se por tratar de apenas alguns casos que fossem representativos.

Descontada a primeira geração e seus ascendentes, examinados anteriormente, pode-se resumir da seguinte forma o quadro de alianças matrimoniais englobando o grupo familiar Menna Barreto. Entre os dezoito descendentes que pertencem à *segunda geração*, duas netas casaram com oficiais militares e pelo menos quatro homens, todos oficiais, casaram com filhas de militares e/ou proprietários de terras; na *geração seguinte*, oito netas casaram com oficiais, sendo que duas delas ainda tiveram segundas núpcias, uma vindo a desposar um "doutor" e outra um desembargador; além dessas, mais três mulheres realizaram "bons casamentos", incluindo-se aí um outro "doutor" e um desembargador, e também o filho de um Barão do Império; quanto aos homens, sete uniram-se com esposas oriundas de famílias de militares; na *quarta geração* familiar, seguindo uma tendência crescente, quatorze mulheres enlaçaram-se com oficiais militares e doze com "doutores", ao passo que também doze dos homens (sete militares) concretizaram matrimônios que seguiam o mesmo padrão anterior, destacando-se um acréscimo significativo nos entrelaçamentos dentro do próprio grupo familiar amplo; com respeito à *quinta geração*, nove mulheres casaram com oficiais, treze com "doutores" e uma com um cônsul; para esta geração e a seguinte, as informações concernindo os casamentos dos descendentes homens são bastante vagas e incompletas, tendo sido

possível, no entanto, registrar o enlace com descendentes de famílias de detentores de títulos nobiliárquicos (barões e viscondes); por fim, para a *sexta* e última *geração*, registra-se o casamento de seis tetranetas com oficiais militares e de três com "doutores". Apenas uma informação sobre o matrimônio de um dos homens desta geração apresenta interesse, e diz respeito a um enlace implicando os Menna Barreto e a "família" Noronha, de longa tradição na Marinha, em duas gerações consecutivas.

Desejando-se obter uma noção mais detalhada da qualidade das principais alianças matrimoniais do grupo familiar em questão, no sentido das propriedades sociais dos agentes envolvidos e portanto das diferentes espécies de capital que detinham, passa-se agora ao seu exame em maior extensão. De acordo com o que foi acima esboçado, percebe-se em primeiro lugar uma orientação muito expressiva nos casamentos já dos primeiros descendentes da "geração fundadora" (filhos do casal "fundador" e do irmão primogênito de João de Deus). Deste modo, dos dois descendentes do tenente-coronel Francisco Barreto Pereira Pinto Filho, irmão do "fundador" da "família" Menna Barreto, e de Eulália de Oliveira P. Roriz, uma filha casou em primeiras núpcias com o brigadeiro do Exército português Joaquim Félix da Fonseca, de cujo matrimônio resultou um filho que foi marechal do Exército brasileiro (Francisco Félix da Fonseca Pereira Pinto), um coronel e um capitão; já em suas segundas núpcias, a mesma voltou a se casar com um militar, desta vez desposando o general Manuel José Xavier Palmeirim. O outro filho, que chegou ao marechalato e se casou com Matilde de Oliveira Bandeira, teve três filhos, dos quais dois homens oficiais militares (um coronel e um capitão) e uma filha que se uniu ao coronel Pedro Maria Xavier de Oliveira Meireles, pai do major da Guarda Nacional e político Miguel Pereira de Oliveira Meireles, progenitor do general da República Eurico de Andrade Neves, ambos grupos familiares (Meireles e Andrade Neves) possuindo número muito alto de ascendentes e descendentes "dedicados às armas".

Pelo lado de João de Deus Pereira Pinto (Menna Barreto), Entre os dezoito filhos que teve com Rita Bernarda, seis homens foram oficiais militares (dois marechais, um general, um coronel, um capitão e um alferes) e, conforme assinalado, quase todas as filhas enlaçaram-se com oficiais militares. Quanto aos homens, o primogênito marechal Gaspar Francisco teve dois casamentos. O primeiro, com Amábíia A. da Fonseca, do qual resultaram oito rebentos, sendo quatro deles militares (um general, um tenente e dois alferes) e duas filhas, uma delas vindo a se casar com o marechal João do Rego Barros Falcão - filho de um coronel de milícias - e outra com um "doutor". O segundo, com Balbina Carneiro da Fontoura - descendente de extenso ramo familiar possuindo entrelaçamento com antepassados dos Menna Barreto - tendo o casal sete filhos (três foram militares - um marechal, um major e um alferes). Outro filho do casal "fundador", coronel José Luiz, casou com Ana Emília de Sampaio, filha do marechal Antônio Manuel da Silveira Sampaio (CE), com quem teve dois filhos homens¹⁰⁸ (oficiais militares - um general honorário e um coronel) e uma filha que se uniu ao tenente-coronel Pedro Álvares Cabral da Silveira da Cunha Godolphim, pais do futuro marechal Joaquim Menna Barreto Godolphim e de mais oito filhos. Após a morte precoce do marido (em batalha), Ana Emília contraiu matrimônio com o coronel Vitorino José Ribeiro (como visto, oriundo de importante linhagem militar e tio do marechal Bento Manoel R. C. Monteiro), vindo a serem os progenitores do futuro marechal, "propagandista da República e abolicionista", Frederico Solon de Sampaio Ribeiro, e também de uma filha que se casou com o coronel Manoel Lopes Teixeira Jr., pai do poeta Múcio Teixeira. Um terceiro descendente de João de Deus Menna Barreto, marechal João Propício - futuro *Barão de São Gabriel* e Vice-Presidente da província - desposou Francisca Palmeiro da Fontoura, filha de Sebastião Pinto da Fontoura, e com ela teve seis filhos, dos quais uma filha casou com seu parente Propício Barreto Pinto, e outra primeiramente com um capitão e mais tarde

¹⁰⁸Deixaram ainda três filhos legitimados, dos quais dois foram marechais.

com um "doutor". Também dois filhos foram legitimados, Entre eles João Batista, que casou com sua própria tia (irmã da Baronesa de São Gabriel), Maria Leopoldina Palmeiro da Fontoura. Ainda um quarto filho descendendo do casal que "deu origem" aos Menna Barreto, o brigadeiro João Manoel, igualmente entrelaçou-se com sua parente indireta, uma outra irmã da Baronesa de São Gabriel. Dessa união familiar resultaram cinco filhos, dois deles generais do Exército, vindo um a se casar com sua sobrinha (da "família" Borges Fortes). Das três filhas, uma casou com o major Trajano Menezes de Cardoso, outra com o Desembargador Tito Prates da Silva - primo-irmão de Júlio de Castilhos - e foram pais do "destacado advogado e jurista" Homero Prates; uma terceira contraiu matrimônio com Gabriel Borges Fortes, descendente de um grupo familiar com origem em grandes proprietários de terras na região de São Gabriel, e que também teria muitos membros pertencentes ao alto oficialato militar, especialmente no século XX. Além disso, possuíam estreitas ligações com a "política" no Rio Grande do Sul, tendo o avô de Gabriel Borges, estancieiro em São Gabriel, "desempenhado papel saliente na Revolução de 1835, sendo Tesoureiro Geral da República e Suplente da Constituinte" (Carvalho, 1937: 92 e segs.). Também seu pai, o médico João Pereira da Silva Borges Fortes, foi "prestigioso político do Partido Conservador", exercendo "por 12 ou 14 vezes" o mandato de deputado provincial, duas vezes o de deputado geral e ainda ocupando o cargo de Presidente do Conselho de Ministros. Segundo consta, teria recusado o convite de assumir a presidência da província (Porto Alegre, 1916: 204).

Apesar de bastante parcial e reduzida, essa visualização dos cruzamentos inter e intra-familiares realizados pelos componentes do grupo familiar em pauta já parece suficiente para uma apreensão geral das relações sociais implicadas no respectivo mercado matrimonial, e cujos traços principais são fundamentalmente mantidos ao longo das gerações posteriores. Contudo, um ponto importante a ser notado diz respeito à presença gradativamente mais expressiva, com o passar do tempo, de matrimônios

envolvendo descendentes dos Menna Barreto com agentes apresentando uma formação "profissional" *bacharelesca*, isto é, detentores de títulos de *bacharel em Direito* (vide quadro II em anexo). Ao lado do que foi visto, esse fato põe em evidência uma estratégia reprodutiva permitindo o acréscimo e a diversificação dos recursos originalmente detidos por aqueles, através de sucessivas alianças com agentes oriundos de grupos familiares "tradicionais" tendo reconvertido parte de seus trunfos econômicos (grandes propriedades de terras) em trunfos escolares - especialmente o grau de *bacharel* - e portanto gozando de uma legitimidade social ratificada e reforçada por um título acadêmico cujos usos sociais são dependentes da posição ocupada pelo seu detentor. Como demonstra Grijó (op. cit., p. 78) no já citado estudo sobre a elite política gaúcha no início do século, o valor crescente do diploma de Direito no Rio Grande do Sul levava parte dos membros daquelas "famílias" originárias do chamado "mundo da estância", e destinados a assumirem postos políticos relevantes no cenário regional, a realizarem investimentos escolares que lhes permitissem não apenas legitimar uma posição social de origem, ligada ao campo, mas também "assumir posições de destaque que abririam a estes as portas da 'sociedade' rio-grandense e mesmo brasileira". Nesse sentido, é significativa a trajetória mais abrangente do grupo familiar Menna Barreto, a qual mostra concomitantemente ao profundo entrelaçamento de seus descendentes com oficiais militares - muitos deles herdeiros de "famílias com tradição nas armas" e/ou grandes proprietários, assim como com *bacharéis* possuindo essas mesmas origens sociais -, igualmente uma maior aquisição, por parte daqueles descendentes, de trunfos escolares de tipo *bacharelesco*, como se verifica a partir da quarta geração da "família" (seis bisnetos foram *bacharéis em Direito* e dois foram médicos).

Essa adoção crescente de estratégias de investimento na aquisição de capital escolar e cultural, sem dúvida ainda muito inferior aos investimentos "mais seguros" na "carreira" do oficialato militar, porém bastante significativo, em certa medida traz

indicações relevantes sobre as condições (bem-sucedidas) de reprodução social do grupo familiar amplo. Pois este, além de ter acumulado volume muito expressivo de um capital simbólico fundado nas relações ancestrais da "família" com as atividades militares e políticas na região, da mesma forma logrou com o tempo diversificar seus recursos sociais ao os reconverter em títulos acadêmicos de relativa escassez no período considerado, como é caso do grau de *bacharel em Direito*.

3.2.3 - A espada a serviço da Pátria: a "carreira", a "política" e a "história"

Conforme visto, as relações dos *Menna Barreto* com o Exército (português e imperial) e as atividades político-militares de ocupação e defesa do território remontam à própria "fundação" da "família" no Rio Grande do Sul colonial, e foram determinantes na constituição desse grupo familiar cuja trajetória pautou-se essencialmente pela utilização dos recursos derivados daquelas mesmas relações (extensas propriedades de terras, posições de destaque no interior do oficialato do Exército, ocupação de altos cargos político-administrativos, vínculos com agentes das esferas político-burocráticas). Tomadas em conjunto, as trajetórias "profissionais" dos principais membros da "família" tendo ascendido ao alto oficialato desde sua constituição demonstram uma continuidade no padrão de relacionamento daqueles agentes com a "carreira" militar, isto é, na natureza dos recursos por eles mobilizados e nas formas como foram estrategicamente empregados ao longo das sucessivas posições que ocupavam no espaço social, e em particular no interior do espaço militar. Entre aqueles recursos, destaca-se um envolvimento direto com o universo da "política" e o entretenimento de relações próximas com agentes dispo-

de alto capital político, com os quais eram trocados outros recursos passíveis de reconversão nas respectivas "carreiras", como por exemplo a troca de lealdade político-partidária do oficial militar por influências ou indicações para nomeações em cargos importantes e promoções hierárquicas, seguindo as mesmas características de que se tratou no capítulo precedente. No entanto, o que interessa a ser observado mais especificamente nesse ponto são as formas pelas quais foram mantidas e se desenvolveram as relações de membros do grupo familiar Menna Barreto tendo ascendido ao generalato com o universo da "política", ao longo do período focado por esse estudo, e que possibilitaram que aqueles agentes ocupassem posições importantes simultaneamente nos espaços político e militar, incluindo entre eles um general membro da Junta Governativa que assumiu o poder nacional provisoriamente após o golpe de 1930.

Segundo ressaltou-se mais acima, um dos aspectos reveladores da "grandeza" e da "importância" inerentes à estirpe dos *Menna Barreto* seria sua constante participação nos "principais episódios da *história brasileira*" (desde a "fundação do Rio Grande" até o golpe de 1964), o que na estratégia de apresentação e consagração da "família" aparece como um trunfo fundamental a ser celebrado e perpetuado para que seus descendentes "saibam o lugar que devem ocupar" na sociedade, e portanto possam conhecer - isto é, ter um domínio prático sobre - as condições para reproduzir socialmente o grupo familiar ao qual pertencem. No tocante ao período aqui em pauta, é possível afirmar ter havido uma relativa intensificação dos laços estabelecidos entre os agentes considerados e a esfera da "política", o que se consolidou na composição de trajetórias de "carreira" que atingiram relevo em nível nacional e vieram a fortalecer uma imagem social da "família" associada a posições privilegiadas na "elaboração dos destinos da nação".

Boa parte do "sucesso profissional" obtido por esses oficiais militares deveu-se a uma herança político-militar acumulada há muitos anos e legada a eles por seus ancestrais

"políticos/militares", herança da qual souberam extrair lucros e também, quando necessário, reverter em trunfos válidos nos espaços sociais em que se deslocavam. Assim, quando da organização e fortalecimento do Partido Republicano no Rio Grande do Sul em torno da década de 80 do século passado, vários oficiais *Menna Barreto*, ainda portando patentes de nível médio, aderiram intensamente aos princípios defendidos por aquele partido, alguns deles tornando-se seus propagandistas ativos. Esse é o caso, por exemplo, do futuro marechal Antônio Adolfo da Fontoura Menna Barreto - filho de outro marechal - que quando tenente escolheu a política como "novo campo de ação" e se alistara inicialmente nas fileiras do Partido Conservador na fronteira da província, vindo no entanto a deixá-lo face ao seu "desapontamento" e "insatisfação" com a liderança do partido. É significativo notar que sua saída do Partido Conservador e imediata adesão ao Republicano coincidem com a perda de força do primeiro frente ao domínio do Partido Liberal de Silveira Martins, e a rápida ascensão do segundo tanto em nível regional quanto nacional, atraindo para si grande número de oficiais do Exército. Transferido para o Rio de Janeiro, Antônio Adolfo assumiu papel destacado, ao lado de Frederico Solon, seu parente, nas ligações entre republicanos civis e militares, contando com o auxílio de mais "três primos oficiais *Menna Barreto*"¹⁰⁹. Uma vez proclamada a República, poderia enfim o oficial dar continuidade a uma ascensão hierárquica condizente ao seu "nome", pois até então Menna Barreto, aos quarenta e três anos de idade e sem nenhum investimento escolar, não havia deixado a modesta patente de capitão. Como aponta seu "biógrafo", "foi tal a perseguição que lhe movia a aristocracia reinante, que só com a proclamação da república conseguiria os galões de major, (...) *por serviços relevantes*", e ainda "como recompensa a seus grandes serviços à nobre causa republicana, obteve, sem demora, a 17 de março desse mesmo ano (1890), o posto de tenente-coronel, e logo o

¹⁰⁹Entre eles encontrava-se o então capitão (futuro general) Manoel Joaquim Menna Barreto Godolfim, igualmente filiado ao Partido Republicano e detentor de estreitas relações com os principais nomes da política republicana gaúcha, como Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros e Pinheiro Machado.

comando do Regimento de Cavalaria Policial do Distrito Federal" (Menna Barreto, 1950: 325, grifos meus.).

O impulso dado à "carreira" e a notoriedade então obtida por Antônio Adolfo na capital do país, frutos de um engajamento político explícito e bem-sucedido, permitiram-lhe investir com maior intensidade na "política", transformando-se em um aliado convicto do Governador do Rio Grande do Sul Júlio de Castilhos. Em 1890, voltando para sua terra natal, elegeu-se deputado para a Assembléia Constituinte Nacional, "definindo-se como um dos mais devotados amigos de Deodoro" (Id., *ibid.*: 292), "amizade" esta nascida à época do movimento conspirativo contra a monarquia. Esse "engajamento" também lhe traria um bloqueio momentâneo na "carreira", por ocasião de sua participação na elaboração da "carta dos treze generais" do Exército e da Armada - documento que concitava Floriano Peixoto a proceder às eleições para a Presidência - pela qual foi preso, reformado e desterrado para o Acre. Em breve, no entanto, retorna às atividades no Congresso e é nomeado Comandante da Reserva da Brigada Militar e de todas as forças civis no Rio Grande do Sul, posto de competência política atrelada ao Governador, para combater na Revolução Federalista. Terminada esta, recebe as honras de general de brigada "pelos importantes serviços prestado à República, e pelos atos de bravura praticados mais de uma vez em defesa da República no Estado do Rio Grande do Sul" (Id., *ibid.*: 296), revertendo à primeira classe do Exército um ano depois. Por fazer "franca oposição" ao Governador do Paraná, onde servia, Menna Barreto foi novamente preso por três meses, vindo a solicitar reforma em vista das "perseguições de que o Governo o fazia alvo". Ainda mais uma vez teria sua reversão à ativa do Exército, decretada em 1907 pelo Congresso, e no posto de general. Antes, porém, de pedir a reforma definitiva e pôr fim a uma "carreira" fortemente marcada por disputas pessoais decorrentes das tomadas de

posição política, Antônio Adolfo ascenderia ao mais alto cargo na hierarquia militar, o de Ministro do Exército¹¹⁰, "honrando" assim a "tradição" à qual pertencia.

Se a trajetória de Antônio Adolfo foi pautada por uma intensa atividade política - inclusive formal e explícita - perpassando toda a "carreira" de oficial militar e da qual ele extraiu os recursos fundamentais para uma realização "profissional" "bem-sucedida", de certa forma compensando um baixo investimento em trunfos legitimadores na esfera militar (aquisição de "competência técnica", "cultura geral" etc), aquela apresentada por seu sobrinho-neto João de Deus, futuro general, Ministro da Guerra e membro da Junta Governativa Federal, revela alguns aspectos que se diferenciam daquela de seu tio-avô, mantendo-se no entanto os mesmos princípios. Por outra, ao passo que Antônio Adolfo, desde muito cedo, dedicara-se ao acúmulo e manutenção de um capital político, primeiramente pela participação no Partido Conservador no Rio Grande do Sul e depois por uma adesão estratégica ao Partido Republicano, vindo mesmo a ocupar um cargo eletivo, João de Deus manteve uma relação mais distanciada e eufemizada frente ao domínio da "política". Em contrapartida, o "atraso" na "carreira" de seu tio e a "rapidez" com que avançou nos primeiros postos proporcionaram uma aproximação temporal em suas trajetórias "profissionais", o que permitiu a João de Deus que viesse a se beneficiar de muitos dos trunfos político-militares acumulados pelo seu parente.

Ao contrário de Antônio Adolfo, João de Deus, homônimo do "fundador" dos *Menna Barreto*, obteve uma formação escolar militar que se iniciou em Porto Alegre e foi concluída no Rio de Janeiro, de onde saiu habilitado com o curso das três armas

¹¹⁰Comentando sua passagem como Chefe do Gabinete do Ministro Menna Barreto, Setembrino de Carvalho, em suas *memórias*, ressalta as "limitações profissionais" daquele oficial ("a par da falta de cultura, mesmo mediana, um espírito volúvel, um temperamento propenso a súbitas e violentas manifestações") em cuja "atuação pública preponderava o sentimento político", e que "por ele foi levado ao posto de Ministro da Guerra". Ainda segundo Setembrino, a "amizade pessoal" de Menna Barreto com o marechal Hermes e o "general" Pinheiro Machado, dos quais era "depositário de inteira confiança", tivera peso decisivo em sua nomeação, sendo que "dar-lhe uma posição de realce em seu governo [Hermes], deveria ser mesmo para o Marechal um tributo de gratidão, pois certo fora ele um dos mais ardorosos paladinos de sua ascensão (*sic*) à mais alta magistratura da República" (Carvalho, op. cit., p. 91).

combatentes. Antes, porém, havia deixado temporariamente a Escola de Porto Alegre para servir na Revolução Federalista, em 1893, quando foi nomeado, com apenas 19 anos de idade e ainda estudante, Assistente do Ajudante General da Divisão do Norte, a qual tinha em seu comando o senador Pinheiro Machado. Após um início de "carreira" bastante lento - aos 36 anos não havia ultrapassado os galões de capitão - a "oportunidade" de servir junto a seu tio general, recentemente nomeado Comandante da 1ª Brigada Estratégica no Rio de Janeiro, propiciou-lhe as condições para galgar rapidamente posições importantes na hierarquia do Exército. Assim, a ascensão e o destaque desfrutados pelo tio também foram claramente utilizados por João de Deus, que em seguida ao serviço prestado ao lado de seu parente recebeu a promoção para o posto de major, "por merecimento", acompanhando-o ainda sucessivamente à mais alta esfera militar, o Ministério da Guerra, onde trabalhou como Adjunto do Gabinete do Ministro. Antes de se demitir da pasta da Guerra, Antônio Adolfo nomeou seu sobrinho como adjunto de professor de física e química da Escola Militar de Porto Alegre¹¹¹, cargo que deteve por curta duração, posto que se tratando de uma nomeação essencialmente pessoal, o novo Ministro que o substituiu tratou de exonerar "alguns professores" assim que assumiu suas funções.

A partir desse avanço aplicado à "carreira", concretizado em nomeações para cargos de destaque e seguidas de rápidas promoções hierárquicas, o futuro general começaria a reunir os principais recursos necessários a uma ascensão que o conduziria ao topo da instituição. Tendo esperado vinte anos entre a patente de alferes e a de capitão - sem dúvida alguma resultado das reformas regulamentares que passaram a inibir o avanço precoce na hierarquia - para alcançar os bordados de general não lhe faltariam mais do que onze anos, recebendo sua promoção quando contava apenas 47 anos de idade (um dos

¹¹¹É curioso notar que, tendo obtido ao longo de sua formação escolar boas notas nas cadeiras que cursou, João de Deus não obtivera aprovações "plenas" apenas em duas disciplinas, sendo uma delas a de química, fato que lhe fez perder o direito ao curso de engenharia e ao grau de bacharel em ciências físicas e matemáticas.

mais jovens de todo o Exército), enquanto a média geral de idade de ascensão àquele posto era de 54, 1 anos em nível nacional e de 53,6 anos para os oficiais de origem gaúcha.

O "distanciamento" frente à "política" e mesmo sua condenação e incompatibilidade com o serviço do Exército, até então defendidos por Menna Barreto, sofreriam alterações a partir de sua entrada na alta esfera do oficialato. Se por um lado continuou a afirmar estrategicamente um "total desinteresse" pelas "questões políticas", base do "profissionalismo militar" que sustentava, por outro não pôde deixar de jogar o jogo segundo suas regras, isto é, a utilizar de acordo com seu interesse os recursos e princípios disponíveis e válidos no interior da instituição militar. Diferentemente das posições adotadas pelo conterrâneo Bertoldo Klinger, defensor de um "intervencionismo militarista" ("moderador") e a quem esteve muito ligado nos últimos anos de seu serviço como militar da ativa, à medida que se aproximou das instâncias militares mais dependentes de lógicas extra-militares, João de Deus passou a justificar seu envolvimento com a "política" tratando-o como algo "extraordinário", "temporário" e "imprescindível". Portanto, sem deixar de propugnar um afastamento do Exército das correntes políticas, o oficial não negava a possibilidade de o profissional militar, sem deixar a instituição, vir a colaborar com o seu serviço na administração civil (Menna Barreto, op. cit., p. 488 e segs.), revelando assim um contexto permeado por relações de trocas entre as esferas militar e "política".

Com efeito, em seguida à sua promoção ao generalato em 1922, Menna Barreto é nomeado para chefiar uma expedição militar "pacificadora" de um conflito político instaurado no Amazonas, onde um grupo de "revolucionários" havia deposto os governantes do Estado. Em vista do "êxito" obtido pela Missão - da qual também participaram, como oficiais do Estado-Maior do general gaúcho, dois filhos e um primo - as lideranças políticas convidaram o general a ser candidato ao Governo Estadual no qual

esteve momentaneamente como chefe interventor, ao que Menna Barreto negou "imediatamente" dizendo-se "alheio por completo às competições políticas" e não desejando "afastar-se de seus deveres profissionais" (Id., *ibid.*: 452). Promovido "sem demora" a general de Divisão e nomeado Comandante da 1ª Região Militar pelo Presidente Artur Bernardes, foi ainda eleito presidente do Clube Militar de modo consecutivo nos dois anos seguintes à sua atuação na região norte do país. Porém, seria nos próximos anos que chegaria ao ápice de sua "carreira" como oficial do Exército, ou seja, quando da participação no movimento militar que sustentou a deposição do presidente Washington Luís e garantiu a ascensão de Getúlio Vargas ao poder.

De acordo com um dos filhos de Menna Barreto, autor da obra de "homenagem" à "família" e "testemunha participante" de grande parte dos acontecimentos, foi depois de ter sido procurado pelo então coronel Bertoldo Klinger - chefe do seu próprio Estado-Maior - em "nome de um grupo de jovens oficiais do Exército", que seu pai aderiu aos propósitos de intervenção militar na grave questão política que se colocava à nação. "Predisposto por índole" e não lhe sendo possível "*subtrair-se à responsabilidade histórica*" dos MENNA BARRETO (Id., *ibid.*: 461, grifos meus, maiúsculas no original), assumiu a chefia do movimento que desembocou na criação de uma Junta Provisória de Governo, da qual além de Menna Barreto faziam também parte o general Tasso Fragoso e o Contra-Almirante Isaías de Noronha, e que governou até o empossamento de Getúlio Vargas. Dissolvida a Junta Governativa, em breve Menna Barreto ainda teria outra participação direta em "atividades civis", posto que a convite de Getúlio não "pôde recusar" a tarefa de assumir a Interventoria do Estado do Rio de Janeiro em 1931, tendo que para isso "romper" com suas convicções de que "o soldado não deve afastar-se da sua posição". Assim, antes de finalizar seu "destino de servidor da pátria" como Ministro do Supremo Tribunal Militar, João de Deus manteve-se simultaneamente como Interventor

do Estado politicamente mais importante do país, cargo que deixou ao final de outubro de 1931, e Inspetor do 1º e 2º Grupos de Regiões Militares.

CONCLUSÃO

O presente trabalho teve por objetivo examinar os padrões de recrutamento e de seleção das elites do Exército no Rio Grande do Sul no período que se estende de 1850 a 1930, tarefa para a qual lançou-se mão de um conjunto de análises cujos pressupostos teórico-metodológicos incorporam uma perspectiva nova ao estudo de elites militares no Brasil. Pretendendo enquadrá-lo no âmbito das discussões conceituais em torno da temática mais geral do estudo de elites - e em particular das elites militares - em sociedades "periféricas" como a brasileira, procurou-se ampliar o espectro analítico aplicado a esse tipo de objeto ao se tentar estruturar novos referenciais de pesquisa cujas premissas em grande medida se opõem àquelas encontradas até então nas abordagens da bibliografia pertinente. Dada a escassez de trabalhos dirigidos sobre elites militares em contextos semelhantes ao aqui tratado, certamente o primeiro obstáculo que se punha à utilização de um esquema conceitual e metodológico consistente e articulado era a dificuldade de se adequar modelos formulados com base em outras realidades empíricas, como é o caso do referencial desenvolvido por Pierre Bourdieu na França, a uma estruturação social diversa.

Entre os recursos buscados na solução desta tarefa, destaca-se as importantes contribuições dos trabalhos de Bertrand Badie e Guy Hermet para a problematização do estudo das chamadas sociedades "não-ocidentais", isto é, sociedades cujas dinâmicas de formação são pautadas pela *importação* de bens simbólicos (por exemplo, modelos políticos, uma estrutura militar e escolar, ideologias como a "meritocracia" e "títulos"

como os do *cadetismo* português) com origem em outros contextos sociais e culturais. Assim, ainda que gerais e de difícil formalização conceitual, como se fez remarcar, tais contribuições mostram-se de grande fecundidade ao revelarem uma série de novas dimensões analíticas a serem devidamente exploradas. Outro eixo privilegiado neste trabalho - em contraposição mais direta aos estudos sobre militares e disponíveis na literatura brasileira -, é constituído pelo emprego de um conjunto de conceitos e noções, desenvolvidos sobretudo pela vertente anglo-saxônica de estudos antropológicos debruçados sobre sociedades complexas, na análise de relações sociais baseadas na *reciprocidade* pessoal. Apresentando uma capacidade bastante grande de elucidação, e com alto grau de precisão, de situações empíricas muito diversas, forneceu subsídios indispensáveis ao exame dos mecanismos estruturantes das relações regulando a instituição do Exército, e em especial ao desvelar a multiplicidade de intersecções entre a esfera militar e outras esferas sociais. Como procurou-se mostrar ao longo do trabalho, a tentativa de aplicação de uma abordagem pautada por tais pressupostos teve por contrapartida uma série de procedimentos metodológicos cujos limites foram muitas vezes encontrados na difícil disponibilidade de fontes de boa qualidade. Devido em certa medida ao próprio estado de conservação de parte do material e de suas lacunas originais, mas também em alguma extensão às dificuldades de localização, elaboração e tratamento necessários, não restam dúvidas de que outras fontes, talvez ainda a serem descobertas, possam iluminar com maior precisão as questões ainda carentes de melhor compreensão dentro do universo aqui tratado.

A fim de dar conta da problemática envolvida, isto é, da compreensão dos mecanismos sociais e culturais determinantes na formação das elites estudadas dentro de um determinado período histórico, o ponto de partida tomado foi o exame dos aspectos centrais na evolução sofrida pela estrutura organizativa e pelo sistema escolar do Exército brasileiro a partir do início do século XIX. Com base no estudo dos regulamentos de

carreira e daqueles regendo o sistema escolar militar, assim como dos respectivos currículos aplicados às escolas, mostrou-se de que forma modelos de organização militar e especialmente de ensino nas escolas preparatórias à carreira militar foram gradativamente importados de países europeus considerados modernos (sobretudo da França) e sobrepostos à estrutura herdada do Exército português. Dentro desse processo de importação de bens simbólicos - do qual é comumente apontado o ano de 1850 como momento principal marcando uma ruptura com o padrão até então vigente de baixa profissionalização da carreira de oficial -, destaca-se a adoção de critérios formais de ascensão hierárquica, explicitados em leis e regulamentos, os quais passam a estar atrelados à obtenção obrigatória de uma formação escolar nos cursos preparatórios ao oficialato. A sobreposição de esquemas técnico-organizacionais e de um sistema de ensino trazidos da Europa à estrutura até então fracamente institucionalizada do Exército, muito dependente da prestação de serviços privados e subordinada a uma lógica patrimonialista de distribuição dos cargos de comando pelo imperador, teve como efeito a constituição de uma organização militar *adaptada*, na qual conviviam uma estrutura formal regulamentada por regras escritas e também objetivada em estabelecimentos de ensino - muito próxima das encontradas nos exércitos modernos -, e mecanismos de regulação da carreira pautados por lógicas "extra-militares", tais como a detenção de outros recursos (um capital simbólico associado às atividades militares, uma extensa rede de relações pessoais, proximidade às esferas burocrática e política etc) passíveis de reconversão no interior da instituição. Ou seja, a adoção formal do princípio do *mérito* - também parte de uma ideologia importada -, como critério universal e impessoal de ingresso e ascensão no oficialato, relacionado à aquisição de uma competência técnica fornecida pela escola, não representou na prática o estabelecimento de um padrão de recrutamento que excluísse outros princípios de hierarquização social transponíveis para a hierarquia militar.

Se ao longo do Império o *cadetismo* rearranjado dentro do contexto brasileiro funcionou como uma das formas de privilegiar o acesso de agentes dispondo dos recursos acima mencionados (descendentes da "nobreza", filhos de oficiais militares, proprietários, profissionais liberais e funcionários públicos), a extinção daquele título no início da República, de par com outras medidas fundadas na crença de uma *ideologia meritocrática* também ela originada em outro contexto, não foi suficiente para eliminar as barreiras colocadas já de início à progressão de agentes desprovidos de tais trunfos. Deste modo, e ao contrário do que propõe a bibliografia afim, sem querer negar o peso das modificações regulamentares adotadas pelo Exército a partir de 1850 - que objetivamente tiveram como um de seus principais efeitos legitimar, por meio da obtenção de um título escolar, uma posição social já ocupada anteriormente pelos agentes com base em outros trunfos sociais situados fora da racionalidade escolar, além de instrumentalizá-los com um título oficialmente garantido, porém não independente das propriedades de seus detentores -, trata-se de uma situação na qual não se pode falar de uma *ruptura* no sistema de seleção e formação da elite em pauta.

O exame das origens sociais dos generais gaúchos para o período estudado revela a manutenção de um recrutamento realizado em meio a famílias de militares, permanecendo o predomínio de filhos de oficiais superiores, embora registre um aumento significativo na parcela de filhos de oficiais subalternos ao lado do crescimento na representação de filhos de proprietários, funcionários públicos e profissionais liberais a partir do período republicano. Seguiu-se portanto a tendência verificada em nível nacional de recrutamento endógeno - eliminando-se em grande parte os efeitos das nomeações arbitrárias e das vantagens aristocráticas proporcionadas em especial durante a primeira metade do século -, porém em intensidade reduzida, posto que os filhos de oficiais superiores (muitos deles oficiais-generais) continuavam a representar praticamente a metade Entre o total de generais.

Como visto, o estudo mais aprofundado de suas origens sociais demonstrou que grande número de generais gaúchos tendo ascendido ao generalato entre 1850 e 1930, além de ser filhos de oficiais também pertencia a "famílias" com "tradição militar", muitas delas reunindo antepassados ligados a atividades desse caráter em ambos os ramos familiares. Remontando em geral ao período de ocupação e defesa do território na região do extremo sul, as relações entre essas "famílias" e o Exército deram-se a partir do favorecimento de oficiais no processo de distribuição das terras a serem povoadas e assim conquistadas pela Coroa portuguesa, permitindo o acúmulo de vastas extensões fundiárias próprias à criação de gado. Detentores de um capital econômico valorizado, esses grupos familiares, que simultaneamente às atividades agropecuárias também possuíam membros ocupando altas posições no Exército e na Guarda Nacional, souberam reproduzir-se no interior da instituição militar ao transmitir, ao longo de gerações e por meio de diversas estratégias (especialmente matrimoniais), tanto uma série de disposições sociais e culturais a entrar na carreira e a ocupar altos postos, quanto um conjunto de relações sociais mobilizáveis (internas e externas à esfera militar) e válidas como recurso para a ascensão na carreira, do qual é indissociável um capital de prestígio e notoriedade (um "nome de tradição", índice de pertencimento a uma dada "estirpe", logo, atestador de "qualidades") conhecido e reconhecido socialmente.

Seguindo a condição de não estruturação de uma esfera militar autônoma, regida por regras explícitas próprias e relativamente independente de outras lógicas sociais, a utilização de recursos externos àquela esfera no contexto estudado mostra-se como estruturante nas composições de carreira dos agentes focados. De acordo com a análise empreendida de suas trajetórias sociais e profissionais, observa-se que a capacidade desses agentes em mobilizar e empregar trunfos sociais tais como a detenção de um volume relativo de capital social possibilitando ligações com agentes próximos às esferas do poder político e militar, e de um capital simbólico personificado, bem como o

envolvimento direto e a tomada de posição frente ao "universo da política", teve peso decisivo no sucesso social e "profissional" que lograram alcançar ao chegarem à condição de elite do Exército. Esses aspectos podem ser visualizados, em primeiro lugar, na grande proximidade daqueles oficiais, logo no início de suas carreiras (em geral beneficiadas por uma "boa entrada"), às instâncias decisórias e de comando, o que significava em geral a ocupação de cargos burocráticos permitindo o contato direto ou indireto com oficiais de altas patentes. Em consequência, o estabelecimento de ligações no interior das altas esferas implicava o acúmulo de prestígio militar e a possibilidade de utilização futura dessas relações ao longo da carreira. Assim, como boa parte dos oficiais em questão, além de ter iniciado seus percursos escolares/profissionais ainda bastante jovens, uma vez que era facilitado o ingresso aos filhos de militares, ocupou posições com acesso às esferas mais altas de comando (inclusive muito deles servindo junto aos seus pais generais), foram-lhes multiplicadas as chances de progressão hierárquica.

O caráter eminentemente pessoal das relações pautando os mecanismos de carreira proporcionava espaço à utilização de uma série de estratégias - baseadas no estabelecimento e manutenção de relações de troca recíproca tais como o *clientelismo político*, a *patronagem*, o *compadrio*, o *parentesco* e a *amizade instrumental* -, destinadas ao acúmulo de um capital simbólico fundado na *pessoa* e de extrema importância ao "sucesso profissional" visado. Posto que esses mecanismos atuavam em todos os níveis da carreira militar, as variações nas posições hierárquicas em que se encontravam os agentes determinavam tanto as possibilidades de disposição de determinados bens quanto a natureza desses, havendo entre elas uma correspondência direta. Ou seja, se quando ocupando os primeiros postos aqueles oficiais tendiam a se beneficiar de ligações diretas ou indiretas com oficiais melhor posicionados, através de indicações para cargos de confiança, secretariados, comissões especiais ou favorecimento nas promoções, à medida que avançavam na hierarquia e dispunham de maiores recursos passavam também a

intermediar trocas entre outros agentes, oficiais militares e civis, de onde extraíam principalmente notoriedade e prestígio expressos por meio da lealdade pessoal e do comprometimento de seus favorecidos.

No entanto, como tentou-se mostrar, essas relações de reciprocidade extrapolavam a órbita militar - portanto não se restringindo a oficiais do Exército -, envolvendo amplamente agentes inseridos em outras esferas sociais, mas muito em especial agentes detentores de um capital político com os quais eram intercambiados bens variados seguindo-se a mesma lógica anterior, pondo em evidência a alta imbricação das esferas política e militar. Dada a pouca autonomia da esfera militar frente à "política" e todos os seus determinantes, as ligações entre a oficialidade e políticos de destaque em diversos níveis tinham peso central na condução das carreiras em ambos os lados, uma vez que o apoio dos principais setores do Exército, sobretudo a partir do final do Império e o surgimento do *republicanismo* e de suas implicações, era indispensável aos ideais de conquista e manutenção do poder político, ao mesmo tempo que os recursos próprios à esfera política não podiam ser prescindidos por aqueles oficiais predispostos a alcançar as mais altas patentes. Deste modo, não somente o estabelecimento e entretenimento de vínculos pessoais com políticos possuidores de redes clientelísticas que se expandiam no interior da instituição militar, mas igualmente a adesão a determinados valores político-ideológicos, seja por uma participação direta ou não na "política", representavam trunfos cuja habilidade em sua mobilização, manutenção e gerenciamento adquiriam um valor determinante na realização de trajetórias militares bem-sucedidas.

Por último, considerando a dependência de estudos como o aqui apresentado em relação à disponibilidade de acesso a boas fontes de pesquisa, parece permanecer ainda em aberto uma série de possibilidades analíticas - com a inclusão de novas dimensões de análise e o aprofundamento de outras já desenvolvidas - a partir da descoberta de outros materiais até então desconhecidos. Em especial a localização de acervos e coleções de

caráter privado e familiar, mas também de documentações públicas de consulta restrita e pouco divulgada, pode sem dúvida vir a proporcionar avanços significativos na elucidação do objeto estudado.

Bibliografia:

I. Obras de referência conceitual:

ANJOS, José Carlos Gomes dos. *Intelectuais, Literatura e Poder em Cabo Verde: lutas de definição da identidade nacional*. Porto Alegre: UFRGS, 1998 (Tese de Doutorado em Antropologia Social - IFCH).

BADIE, Bertrand. *L'État importé: essai sur l'occidentalisation de l'ordre politique*. Paris: Fayard, 1992.

BADIE, B. & HERMET. *Política Comparada*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

BODIGUEL, Jean-Luc. Histoire sociale et science politique; Les élites contemporaines. In: CHARLE, C. (dir.). *Histoire Sociale, Histoire Globale?* Actes du Colloque des 27-28 janvier 1989. Paris, Ed. de la Maison des Sciences de L'homme, 1993, p. 161-170.

BOURDIEU, Pierre & BOLTANSKI, Luc. Le titre et le poste: rapports entre le système de production et le système de reproduction. In: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, (2), mars, 1975, p. 95-107.

BOURDIEU, Pierre & SAINT-MARTIN, Monique de. Agrégation et ségrégation: le champ des grandes écoles et le champ du pouvoir. In: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, (69), sept., 1987, p. 3-51.

BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

- BOURDIEU, Pierre. *Homo Academicus*. Paris: Minuit, 1984.
- BOURDIEU, Pierre. *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Minuit, 1979a.
- BOURDIEU, Pierre. *La Noblesse d'État: Grandes Écoles et Esprit de Corps*. Paris: Minuit, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. Le capital social. In: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, (31), jan., 1980a, p. 2-3.
- BOURDIEU, Pierre. L'illusion biographique. In: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, (62-63), juin, 1986, p. 69-72.
- BOURDIEU, Pierre. *Le sens pratique*. Paris: Minuit, 1980b.
- BOURDIEU, Pierre. Les trois états du capital culturel. In: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, (30), nov., 1979b, p. 3-6.
- BOURDIEU, Pierre. Stratégies de reproduction et modes de domination. In: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, (105), déc., 1994, p. 3-12.
- CAILLETEAU, F. & BONNARDOT, G. Le recrutement des généraux en France, en Grande-Bretagne et en Allemagne. In: SULEIMAN, E. & MENDRAS, H. (dirs.). *Le Recrutement des Élités en Europe*. Paris: La Découverte, 1995, p. 158-180.
- CHARLE, Christophe. *Les Élités de la République (1880-1900)*. Paris: Fayard, 1987.
- CHAUSSINAND-NOGARET, Guy et al. *Histoire des élites en France du XVe au XXe siècle: l'honneur, le mérite, l'argent*. Paris: Tallandier, 1991.
- CHEVALIER, Yves. La biographie et son usage en sociologie. In: *Revue Française de Science Politique*, 79 (1), f'év., 1979.

- CORADINI, Odaci L. "Grandes Famílias" e Elite "Profissional" na Medicina no Brasil. In: *Cadernos de Ciência Política*, Porto Alegre, (2), UFRGS, 1995.
- CORADINI, Odaci L. *A Formação da Elite Médica no Brasil e seu Recrutamento: confronto com o caso francês*. In: *Cadernos de Ciência Política*, Porto Alegre, (11), UFRGS, 1998.
- DESROSIÈRES, Alain. Marché matrimonial et structure des classes sociales. In: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, (20-1), 1978, p. 97-107.
- DURANDIN, Catherine. Entre tradition et aventure. In: CHAUSSINAND-NOGARET, Guy et al. *Histoire des élites en France du XVIe au XXe siècle: l'honneur, le mérite, l'argent*. Paris: Tallandier, 1991.
- ELIAS, Norbert. *La civilisation des moeurs*. Paris: Calmann-Lévy, 1996a.
- ELIAS, Norbert. *La sociedad cortesana*. México: Fondo de Cultura Económica, 1996b.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993, vol. 2.
- GARCIA Jr., Afrânio. Les intellectuels et la conscience national au Brésil. In: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, (98), juin, 1993, p. 20-33.
- GARCIA Jr., Afrânio. O Brasil como representação: leitura crítica de "O Que se Deve Ler para Conhecer o Brasil" de Nelson Werneck Sodré. In: *Comunicação*, (6), s/d., p. 1-39.
- GARCIA Jr., Afrânio. Reconversion des élites agraires: du pouvoir local au pouvoir national. In: *Études Rurales*, juillet-décembre 1993, (131-132), p. 89-105.
- GRÈZES-RUEFF, François. *La culture des députés français (1910-1958): essai de typologie*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 1994.

- GRYNSZPAN, Mário. Os idiomas da patronagem. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 14 (5), out., 1990, p. 73-90.
- HALL, Anthony. Patron-client relations: concepts and terms. In: SCHMIDT, S. W. et al. (eds.). *Friends, followers and factions; a reader in political clientelism*. Berkeley: University of California Press, 1977, p. 510-512.
- LACROIX, B. Ordre politique et ordre social; objectivisme, objectivation et analyse politique. In: GRAWITZ, M. & LECA, Jean (dir.). *Traité de Science Politique*; vol. 1. La science politique, science sociale; L'ordre politique. Paris: PUF, 1985, p. 469-565.
- LANDÉ, Carl H. Group politics and dyadic politics: notes for a theory. In: SCHMIDT, S. W. et al. (eds.). *Friends, Followers and Factions; a reader in political clientelism*. Berkeley: University of California Press, 1977, p. 506-510.
- LANDÉ, Carl H. Introduction: the dyadic basis of clientelism. In: SCHMIDT, S. W. et al. (eds.). *Friends, Followers and Factions; a reader in political clientelism*. Berkeley: University of California Press, 1977, p. XIII-XXXVIII.
- MAYER, Adrian C. La importancia de los cuasi-grupos en las sociedades complejas. BANTON, Michael. *Antropología de las sociedades complejas*. Madrid: Alianza Universidad, 1980, p. 108-133.
- MÉDARD, Jean-François. Le rapport de clientèle. In: *Revue Française de Science Politique*, vol. 26 (1), fév., 1976.
- MERLLIÉ, Dominique. A construção estatística. In: MERLLIÉ et al. *Iniciação à prática sociológica*. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 107-170.

- MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.
- PÉCAUT, Daniel. *Os Intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- PINTO, Louis. Experiência vivida e exigência científica de objetividade. In: MERLLIÉ D. et al. *Iniciação à prática sociológica*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- SAINT-MARTIN, Monique de. A nobreza em França: a tradição como crença. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 20 (7), out., 1992, p. 148-161.
- SAINT-MARTIN, Monique de. " Une grande famille". In: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, (31), jan., 1980, p. 4-21.
- SCOTT, J. Les élites dans la sociologie anglo-saxonne. In: SULEIMAN, E. & MENDRAS, H. (dirs.). *Le Recrutement des élites en Europe*. Paris: La Découverte, 1995, p. 9-17.
- WEBER, Max. *Economia y Sociedad: esbozo de sociología comprensiva*. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.
- WEINGROD, Alex. Patronazgo y poder. In: Gellner, Ernesto & Waterbury, J. (eds.). *Patronos y clientes en las sociedades mediterráneas*. Madrid: Jucar, 1986, p. 63-77.
- WOLF, Eric R. Relaciones de parentesco, de amistad y de patronazgo en las sociedades complejas. In: Banton, Michael (org.). *Antropología de las sociedades complejas*. Madrid: Alianza Universidad, 1980, p. 19-39.

II. Obras e documentos utilizados como fonte de informação:

ALMEIDA, Antônio da Rocha. *Vultos da Pátria*. Porto Alegre: Globo, 4 vol., 1961-1966.

ALVES, Joaquim Victorino Portela Ferreira. *Mallet - o patrono da artilharia*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1979.

BANHA, Paulo da Motta (coord.). *História do Estado-Maior do Exército*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1984.

BARETTA, Silvio R. Duncan. *Political violence and social change: a study of the 1893 Civil War in Southern Brazil*. University of Pittsburgh, 1985 (Tese de Ph.D. - Faculty of Arts and Sciences).

BARROSO, Gustavo. A Mais Notável Estirpe Militar do Brasil - uma família de soldados - os Menna Barreto de 1849 a 1949 - mais de um século de glória. In: Revista *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, ano XXII, n. 34, p. 30-34, 10.06.1950.

BELOCH, Israel & ABREU, Alzira Alves de (Coord.) *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (1930-1983)*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária: FGV/CPDOC, 4 V., 1984.

BENTO, Cláudio Moreira. *Estrangeiros e descendentes na história militar do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: A Nação, 1976.

BENTO, Cláudio Moreira. *História da 3ª Região Militar (1807-1953)*. Porto Alegre, 1994 e 1995, 2 vol.

BENTO Cláudio Moreira. *Comando Militar do Sul (Quatro Décadas de História): 1953-1995 e antecedentes*. Porto Alegre, 1995.

- CARVALHO, J. M. de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, Relume-Dumará, 2ª ed. revisada, 1996.
- CARVALHO, J. M. de. As Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira - O Brasil Republicano*; vol. 9. São Paulo: Difel, 1977, p. 181-234.
- CARVALHO, Mário Teixeira de. *Nobiliário sul-riograndense*. Porto Alegre: Globo, 1937.
- CARVALHO, Setembrino de. *Memórias - dados para a história do Brasil*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1950.
- CASTRO, Celso. *O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- CASTRO, Celso. *Os Militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.
- CAVALCANTI, João Alcides Bezerra (org.). *Processo dos farrapos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1934.
- CIDADE, Francisco de Paula. *Cadetes e alunos militares através dos tempos*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1961.
- COELHO, Edmundo Campos. A instituição militar no Brasil: um estudo bibliográfico. In: *Boletim Informativo e Bibliográfico*, n. 19, 1º sem. 1985, p. 335-359.
- CUNHA, Rui Vieira da. *Estudo da Nobreza Brasileira - Cadetes*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1966.

- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1997.
- FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- FERREIRA, Athos Damasceno. *Imprensa literária de Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1975.
- FIGUEIREDO, Osório Santana. *São Gabriel desde o princípio*. Santa Maria: Pallotti, 1980.
- FORTES, Amyr Borges & WAGNER, João B. S. *História administrativa, judiciária e eclesiástica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1963.
- FORTES, João Borges. Antônio dias de Oliveira. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, ano XXII, n.º 87, 1942.
- FORTES, João Borges. *O Brigadeiro José da Silva Paes e a fundação do Rio Grande*. Porto Alegre: Typographia do Centro, 1980.
- FORTES, João Borges. José Bernardino Bormann. In: *Echo Revista Ilustrada para a mocidade estudiosa*, Porto Alegre, Selbach, ano VI, 1919.
- FORTES, João Borges. *Troncos seculares - o povoamento do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro, s.n., 1931.
- GRIJÓ, Luiz Alberto. "Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada 'Geração de 1907'". Porto Alegre: UFRGS, 1998 (Dissertação de Mestrado em Ciência Política - IFCH).
- KLINGER, Bertoldo. *Narrativas autobiográficas*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 7 vol., 1944, 1946, 1948, 1949, 1950, 1951, 1953.

- KLINGER, Bertoldo et al. *Nós e a ditadura - a jornada revolucionária de 1932*. S./e., 1933.
- KLINGER, Bertoldo. *Sê! & se...* Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, 1962.
- LAGO, Laurênio. *Generais da República (15 de Novembro de 1889 a 31 de Dezembro de 1943)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.
- LAGO, Laurênio. *Os Generais do Exército Brasileiro de 1860 a 1889*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.
- LEIRNER, Piero de Camargo. *Meia-volta, volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1995.
- LOPES, José Antônio de Vargas Dias. *Isidoro - a um século de seu nascimento*. Porto Alegre: Globo, 1965.
- LOPES, Teodorico & TORRES, Gentil. *Ministros da Guerra do Brasil (1808-1946)*. Rio de Janeiro, s/e., 1947.
- MAGALHÃES, João Batista. *A evolução militar do Brasil - anotações para a história*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1958.
- MALAN, Alfredo Souto. *Missão Militar Francesa de Instrução junto ao Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1988.
- McCANN, Frank D. The Formative Period of Twentieth-Century Brazilian Army Thought. In: *The Hispanic American Historical Review*, vol. 64 (4), nov., 1984, p. 737-765.
- MEDEIROS, Laudelino T. *Escola Militar de Porto Alegre (1853/1911): significado cultural*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992.

- MENNA BARRETO, João de Deus Noronha. *Os Menna Barreto - Seis Gerações de Soldados*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1950.
- MENNA BARRETO, João de Deus Noronha. *Ainda Os Menna Barreto (1919-1969)*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1970.
- MOREIRA, Antônio Ilha. *Proclamação e fundação da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.
- MOTTA, Jehovah. *Formação do oficial do Exército*. Rio de Janeiro: Cia. Brasileira de Artes Gráficas, 1976.
- NORONHA, Abílio. *Narrando a verdade: contribuição para a história da revolta em São Paulo*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1924.
- OSÓRIO, Fernando Luís. *História do general Osório*. Rio de Janeiro: Leuzinger & Filhos, 2 vol., 1894.
- PICCOLO, Helga I. Landgraf. *A Política Rio-grandense no II Império (1868-1882)*. Porto Alegre: UFRGS, 1974.
- PORTO ALEGRE, Aquiles. *Através do passado*. Porto Alegre: Globo, 1920.
- PORTO ALEGRE, Aquiles. *Homens do passado*. Porto Alegre: Globo, 1922.
- PORTO ALEGRE, Aquiles. *Homens Ilustres do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Typographia do Centro, 1916.
- PORTO ALEGRE, Aquiles. *Vultos e fatos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1919.

- RODRIGUES, Alfredo Ferreira. *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul para o ano de 1911*. Porto Alegre, ano XXIII.
- ROTERMUND, Harry. *História de Bagé do século passado*. Bagé: Academia Bageense de Letras, 1981.
- SANMARTIN, Olyntho. *Bento Manoel Ribeiro: ensaio histórico*. Porto Alegre: Typographia do Centro, 1935.
- SANTOS, Carlos Lopes. O barranco da Protásio Alves. In: *Rotary Club de Porto Alegre - Leste*. Porto Alegre, mimeo., n. 331, março/abril, 1984.
- SCHULZ, John. O Exército e o Império. In: Hollanda, S. B.; CAMPOS, P. M. (org.). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico*, Tomo IV, Vol. II. São Paulo: Difel, 1971, p. 235-258.
- SCHULZ, John. *O Exército na Política: origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo: Edusp, 1994.
- SILVA, Alfredo Pretextato Maciel da. *Os Generais do Exército Brasileiro de 1822 a 1889*. Rio de Janeiro: Cia. Editora Americana, 2 vol., 1940.
- SODRÉ, Nelson W. *A História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3ª ed., 1979.
- SODRÉ, Nelson, W. *Narrativas de um soldado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- TIMM, OCTÁVIO B. & GONZÁLEZ, Eugênio. *Álbum Ilustrado do Partido Republicano*. Porto Alegre: Selbach, 1934.

Anexos

Quadro I - Patentes militares utilizadas no Brasil desde 1500

PATENTE	INÍCIO-FIM (BRASIL)
Soldado	?
Cabo	1500
Sargento	1500
Subtenente	República
Segundo-tenente	República
Cadete	1757
Tenente	1500
Capitão (oficialato subalterno)	1500
Major (sargento-mor) (oficialato superior)	1500
Tenente-coronel	Império
Coronel (mestre-de-campo)	1500
Brigadeiro	1500-1889
General	1870
Marechal	1500-1967
General-de-brigada	1890
General-de-divisão	1890
General-de-exército	1890

Fonte: Revista *Verde Oliva*, 1994.

Esquema genealógico geral simplificado da "família" Menna Barreto (com base em Menna Barreto, 1950)

Casal "pré-fundador":

Cel. de Dragões Francisco Barreto Perreira Pinto - filho do Capitão-Mor português Manuel dos Santos Barreto e de Madalena Maria Pereira Pinto. Casou com Francisca Veloso da Fontoura, natural de Minas Gerais, filha do casal de portugueses João Carneiro da Fontoura e Isabel da Silva. Tiveram 12 filhos, dos quais 2 homens: **Ten.-Cel. Francisco Barreto Pereira Pinto Filho**, que casou com Eulália Joaquina de Oliveira Pereira Roriz, filha do **Ten. Manuel Pereira Roriz** e de Brígida Antônia de Oliveira; **João de Deus Barreto Pereira Pinto** - o "**fundador**" da "**família**" **Menna Barreto**; e mais nove filhas que casaram quase todas com oficiais militares;

Casal "fundador":

João de Deus Barreto Pereira Pinto - casou com **Rita Bernarda Cortes de Figueiredo Menna**, natural do Rio de Janeiro, filha do **Tenente português José Maria de Figueiredo Menna** e de Ana Clemente de Oliveira.

Filhos do casal "fundador":

1- **Mal. Gaspar Francisco Menna Barreto** (Rio Pardo, 1790-1856) - casou em 1^{as} núpcias com **Amábíla Amália da Fonseca de Souza**, com quem teve 8 filhos; e em 2^{as} núpcias com **Balbina Carneiro da Fontoura**, com quem teve 7 filhos;

2- **Cel. José Luiz Menna Barreto** (Rio Pardo, 1798-1825) - casou com **Ana Emília de Sampaio** (filha do **Mal. Antônio Manuel da Silveira Sampaio**), com quem teve 3 filhos; vindo a falecer em combate em 1825, sua esposa **casou-se novamente com o Cel. Vitorino José Ribeiro** e foi mãe do **Mal. Frederico Solon de Sampaio Ribeiro** e de mais 3 filhos;

3-5- **Sebastião, Luiz José e Propício Menna Barreto**, sem descendência;

6- **Mal. João Propício Menna Barreto**, *Barão de São Gabriel* (Rio Pardo, 1808-1867) - casou com **Francisca Palmeiro Pinto da Fontoura** (filha de **Sebastião Pinto da Fontoura**), com quem teve 8 filhos;

7- **Francisco de Paula Menna Barreto** - casamento não informado, 2 filhos;

8- **Mafalda Sinforosa Menna Barreto** - casou com o **Cap. Manuel Pedrosa de Albuquerque**, com quem teve uma filha;

9- **Maria Pulcra de Figueiredo Menna Barreto** - casou com o **Cap. José de Paula Prestes da Fontoura**, com quem teve uma filha;

10-13- **Antônio, Rita, João e João Menna Barreto**, sem descendência;

14- **Francisco de Paula Menna Barreto** - casamento não informado, 2 filhos;

15- **Alferes João Batista Menna Barreto** - casou com Claudina Arminda Irien de Amorado, com quem teve 3 filhos;

16- **Maria Sinforosa Menna Barreto** - casou com Antônio da Silva Neves Pitanga, com quem teve 4 filhos;

17- **Capitão Luís Francisco Menna Barreto** - sem informação;

18- **General João Manuel Menna Barreto** (Porto Alegre, 1827-1869) - casou, em São Gabriel, com **Maria Balbina Palmeiro da Fontoura, irmã de Francisca Palmeiro da Fontoura (Baronesa de São Gabriel), esposa do Mal. João Propício Menna Barreto**, com quem teve 4 filhos.

! - 2ª "geração": Seis filhos foram militares - 2 Mal., 1 Gen., 1 Cel., 1 Cap., 1 Alferes; duas filhas casaram com militares, ambos capitães.

Netos do casal "fundador"¹¹²:

Gen. João Francisco Menna Barreto (Montevidéu, 1825-1896) - filho do Mal. Gaspar Francisco. Casou com Marfiza de Araújo Carvalho, com quem teve 11 filhos;

Francisca de Paula Menna Barreto - filha do Mal. Gaspar Francisco, **casou com o Mal. João do Rego Barros Falcão**, com quem teve 17 filhos;

Ten. Gaspar Francisco Menna Barreto - filho do Mal. Gaspar Francisco, **casou com Amélia Guilhermina de Sampaio Ribeiro** (enteada do **Cel. José Luiz Menna Barreto**), sem sucessão;

Alferes Francisco Herculano Menna Barreto - filho do Mal Gaspar Francisco, sem informação;

Alferes Firmino Herculano Menna Barreto - filho do Mal. Gaspar Francisco, casou com Maria Luiza de Oliveira Moraes, com quem teve 14 filhos;

Major João Carneiro da Fontoura Menna Barreto - filho do Mal. Gaspar Francisco com sua 2ª esposa Balbina Carneiro da Fontoura, casou em **1ªs núpcias com Eulália Pereira da Cunha**, sem sucessão; **em 2ªs núpcias com Inez A. Pereira da Cunha**, ambas filhas do **Major João Nolasco Pereira da Cunha e de Maria José Carneiro da Fontoura** (prima-irmã de Balbina Carneiro da Fontoura, 2ª esposa do Mal. Gaspar Francisco - pai do Maj. João Carneiro - que por sua vez era prima do marido, porque sua avó Francisca Veloso Carneiro da Fontoura era irmã do avô de Balbina, João Carneiro da Fontoura Filho); tiveram 2 filhos;

Marechal Antônio da Fontoura Menna Barreto - filho do Mal. Gaspar Francisco, casou com **Raquel Ribeiro de Almeida (neta do Mal. Bento Manoel Ribeiro)**, sem sucessão;

Rita de Cássia Menna Barreto - filha do Mal. Gaspar Francisco, **casou com o Mal. José Luiz Menna Barreto** (filho do Cel. José Luiz Menna Barreto¹¹³, irmão do Mal. Gaspar Francisco); **eram primos em 1º grau**; tiveram 3 filhos;

¹¹²São expostos somente aqueles de maior interesse ao estudo.

Marechal José Luiz Menna Barreto - filho do Cel. José Luiz Menna Barreto; casou em 1^{as} núpcias com Maria Francisca Menna Barreto, com quem teve uma filha; ver acima 2^o casamento;

Maria Camila de Sampaio Menna Barreto - filha do Cel. José Luiz Menna Barreto, **casou com o Ten.-Cel. Pedro Álvares Cabral da Cunha Godolphim**, com quem teve 9 filhos;

Cel. João Sabino de Sampaio Menna Barreto - filho do Cel. José Luiz Menna Barreto, casou com Carlota Guilhermina de Magalhães, sem sucessão;

Major Antônio Vítor de Sampaio Menna Barreto¹¹⁴ - filho do Cel. José Luiz Menna Barreto, casou com Maria Januária Ribeiro Fagundes, com quem teve 12 filhos;

Maria da Glória Menna Barreto - filha do Mal. João Propício Menna Barreto (*Barão de São Gabriel*) e de Francisca Palmeiro Pinto da Fontoura (filha de Sebastião Pinto da Fontoura), **casou com o Dr. Propício Barreto Pinto (filho do Cel Tristão José Pinto)**, com quem teve 9 filhos;

Corina Menna Barreto - filha do Mal. João Propício Menna Barreto, casou em 1^{as} núpcias com o **Cap. Nicolau Inácio Carneiro da Fontoura**, com quem teve 3 filhos; casou em 2^{as} núpcias com o **Dr. Deocleciano Patrício de Azambuja**, com quem teve 2 filhos;

Francisco Menna Barreto - filho do Mal. João Propício Menna Barreto, casou em 1^{as} núpcias com Raquel Menna Barreto (filha do Mal. José Luiz Menna Barreto - sobrinho do Mal. João Propício - e de Rita de Cássia), com quem teve 9 filhos; casou em 2^{as} núpcias com Antônia Evangelho, com quem teve 3 filhos;

Cecília Menna Barreto - filha do Mal. João Propício Menna Barreto, casou em 1^{as} núpcias com **Joaquim Luiz Cardoso de Sales (filho do Barão de Irapuá)**, com quem teve 5 filhos; casou em 2^{as} núpcias com Francisco Hertzog, sem sucessão;

João Batista Menna Barreto - filho legitimado, **casou Maria Leopoldina Palmeiro da Fontoura (irmã da Baronesa de São Gabriel)**, com quem teve 3 filhos;

Carolina Menna Barreto de Albuquerque - filha de Mafalda S. Menna Barreto e do **Cap. Manuel Pedrosa de Albuquerque**, **casou com o Gen. João Feliciano da Costa Ferreira**, com quem teve 2 filhos (vindo um deles a **casar com o Gen. Jacinto Machado Bittencourt**);

Propícia Menna Barreto - filha de Maria P. Menna Barreto e do **Cap. José de Paula Prestes da Fontoura**, casou em 1^{as} com o **Ten.-Cel. Antônio Prudente da Fonseca**, com que teve 2 filhos; casou em 2^{as} núpcias com o **Desembargador José Maria de Sales Gameiro de Mendonça Peçanha**, com quem teve 9 filhos;

¹¹³Era casado com Ana Emília de Sampaio, filha do Mal. Antônio Manuel de Sampaio, que depois de viúva casou-se com o Cel. Vitorino José Ribeiro e foi mãe do Mal. Solon.

¹¹⁴Teve honras de Brigadeiro como Comandante Superior da Guarda Nacional.

Maria Carlota Menna Barreto - filha ilegítima de Francisco de Paula Barreto, casou com o **Cel. José Bonifácio de Camargo (irmão do ex-Senador Antônio Eleutério de Camargo)**, com quem teve 3 filhos;

General João Manuel Menna Barreto Filho - filho do Gen. João Manuel Menna Barreto, casou com Jacinta Maciel, com quem teve 5 filhos;

General João Carlos Menna Barreto (1858-1930) - filho do Gen. João Manuel e de M^a. Balbina Palmeiro de Fontoura, casou com sua sobrinha **Maria Amália Menna Barreto Borges Fortes**, com quem teve 6 filhos;

Adelaide Menna Barreto - filha do Gen. João Manuel Menna Barreto, casou com **Gabriel Borges Fortes**, com quem teve 4 filhos;

Maria Balbina Menna Barreto - filha do Gen. João Manuel, casou com o **Cel. Trajano Menezes de Cardoso**, com quem teve 4 filhos;

Alice Menna Barreto - filha do Gen. João Manuel, casou com o **Desembargador Tito Prates da Silva (primo do Conde de Prates e do Dr. Júlio Prates de Castilhos)**, com quem teve 10 filhos;

! - 3^a "geração": vinte netos foram militares - 4 Mal., 2 Gen., 1 Brig., 4 Cel., 2 Maj., 2 Cap., 4 Alferes; **8 netas casaram com militares** (2 Mal., 1 Gen., 2 Ten.-Cel., 2 Cel., 1 Cap.), 2 tendo 2^{as} núpcias, uma com um "**Doutor**", e outra com um **Desembargador**); 2 com um "**Doutor**" (1 era filho de Cel.), 1 com um **Desembargador** e 1 com um **filho de Barão** (de Irapuá).

Bisnetos do casal "fundador"¹¹⁵:

Adolpho Menna Barreto - filho do Gen. João Francisco, casou com Anita Chagas Ribeiro (**filha do Gen. Hipólito Antônio Ribeiro e neta do Barão de Candiota**), com quem teve 8 filhos;

Dr. Gaspar Francisco Menna Barreto de Barros Falcão - filho de Francisca de P. Menna Barreto e do **Mal. João do Rego Barros Falcão**, casou com Amélia dos Santos Diniz, com quem teve 4 filhos;

Dr. Alfredo Menna Barreto de Barros Falcão - idem, casou com Gertrudes Menna Barreto da Mota (**sua prima -irmã, filha de Amália Menna Barreto e do Dr. José Pereira da Costa Mota**), com quem teve 2 filhos;

Amália Menna Barreto - filha do Alferes Firmino Herculano Menna Barreto, casou com o **Cel. Jaime Muniz Barreto**, com quem teve 7 filhos;

Gen. Pedro Augusto Menna Barreto - filho do Maj. João Carneiro da Fontoura Menna Barreto (e neto do Maj. João Nolasco Pereira da Cunha), casou com **Dorotéia Dalísio Carneiro da Fontoura** (filha do Cap. Sebastião Dalísio Carneiro da Fontoura,

¹¹⁵Serão expostos somente aqueles de maior interesse ao estudo.

primo-irmão do Mal. Antônio da Fontoura Menna Barreto, do Cel. Sebastião José Carneiro da Fontoura e do Cap. João Propício Carneiro da Fontoura), com quem teve 3 filhos;

Capitão Gaspar Menna Barreto Ferreira - filho de Florinda da Fontoura Menna Barreto e de Catão Damasceno Ferreira, casou com Maria Luiza..., com quem teve 5 filhos;

General Alfredo Menna Barreto Ferreira - idem., casou com Rita Menna Barreto, com quem teve 6 filhos;

Amábíla Menna Barreto Monclaro - idem., casou com o **Maj. Pedro Dartagnan da Silva Monclaro**, com quem teve 19 filhos;

Gen. João de Deus Menna Barreto - filho do Mal. José Luiz Menna Barreto, casou com **Ernestina Noronha Menna Barreto** (filha de Ana Eulália de Noronha e do **Cap. Francisco Henrique de Noronha**), com quem teve 3 filhos;

Mal. Manoel Joaquim Menna Barreto Godolphim - filho de Maria Camila de Sampaio e do **Ten.-Cel Pedro Álvares Cabral da Cunha Godolphim**, casou com Joana..., com quem teve 3 filhos;

Ten. Pedro Menna Barreto Godolphim - idem, sem informação.,

Cap. Nuno Menna Barreto Godolphim - idem, idem;

Cap. Ricardo Menna Barreto Godolphim - idem, idem;

Cap. Antônio Vítor Menna Barreto - filho do **Major (Comandante Superior da Guarda Nacional., com honras de Brigadeiro) Antônio Vítor de Sampaio Menna Barreto**, casou com Benícia da Rosa, com quem teve 16 filhos;

Gen. Hon. João Rodrigues Menna Barreto - idem, teve 4 filhos;

Cap. Sabino Menna Barreto - idem, casou com Noêmia Cardoso, com quem teve 7 filhos;

Dr. Ary Menna Barreto - filho de Maria da Glória Menna Barreto e do **Dr. Propício Barreto Pinto (filho do Cel. Tristão José Pinto)**, casou com Eloísa dos Reis Carvalho, com quem teve 2 filhos;

Dr. Oscar Menna Barreto - idem, casou com Dioná Sadok de Sá, com quem teve 4 filhos;

Cel. João Propício Menna Barreto¹¹⁶ - idem, casou com Áurea Lima, com quem teve 5 filhos;

Jequitibá Menna Barreto de Azambuja - filho de Corina Menna Barreto e do **Dr. Deocleciano Patrício de Azambuja**, casou com Ana Luiza da Gama Amaro (**bisneta do Barão de Batoví**), com quem teve 2 filhos;

¹¹⁶Herdou o nome do avô materno.

Ten.-Cel. Carlos Menna Barreto - filho de Francisco Menna Barreto e de Raquel Menna Barreto (**filha do Mal. José Luiz Menna Barreto**), casou com Ana Isabel de Oliveira Leal, com quem teve 3 filhos;

Ten.-Cel. Oswaldo Menna Barreto - idem, casou com Florinda Monclaro, com quem teve 3 filhos;

1º Ten. Aviador Gabriel Evangelho Menna Barreto - filho de Francisco Menna Barreto e de Antônia Evangelho (2ªs núpcias) faleceu solteiro na 1ª Guerra;

Maria da Glória de Albuquerque Ferreira - filha de Carolina Menna Barreto de Albuquerque e do **Gen. João Feliciano da Costa Ferreira**, casou com o **Gen. Jacintho Machado Bittencourt**;

Cap. Inácio Joaquim Menna Barreto de Camargo - filho de Maria Carlota Menna Barreto e do **Cel. José Bonifácio de Camargo (irmão do ex-Senador Antônio Eleutério de Camargo)**, sem informação;

Ten. João Zi Menna Barreto - idem, casou com Albertina de Miranda, sem sucessão;

Randolfo Menna Barreto - idem, casou com Antonieta Ferreira Johnson, **irmã do Gen João Ferreira Johnson**, sem sucessão;

Cap. Gabriel Menna Barreto - filho do Gen. João Carlos Menna Barreto e de **Mª. Amália M. B. Borges Fortes**, casou com Iná Monclaro (filha de Amábília Menna Barreto Ferreira e do **Maj. Pedro D. da S. Monclaro**), com quem teve 5 filhos;

Ten.-Cel. Celso Menna Barreto - idem, casou com Olga Lima, com quem teve 3 filhos;

Maria Amália Borges Fortes - casou com **seu tio Gen. João Carlos Menna Barreto**, com quem teve 6 filhos;

Cel. Ibanez Menna Barreto Cardoso - filho de Maria Balbina Menna Barreto e do **Cel. Trajano de Menezes Cardoso**, casou com Noêmia Reverbel de Souza, sem sucessão;

Almerinda Menna Barreto - idem, casou em 1ªs núpcias com o **Cap.Venceslau Dario de Oliveira Belo**, e em 2ªs núpcias com o **Gen. Joaquim Fernandes Brandão**, com quem teve 2 filhos;

Dr. Raimundo da Silva Neto - Bacharel em Direito, filho de Alice Menna Barreto Cardoso e do **Desembargador Tito Prates da Silva (primo do Conde de Prates e do Dr. Júlio Prates de Castilhos)**, casou com Iracema Lopes da Silva, sem sucessão;

Dr. Alcides Menna Barreto Prates da Silva - médico, idem, casou com Hilda Fabião Nogueira, com quem teve 4 filhos;

Dr. Homero Menna Barreto Prates da Silva - Bacharel em Direito e "**notável poeta**", idem, casou com Cleonice de Lacerda, sem sucessão;

Dr. Fernando Prates da Silva - médico, idem, casou com Elmira da Silva com quem teve 1 filho;

Alice Prates da Silva - idem, casou com o **Cel. Alfredo Bento Pereira (ex-Prefeito de São Gabriel)**, com quem teve 7 filhos;

Maria Balbina Prates da Silva - idem, casou com Alcívio Monteiro de Macedo (cujo pai era sobrinho-neto do *Visconde de Serro Formoso*), com quem teve 3 filhos;

! - 4ª "geração": Vinte e cinco bisnetos foram militares (5 Gen. e 1 Gen. Hon., 2 Cel., 1 Ten.-Cel., 2 Cap. de Fragata, 2 Maj., 6 Cap., 5 Ten. e 1 Ten. Aviador); **Oito foram "Doutores"** (sendo 2 médicos); **12 bisnetas casaram com "Doutores"**, e **14 com militares** (2 com Gen., 2 com Cel., 6 com Cap.¹¹⁷ e 1 com Maj.).

Trinetos do casal "fundador":

Hortência Menna Barreto de Barros Falcão - filha de Amábíla Menna Barreto de Barros Falcão e do **Ten. Leopoldo Ferreira Martins Pinheiro**, casou com o **Maj. José Clemente da Costa**, com quem teve 5 filhos;

Dr. João de Deus Menna Barreto de Barros Falcão - filho do Dr. Gaspar Menna Barreto de Barros Falcão e de Amélia dos Santos Diniz, casou com Georgina Luzia da Câmara, com quem teve 9 filhos;

Dr. Nestor Menna Barreto - filho de Amábíla Menna Barreto e do Cel. Jaime Muniz Barreto, casou com Irene Saraiva Osório, com quem teve 3 filhos;

Ten. Rubens Menna Barreto - idem, casou com Otilia Machado, com quem teve 1 filho;

Armindá Menna Barreto Parrot - filha de Maria Francisca Menna Barreto e de Belarmino Adolpho da Fontoura Parrot, casou com o **Dr. Yemessuk Nemoto**, natural do Japão, com quem teve 3 filhos;

Jandira Menna Barreto - filha de Alberto Menna Barreto e de Florisbela Feijó, casou com o **Cap. Nicomendes de Freitas Becon**, com quem teve 3 filhos;

Cadete da Escola de Aeronáutica Wolnei Monclaro Menna Barreto - filho de Armando Menna Barreto e de Maria Menna Barreto Monclaro;

Ten. João Carlos Menna Barreto - filho do Gen. Pedro Augusto Menna Barreto e de Dorotéia Dalísio Carneiro da Fontoura, casou em 1ªs núpcias com Maria Tereza Calazans, com quem teve 2 filhos; e m 2ªs núpcias com Hercília Meireles, com quem teve 1 filho;

Gen. Sebastião Dalísio Menna Barreto - idem, casou com Elecina de Melo Pádua, com quem teve 5 filhos;

¹¹⁷Uma delas teve 2ªs núpcias com um general.

Gen. Pedro Augusto Menna Barreto - idem, casou com Jupira de Castro, com quem teve 2 filhos;

Gen. Alfredo Menna Barreto Ferreira Filho - filho do Gen. Alfredo Menna Barreto Ferreira, casou com Olga da Rocha Duarte, com quem teve 2 filhos;

Cel. Olavo Menna Barreto Ferreira - idem, casou com Alice da Costa, com quem teve 4 filhos;

Francisca Menna Barreto Monclaro - filha de Amábíla Menna Barreto Ferreira e do Maj. Pedro D. da Silva Monclaro, **casou em 1^{as} núpcias com o cônsul Jacinto Ferreira da Cunha**, sem sucessão; **em 2^{as} núpcias com o professor Júlio Sanchez Perez**, sem sucessão;

Gen. Carlos Menna Barreto Monclaro - idem, casou com Cora Lima de Barros, com quem teve 3 filhos;

Gen. Catão Menna Barreto Monclaro - idem, casou com Zélia Vieira da Costa, com quem teve 5 filhos;

Ten. Antônio Menna Barreto Monclaro - idem, casou com Onofrina..., sem sucessão;

Ten. Aviador Thomaz Menna Barreto - idem, casou com Robertina de Matos, com quem teve 2 filhos;

Ten. José Maria Menna Barreto Monclaro - idem casou com Marieta Menna Barreto, com quem teve 7 filhos;

Florinda Menna Barreto Monclaro - idem, **casou com o Ten.-Cel Oswaldo Menna Barreto** (bisneto dos "fundadores"), com quem teve 3 filhos;

Iná Menna Barreto Monclaro - idem, **casou com o Cap. Gabriel Menna Barreto**, com quem teve 5 filhos;

Gen. Waldemar Noronha Menna Barreto - filho do Gen. João de Deus Menna Barreto e de Ernestina Noronha, casou com Hebe de Lacerda, com quem 1 filho¹¹⁸;

Gen. João de Deus Noronha Menna Barreto (o "autor")- idem, casou com Vera de Noronha, com quem teve 3 filhos;

Cel. Hon. Paulo Emílio de Noronha Menna Barreto - idem, casou com Neusa Torres, com quem teve 3 filhos;

Cel. Amado Menna Barreto - filho de João Braz Odorico Menna Barreto e de Antônia da Fonseca, casou em 1^{as} núpcias com Lira Faria Lapa, com quem teve 4 filhos; em 2^{as} núpcias com Irene Dias da Mota, com quem teve 3 filhos;

Ten. João Francisco Menna Barreto - filho do Gen. Hon. João Rodrigues Menna Barreto, faleceu solteiro;

Cap. Dr. Antônio Vítor Menna Barreto - sem sucessão;

¹¹⁸Estudante e funcionário do Tribunal de Justiça do D.F.

Lourdes Lima Menna Barreto - filha do Cel. João Propício Menna Barreto, casou com o **Cap. Luciano Veras Saldanha**, com quem teve 1 filho;

Cap. Olavo Lima Menna Barreto - idem, casou com Nataly dos Santos, com quem teve 3 filhos;

Dr. Dirceu Menna Barreto de Abreu - filho de Cacilda Menna Barreto e do Cap. João Rodrigues de Abreu, casou com Sueli Fernandes Barbosa, com quem teve 4 filhos;

Yeda Menna Barreto Fialho - filha de Nelsinda Menna Barreto e do Cap. Heitor de Araújo Melo, casou com o **Cap. Paulo de Vilhena Ferreira**, com quem teve 2 filhos;

Peri Fontoura da Silveira - filho de Francisca Menna Barreto (filha do Cap. Nicolau I. Carneiro da Fontoura) e de João Manuel da Silveira, casou com Alcida Fagundes Chagas (**neta do Barão de Candiota**), com quem teve 4 filhos;

Risoleta Fontoura da Silveira - idem, casou com o **Dr. Luiz Deodoro de Faria** (**sobrinho-neto do Barão e Cambaí**), com quem teve 4 filhos;

Dr. Ary Fontoura de Azambuja - filho de Olga Menna Barreto da Fontoura e do Ten. Amadeu Patrício de Azambuja, casou com Heloísa Simões Lopes (**neta do Visconde da Graça**), com quem teve 2 filhos;

Maj. Francisco Fontoura de Azambuja - idem, casou com Elizabeth Simões Lopes (**neta do Visconde da Graça**), com quem teve 1 filho;

Cadete da Escola Militar Deocleciano Patrício de Azambuja (herdou o nome do avô, que era "Dr." - filho de Jequitibá Menna Barreto de Azambuja e de Ana Luiza da Gama Amaro (**bisneta do Barão de Batoví**);

Ten. Aviador Azauri Menna Barreto - filho do Ten.-Cel. Carlos Menna Barreto;

Arlete Menna Barreto - idem, casou com **Cap. Darci Boano Mussoi**, com quem teve 2 filhos;

Leda Monclaro Menna Barreto - filha do Ten.-Cel. Oswaldo Menna Barreto e de Florinda Monclaro, casou com seu primo-irmão **Carlos Ney Monclaro**, com quem teve 1 filho;

Aviador da reserva José Luiz Monclaro Menna Barreto- idem;

Gen. Maurílio Menna Barreto Benavides - filho de Morena Menna Barreto (**sobrinha-neta da Baronesa de São Gabriel**) e de Carlos Conrado Benavides, casou com Francisca Estragulas de Oliveira, com quem teve 3 filhos;

Maria de Lourdes Menna Barreto Benavides - idem, casou com Marcínio Fagundes Chagas (**neto do Barão de Candiota**), com quem teve 1 filho;

Odete Menna Barreto - idem, casou com **Ten. Ladislau Kotlinsky**, sem sucessão;

Ten. Descial Menna Barreto - filho de Oscarina Menna Barreto e de Perciliano Severo Fialho;

Propícia Pulcra de Castro - filha de M^a. Pulcra Prudente da Fonseca e do Cap. Prudente da Fonseca Castro, **casou em 1^{as} núpcias com Francisco Marcelino da Cruz Jobim**¹¹⁹, "intelectual", "propagandista da República", em São Gabriel, com quem teve 5 filhos; em 2^{as} núpcias com Alberto Franzen, com quem teve 6 filhos;

Ten. Carlos Alberto Menna Barreto - filho do Ten.-Cel. Celso Menna Barreto;

Ten. Luís Carlos Menna Barreto - idem;

Gen. Ramão Menna Barreto - filho de Mário Menna Barreto e de Eremita Fazzini Menna Barreto, casou com Odila Caffarate, com quem teve 2 filhos;

! - 5^a "geração": vinte e seis trinetos foram militares (9 Gen., 2 Cel., 1 Cel. Hon., 1 Maj., 2 Cap., 8 Ten., 2 Ten. Aviadores, 1 Cadete Esc. Mil., 1 Cadete Aeronáutica); **nove foram "Doutores"; nove trinetas casaram com militares** (1 Ten.-Cel., 1 Maj., 5 Cap., 2 Ten.), **treze com "Doutores" e uma com um côsul.**

Tetranetos do casal "fundador":

Dr. Clúvio Menna Barreto de Azambuja - filho de Marfiza Menna Barreto e de Manuel Patrício de Azambuja;

Cel. Paulo Lisboa Menna Barreto - filho de Tancredo Zubarã Menna Barreto e de Maria Carlota Lisboa;

Nair da Costa - filha de Hortência Menna Barreto de Barros Falcão e do Maj. José Clemente da Costa, **casou com o Cap. Médico do Exército Dr. Tito Ascoli de Oliva Maya**, com quem teve 2 filhos;

Cel. Marcelo Menna Barreto de Barros Falcão - filho do Dr. João de Deus Menna Barreto de Barros Falcão e de Georgina Luiza da Câmara, casou com Maria Ana de Oliveira Azevedo, com quem teve 2 filhos;

Cel. Múcio Menna Barreto de Barros Falcão - idem, casou com Maria de Lourdes Del Rio, com quem teve 2 filhos;

Maria Menna Barreto de Barros Falcão - idem, **casou com o Ten. Geraldo de Araújo e Silva Boson**, com quem teve 2 filhos;

Ten.-Cel. Roberto Menna Barreto de Barros Falcão - idem;

Georgina Menna Barreto de Barros Falcão - idem, **casou com Ten. Homero de Oliveira Ribeiro**;

Cel. Carlos Augusto Calazans Menna Barreto - filho do Ten. João Carlos Menna Barreto e de Maria Tereza Calazans, casou com Liége Margarida Martins, com quem teve 1 filho;

¹¹⁹Ver a relação da "família Cruz Jobim" com a "carreira" militar e a "medicina" em Coradini (1995: 8).

Cel. Argus Menna Barreto - filho do Gen. Sebastião Dalísio Menna Barreto e de Elecina de Melo Pádua, casou com Rute Ribeiro;

Maj. Elmo Menna Barreto - idem;

Tereza Menna Barreto - filha do Gen. Alfredo Menna Barreto Ferreira Filho e de Olga da Rocha Duarte, **casou com o Ten. Gentil da Rosa Pires**, com quem teve 1 filho;

Yeda Menna Barreto Monclaro - filha do Gen. Carlos Menna Barreto Monclaro e de Cora de Lima Barros, **casou com o Cap.-Ten. Antônio Ávila de Malafaia**, com quem teve 1 filho;

Aviador Civil João Carlos Menna Barreto Monclaro - filho do Ten. José M^a. Menna Barreto Monclaro;

João de Deus Lacerda Menna Barreto - filho do Gen. Waldemar Noronha Menna Barreto (**filho do Gen. João de Deus Menna Barreto**) e de Hebe de Lacerda, **estudante e funcionário do Tribunal de Justiça do D.F.**;

Maj Antônio Adolpho Noronha Menna Barreto - filho do Gen. João de Deus Menna Barreto (o "autor" - **filho do Gen. João de Deus Menna Barreto**) e de **Vera de Noronha**¹²⁰;

José Luiz Torres Menna Barreto - filho do Cel. Hon. Paulo Emílio de Noronha Menna Barreto e de Neusa Torres, **estudante e funcionário do Superior Tribunal Militar**;

Gen. Perí Menna Barreto Zimmermann - filho de Dorvalina Menna Barreto e de Antônio A. Zimmermann;

Isolda da Silveira Brito - filha de Nair Fontoura da Silveira e do Dr. Alberto de Brito, **casou com o Ten. Dr. Demétrio Mércio Xavier Filho**;

Cap. João Carlos de Castro Franzen - filho de Propícia Pulcra de Castro (casada em 1^{as} núpcias com Francisco Marcelino da Cruz Jobim - "**intelectual e propagandista da República**") e de Alberto Franzen, casou com Diomar da Costa, com quem teve 1 filho;

Francisco Polinice de Castro Jobim - idem e de Francisco M. da Cruz Jobim, **casou com sua prima Amélia de Castro**, com quem teve 2 filhos;

! - 6^a "geração": Vinte e três tetranetos foram militares¹²¹ (1 Gen., 6 Cel., 5 Ten.-Cel., 2 Maj., 5 Cap., 2 Ten., 2 Cadetes); **três foram "doutores"**; **seis tetranetas casaram com militares** (1 Cap., 1 Cap.-Ten., 4 Ten.) e **três casaram com "Doutores"**;

¹²⁰Houve aí um duplo entrelaçamento entre "Menna Barreto" e "Noronha": primeiramente com o "matrimônio" do Gen. João de Deus Menna Barreto com Ernestina Noronha (filha de um Capitão); e um segundo com o "matrimônio" de seu filho, o futuro Gen. João de Deus Noronha Menna Barreto, com Vera de Noronha.

Pentanetos do casal "fundador":

As informações relativas à 7ª "geração" em geral limitam-se ao nome (muitas vezes somente o primeiro) do descendente. Apenas o seguinte registro fornecia uma informação mais detalhada.

Propícia Fialho Jobim - filha de Romeu de Castro Jobim e de Margarida Pires Fialho, **casou com Paulo Coelho de Souza (filho do Cel. Artur Coelho de Souza)**, com quem teve 2 filhos;

Hexanetos do casal "fundador":

Dos seis hexanetos apresentados- 8ª "geração" - quatro são filhos do **casal Agripina de Castro Jobim e Alencastro Franco Machado**; e dois do **casal Propícia Fialho Jobim e Paulo Coelho de Souza (filho do Cel. Artur Coelho de Souza)**.

Quadro II - Casamentos de descendentes Menna Barreto com militares e "doutores" e descendentes possuindo o título de "doutor"

Profissão/Geração	2ª geração	3ª geração	4ª geração	5ª geração	6ª geração
Casadas com militares	02	08	14	09	06
Casadas com "doutores"	00	05	12	14 ¹²²	03
Homens "doutores"	00	00	08	09	03

Fonte: Menna Barreto, João de Deus N., op. cit.

¹²¹Apenas dez constam da árvore genealógica apresentada no livro. A lista completa da 6ª "geração" encontra-se no segundo livro (Menna Barreto, 1970: 437).

¹²²Inclui o casamento com um Cônsul.

Quadro III - Patentes dos oficiais militares Menna Barreto

Patente/Geração	1ª	2ª	3ª	4ª	5	6ª
Marechal	01	03	04	00	00	00
General	00	01	02	06	09	01
Brigadeiro	00	00	01	00	00	00
Coronel	00	01	04	02	02	06
Coronel Honor.	00	00	00	00	00	01
Tenente-Coronel	01	00	00	01	00	05
Major	00	00	03	02	01	02
Capitão	00	01	02	06	01	05
Capitão Fragata	00	00	00	02	00	00
Tenente	00	00	00	06	08	02
Tenente Aviador	00	00	00	00	02	00
Alferes	00	01	04	00	00	00
Cadete Exército	00	00	00	00	01	02
Cadete Aeron.	00	00	00	00	01	00
Total Militares	02	07	20	25	26	23
Total Generalato	01	04	07	06	09	01

Fonte: Menna Barreto, João de Deus N., op. cit

Quadro IV: Cargos políticos ocupados por generais gaúchos eleitos ou nomeados

Cargo/Período	1822-1853	1854-1889	1890-1930
Governador Estado	05	02	03
Vice-Governador	02	01	01
Interventor	00	00	03
Senador	00	02	00
Deputado	02	02	06
Prefeito	00	00	01
Total¹²³	06 (50,00%)	05 (38,46%)	11 (20,37%)
Total generais	12	13	54

Fonte: Silva, Alfredo Pretexato M. da, op. cit.; Lago, Laurênio, op. cit., Fés-de-Ofício, AHEx, RJ.

¹²³Indica o total de generais tendo ocupado cargos, sendo que vários deles ocuparam mais de um cargo.

Quadro V: Generais gaúchos (1850-1930) - Origem social, trunfos/handicaps, atividades “extra-militares” e carreira

Nome	Data e local nascimento	Profissão/ocupação do pai	Trunfos/handicaps	Capital de relações sociais	Estudos/Formação militar	Carreira militar
Bertoldo Klinger	1884 Rio Grande	Proprietário cervejaria, Major G.N.; conselheiro municipal	Fluência no alemão, "estudioso", "gosto pela escrita", "baixinho", "indisciplinado", "intratável", "germanófilo"	Grupo familiar materno extenso; batismo na Maçonaria	Curso das três armas, estado-maior, e engenharia militar	Instrução, estágio na Alemanha, adido no Peru, comissões, Estado-Maior, ascensão rápida ao generalato
Fernando Setembrino de Carvalho	1861 Uruguai-ana	Professor, func. público (alfândega, escrivão, administrador)	"Frac complexão"; diploma Maçonaria; colega de internato Ernesto Alves, Borges de Medeiros e outros futuros políticos republicanos	Ramo materno parente dos Carneiro da Fontoura; mãe dedicada à benemerência; pai "político"; filha casou com general Andrade Neves	Curso das três armas e engenharia militar, bacharel em ciências físicas e matemáticas	Comissões de engenharia; chefe gabinete Ministro, Estado Maior, Ministro da Guerra
José Fernandes Leite de Castro	1871 Cruz Alta	Marechal	Pai escreveu importante manual de disciplina do Exército		Curso das três armas, estado-maior e engenharia militar, bacharel em ciências físicas e naturais	Secretário de seu pai em missão na Europa, várias comissões na Europa, integrou o "Gabinete Negro", Ministro da Guerra
Francisco Ramos de Andrade Neves	1874 Porto Alegre	"General"	"Tradição militar"	Neto do Barão do Triunfo; casou com filha do general Setembrino de Carvalho	Curso das três armas, estado-maior e engenharia militar, bacharel em ciências físicas e matemáticas	Ajudante Estado-Maior, adido em Paris, Sociedade das Nações, adido em Bruxelas, chefe Estado-Maior da Presidência
Pantaleão Telles Ferreira	1876 Porto Alegre	Oficial militar	"Tradição militar" pelo ramo dos "Telles"	Diversos parentes oficiais militares		Chefe da Polícia Militar do Distrito Militar
Isidoro Dias Lopes	1864 Dom Pedrito	Pai natural padre (criado por outra família)	Filho "bastardo"; "revoltado"		Curso das três armas	Funções burocráticas em diversas escolas militares

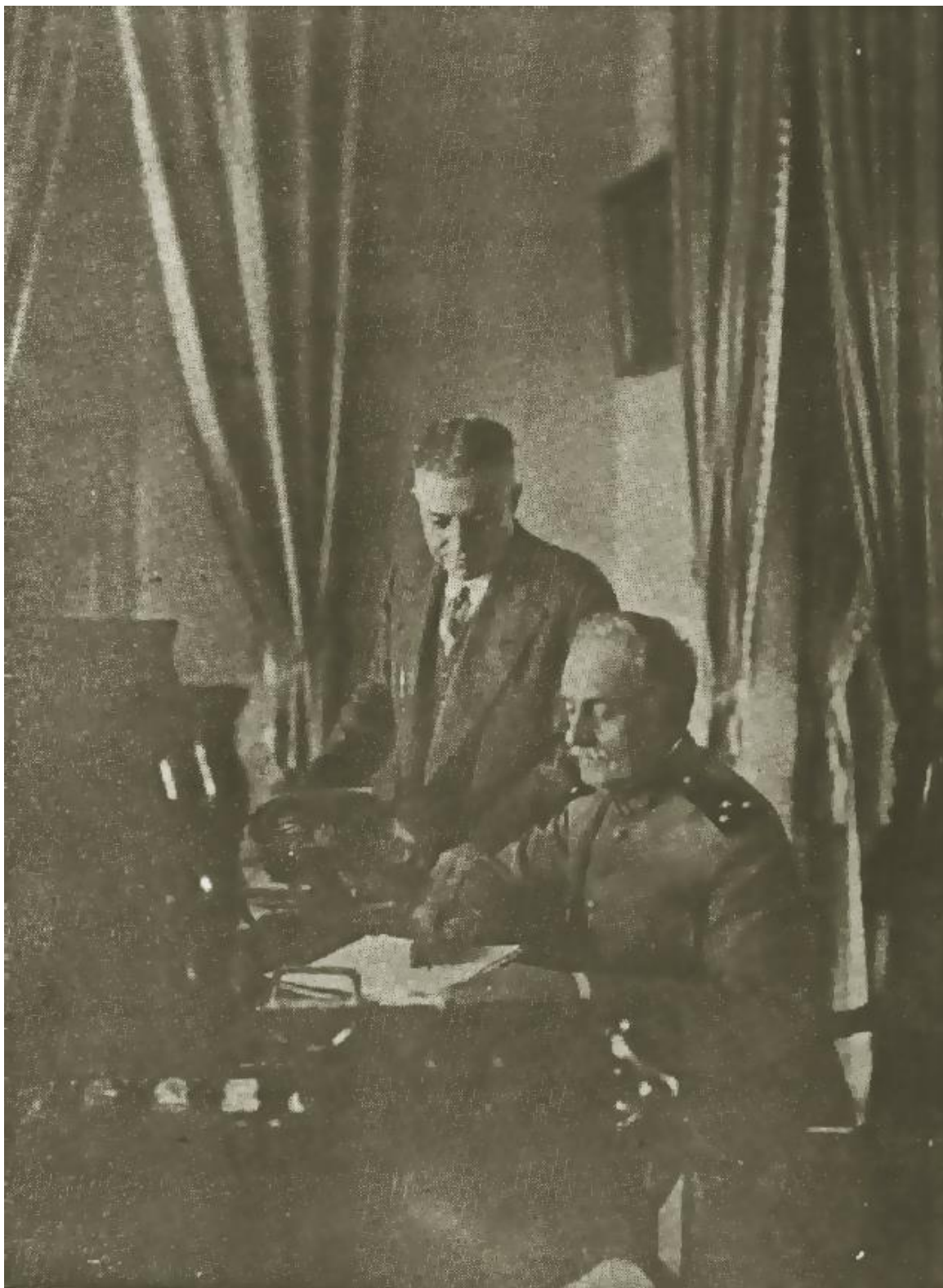
José Simeão de Oliveira	1839 Rio Grande	Tenente-Coronel, proprietário	"Afilhado" do Visconde de Pelotas (general Patrício José Corrêa da Câmara)	Pai viajava muito, com várias estadas na Corte; pintou paisagens para "pessoas abastadas" e era amigo do Barão de Santo Ângelo; "grandes recepções" na casa do pai	Estudos primário e secundário em "célebre" colégio jesuíta; curso das três armas, estado-maior e engenharia militar, bacharel em ciências físicas e matemáticas	Guerra do Paraguai, Estado-Maior, comissões de engenharia, Arquivo Real Militar, Comando Escola Militar de POA, Ministro da Guerra
José Salustiano Fernandes dos Reis	1847	Brigadeiro	"Tradição militar"	Pai Barão de Camaquã; casou com Francisca Thompson Flores; irmã casada com desembargador., Presidente prov., Juiz, Procurador Geral e deputado estadual		
Bento Manoel Ribeiro Carneiro Monteiro	1856	General	"Tradição militar"; homônimo do avô materno também general	Pai Barão de São Borja (Partido Conservador, Maçonaria); neto do Mal. Bento Manoel Ribeiro; ascendência paterna nobre (port.); ramo materno com ascendência de "importantes" famílias de bandeirantes; irmão dep. est. e fed., senador, Presidente RS e ministro no Uruguai	Curso das três armas, estado-maior e engenharia militar, bacharel em ciências físicas e matemáticas	Comissões de engenharia, comando Escola Realengo, chefe Estado-Maior da Presidência
José Cristino Pinheiro Bittencourt	1849		"Tradição militar"	Dois irmãos generais; entrelaçamento com famílias de oficiais militares	Curso das três armas	Guerra do Paraguai; Ajudante de Ordens do Ministro da Guerra
Pedro Augusto Pinheiro Bittencourt	1857	Marechal	"Tradição militar"	Idem	Cursos de Infantaria e Cavalaria	Ajudante de Ordens de vários comandantes; instrutor Escola Militar do Rio

Carlos Machado de Bittencourt	1840	General			Curso das três armas	Assistente de seu pai (gen.) no Paraguai; comandante forças armadas do RS e SP, Ajudante General, comandante superior G.N., Ministro da Guerra
Eurico de Andrade Neves	1861	Major da Guarda Nacional	"Tradição militar"	Pelo ramo materno (Andrade Neves), neto, bisneto e trineto de oficiais; entrelaçamento com famílias de militares; cunhada filha dos Barões da Conceição	Cursos de infantaria e cavalaria	Estado-Maior, Ajudante de Ordens Comando das Armas, chefe do Departamento do Pessoal da Guerra
Manoel Luís da Rocha Osório	1844 Caçapava	Major	"Tradição" militar; "nome" do tio (general Osório); "poeta"	Sobrinho do general Osório; entrelaçamento com "grandes famílias"	Cursos de infantaria e cavalaria	Campanha no Uruguai; serviu sob ordens do gen. Osório no Paraguai; Ajudante de Campo de Caxias; Ajudante de Ordens Ministro da Guerra
Tito Pedro de Escobar	1855	Coronel		Neto do Barão de São Lucas, "fazendeiro rico"	Cursos de infantaria e cavalaria	Ajudante de Estado-Maior
José Maria Marinho da Silva	1848	Tenente		Casou com filha de general	Cursos de infantaria e cavalaria	Serviu sob ordens de Caxias; Ajudante Deputado General; instrutor Escola Militar
Antônio José Dias de Oliveira	1859 Rio Grande	Tenente da Guarda Nacional		Casou com filha de coronel de "tradicional" família de São Gabriel	Curso das três armas, estado-maior e engenharia militar	Secretário Comando Guarnição; lente Escola Militar de POA e do Brasil; Estado-Maior

José Carlos Pinto Jr.	1853 Alegrete	Cirurgião e coronel; encarregado embaixada em Montevideu		Neto de conselheiro português; ramo materno descendente do "primeiro povoador do continente"; pai encarregado da embaixada em Montevideu	Cursos de infantaria e cavalaria	
Aníbal de Azambuja Vilanova	1862 Taquari	Oficial subalterno			Curso das três armas, estado-maior e engenharia militar; bacharel em ciências físicas e matemáticas	Delegado Estado-Maior, chefe Gabinete Estado-Maior, chefe Gabinete Ministro da Guerra, adido em Portugal, Espanha e Bélgica
Ildefonso Pires de Moraes Castro	1859 São Sepé	Proprietário			Curso das três armas, estado-maior e engenharia militar	Ajudante Estado-Maior, chefe Estado-Maior
José Bernardino Bormann	1844 Porto Alegre	Tenente, colono imigrante proprietário	"Católico", "caridoso"	Família de colonos católicos ligados aos jesuítas; casou com uma escritora	Curso das três armas, estado-maior e engenharia militar; bacharel em ciências físicas e matemáticas	Ajudante de Ordens de Caxias na Guerra do Paraguai; Ajudante de Ordens do Ministro da Guerra
Cipriano da Costa Ferreira	1861 Livramento	Tenente da Guarda Nacional		Neto, pelo ramo materno, do gen. Osório	Cursos de infantaria e cavalaria, estado-maior e engenharia militar; bacharel em ciências físicas e matemáticas	Chefe Estado-Maior de duas regiões
Manoel Joaquim Menna Barreto Godolfim	1845 Porto Alegre	Tenente-Coronel	"Tradição familiar"; "estatura acima da mediana"; "compleição delicada"	Ramo materno de "grande tradição militar"; "amigo de Floriano e de Júlio de Castilhos	Cursos de infantaria e cavalaria	Guerra do Paraguai; Ajudante de Ordens em Assunção
Antônio Adolfo da Fontoura Menna Barreto	1846 Porto Alegre	Marechal	"Tradição familiar"	Casou com neta do Mal. Bento Ribeiro		Guerra no Uruguai; Ministro da Guerra

João de Deus Menna Barreto	1874 Porto Alegre	Marechal	"Tradição familiar"; homônimo do "fundador" da "família"	"Menna Barreto" por ambos os pais; casou com descendente de família de "tradição" da marinha	Curso das três armas	Assistente Ajudante General; Adjunto Gabinete Ministro da Guerra (seu tio-avô); adjunto de professor Escola Militar de POA
João Nepomuceno de Medeiros Mallet	1840 São Gabriel	General	"Tradição familiar"	Ascendência européia "nobre"; ligações com o Imperador; ramo materno "abastado"; casou com filha de Marechal (presidente de província); entrelaçamento com famílias de militares; pai "amigo" de Osório	Cursos de artilharia, e engenharia militar e geográfica; bacharel ciências físicas e matemáticas	Guerra do Paraguai; Estado-Maior; Comandante das Armas AM, MT, CE e PA; Gabinete Ministro da Guerra (Osório); Ministro da Guerra
Antônio Ilha Moreira	1855 Livramento	Escrivão vitalício		Relações íntimas com Deodoro	Curso das três armas e de engenharia geográfica	Estado-Maior; Ajudante de Ordens; Chefe Gov. Provisório RS; Missão em Montevidéu; Diretor Laboratório Pirotécnico; Ajudante de Ordens de Deodoro

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir de bibliografia e documentação diversas.



O general Menna Barreto, Interventor Federal no Estado do Rio de Janeiro, despachando com o Secretário da Interventoria coronel Pantaleão da Silva Pessoa. Fonte: MENNA BARRETO, João de Deus N., 1950.



Getúlio Vargas ao chegar ao Palácio do Catete a 1º de novembro de 1930, ladeado pelos generais Tasso Fragoso, **Menna Barreto** (esquerda) e almirante Isaias de Noronha. Fonte: Idem, ibidem.